



SENADO FEDERAL

Relatório da Presidência

**Referente aos trabalhos da 2.^a Sessão
Legislativa Ordinária da 46.^a Legislatura.**

Presidência do Senhor
Senador LUIZ VIANA

SECRETARIA-GERAL DA MESA
BRASÍLIA — 1980

ÍNDICE

	Pág.
I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	9
II — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA	11
III — O SENADO FEDERAL NA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 46ª LEGISLATURA	15
A — Composição	17
A.1 — Alteração na Representação	21
A.2 — Comunicações de afastamento do País	23
a) em carácter particular	23
b) a convite de Entidades Estrangeiras	23
A.3 — Licença	25
B — Direção	27
C — Lideranças	29
D — O Senado Federal em Funcionamento	31
D.1 — Sessões Realizadas	31
D.1.1 — Comparecimento de Ministros de Estado ..	32
D.2 — Representação Externa	33
D.2.1 — Missões do Senado	33
a) no Exterior	33
b) no País	34
D.2.2 — Missões do Executivo	35
D.3 — Comissões	37
D.3.1 — Comissões Permanentes	37
a) Composição	37
b) Direção	42
D.3.2 — Comissões Parlamentares de Inquérito ...	42
a) CPI sobre o Acordo Nuclear	42
b) CPI sobre a devastação da Floresta	

	Pág.
Amazônica	43
c) CPI sobre a Violência Urbana	43
d) CPI que apura as causas da rotatividade de mão-de-obra no País	45
e) CPI que investiga o funcionamento do mercado financeiro do País	45
D.3.3 — Comissões Especiais	46
a) Do Júri Popular	46
b) De fiscalização, pelo Senado Federal, dos atos cuja execução depende da sua prévia autorização	47
c) Sobre Legislação Partidária	47
D.4 — Participação dos Senhores Senadores nos Trabalhos da Casa	49
D.4.1 — Pronunciamentos	49
D.4.2 — Proposições apresentadas	51
D.5 — Matéria Legislativa	53
D.5.1 — Projetos de Lei do Senado	53
a) de sessões legislativas anteriores	53
b) da presente sessão legislativa	83
c) emendados pela Câmara dos Deputados	105
d) súmula	105
D.5.2 — Projetos de Lei da Câmara	107
a) de sessões legislativas anteriores	107
b) da presente sessão legislativa	115
c) súmula	122
D.5.3 — Projetos de Decreto Legislativo	123
a) de sessões legislativas anteriores	123
b) da presente sessão legislativa	124
c) súmula	128
D.5.4 — Projetos de Resolução	129
a) de sessões legislativas anteriores	129
b) da presente sessão legislativa	130
c) súmula	151
D.5.5 — Indicações	153
D.5.6 — Requerimentos	155
a) da sessão legislativa anterior	155
b) da presente sessão legislativa	156
c) Súmula	156
D.5.7 — Pareceres	177
D.5.8 — Escolha de Autoridades	179
D.5.9 — Recursos	181

	Pág.
E — O Senado Federal em suas relações com outros Órgãos	183
E.1 — Elementos de Ligação	183
E.2 — Jornalistas Credenciados	185
IV — ADMINISTRAÇÃO INTERNA (*)	187
V — O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO	189
A — Sessões realizadas	191
B — Comissões Mistas	193
B.1 — Para estudo de matéria legislativa	193
B.2 — Parlamentares de Inquérito	195
a) CPI sobre o crescimento populacional brasileiro ..	195
b) CPI sobre a ação Terrorista no País	196
C — Matéria Legislativa	197
C.1 — Propostas de Emenda à Constituição	197
a) da sessão legislativa anterior	197
b) da presente sessão legislativa	198
c) súmula	204
C.2 — Projetos de Lei	205
a) da sessão legislativa anterior	205
b) da presente sessão legislativa	205
c) súmula	207
C.3 — Projetos de Decreto Legislativo	209
a) da sessão legislativa anterior	209
b) da presente sessão legislativa	210
c) súmula	219
C.4 — Propostas de Delegação Legislativa	221
a) da sessão legislativa anterior	221
b) da presente sessão legislativa	221
c) súmula	222
C.5 — Projetos de Resolução	223
a) da sessão legislativa anterior	223
b) da presente sessão legislativa	223
c) súmula	223
C.6 — Vetos	225
a) da sessão legislativa anterior	225
b) da presente sessão legislativa	225
c) súmula	227
C.7 — Requerimentos	229
C.8 — Pareceres	235
D — Participação dos Senhores Senadores nos Trabalhos	237

(*) Será publicada, posteriormente, em suplemento.

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente relatório registra, em resumo, os trabalhos realizados pelo Senado Federal e pelo Congresso Nacional reunido na 2ª sessão legislativa da 46ª Legislatura.

É com imenso pesar que a Presidência deixa aqui consignado o falecimento de duas eminentes figuras da vida parlamentar brasileira — o Senador Petrônio Portella, da Representação do Estado do Piauí, que vinha exercendo o cargo de Ministro de Estado da Justiça e o Senador Jessé Freire, da Representação do Estado do Rio Grande do Norte.

A eles, que dedicaram a vida à causa pública, a homenagem de saudade e reconhecimento do Senado Federal.

II – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

II – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em sessão solene, às 15 horas do dia 1º de março, presentes altas autoridades civis e militares e membros do Corpo Diplomático, instalou-se a sessão legislativa, sob a Presidência do Senhor Senador Luiz Viana, Presidente do Senado Federal.

A solenidade compareceu o Senhor Ministro Golbery do Couto e Silva, Chefe do Gabinete Civil, portador da Mensagem Presidencial na qual o Senhor Presidente da República dava conhecimento ao Congresso Nacional dos principais resultados alcançados pelo Governo, nas várias esferas de sua atividade político-administrativa, durante o ano de 1978.

Na oportunidade o Senhor Presidente, Senador Luiz Viana, proferiu as seguintes palavras:

“Srs. Senadores e Srs. Deputados, ao inaugurar este período legislativo, honra-me exprimir a satisfação, certamente de todos os Srs. Parlamentares, pelo reencontro, que assinala o reinício de nossos trabalhos. Frequentemente, na vida do País, representa ele apenas festiva e esperançosa rotina. De outras feitas porém, como ora acontece, assinala marco de relevo na existência da nacionalidade.

Quando da instalação da atual Legislatura tive razão ao afirmar que, revogado o Ato Institucional nº 5, retomava o Congresso a autonomia e a segurança, essenciais ao normal e adequado desempenho das funções que lhe atribui a Constituição, de acordo com as tradições da cultura política do nosso povo.

Realmente assim foi, e o período legislativo se assinalou por contínua atividade, da qual lembraremos apenas a anistia e a reformulação da legislação dos partidos políticos, diplomas de singular importância na consecução de transformações na vida do Brasil. Da anistia, de cuja benemerência, por contribuir para que somente idéias, e não ressentimentos ou discriminações, separem os brasileiros, falará o reconhecimento da História.

Natural, se não imperiosa contingência da reintegração de milhares de brasileiros na vida pública, foi a implantação do pluripartidarismo, reclamado por amplos segmentos do

País, que, em face da variedade de aspirações e opiniões, dificilmente se ajustariam em duas únicas agremiações, por mais que estas houvessem buscado desempenhar vigorosamente o papel a elas reservado em fase tão difícil. Aliás, e não é demais dizê-lo, conquistaram elas, por isso mesmo, o respeito, a admiração e o reconhecimento nacional.

Impossível omitir aqui a transformação, que, graças à nova divisão das bancadas partidárias, irá se operar nos trabalhos do Congresso em decorrência do pluripartidarismo. Acredito, porém, que a diversidade ou multiplicidade não prejudicará a impreterível unidade e determinação no sentido da definitiva criação de uma sociedade democrática fundada no império da lei, e da qual legitimamente, jamais emerge o arbítrio, fonte de opressão, violência e injustiça. Sejam quais forem nossas divergências, certamente não deitarão raízes na radicalização, “inimiga mortal da tolerância”. Tenho presente, e peço licença para repeti-la, esta evocação de Milton Campos: “Podemos estar juntos, trabalhar juntos e amarmo-nos, sem que seja necessário ter o mesmo pensamento, a mesma opinião, o mesmo altar”. Nas assembléias políticas, embora salutares os debates e as divergências, nem por isso é menos importante preservar-se o equilíbrio, que esclarece o pensamento e prestigia as deliberações.

Em verdade temos hoje o privilégio de testemunhar o reencontro do Brasil com as suas melhores tradições, mediante a implantação de uma ordem política mais democrática, e que, mau grado os altos e baixos das circunstâncias, tal como as avaliaram os responsáveis pelo Poder, jamais deixou de ser reconhecida e proclamada pela Revolução de 1964 como meta a ser atingida, para se assegurar a todos os brasileiros o inalienável direito de livremente escolherem, pelo voto, o seu destino. Certamente será o termo da longa jornada iniciada no Governo do Presidente Castello Branco, e que os múltiplos fatores fez bem mais demorada do que se imaginara e desejava. E que, por uma dessas fatalidades da História, já tantas vezes observada, as revoluções raramente se desenvolvem de acordo com os seus planos iniciais.

Hoje, dentro das normas que se traçou no sentido da breve democratização do País o Governo será tanto mais forte quanto mais prestigiado esteja o Parlamento, cujo vigor e independência são inerentes ao nosso regime. Daí a oportunidade, se não a imprescindibilidade, de se ponderar e deliberar sobre atribuições e garantias, que preconceitos ocasionais dele retiraram. Foram resquícios da hora em que se acreditou, por uma errônea visão do fenômeno político, na decadência ou na fraqueza dos Parlamntos, que deveriam ceder o passo a Governos fortes, capazes de decisões prontas. Foi a época das ditaduras, das quais também não escapamos, e que se pensou destinadas a mudarem a face dos povos, assegurando-lhes prosperidade e bem-aventurança. O tempo e a alta quota de sofrimento não custaram a pôr a nu o embuste do pregoeiro dessa nova ordem, cujos enganos e resíduos haveriam de contaminar por algum tempo as próprias democracias renascentes.

Nada impede, porém, que os Parlamntos, fortalecidos, voltem a ocupar o seu lugar, sendo reconhecidos como o instrumento político mais adequado para, dentro da clássica harmonia dos Poderes, proporcionar aos povos o convívio dentro da liberdade, e a tranqüilidade fundada no respeito às maiorias legítimas pelo voto.

Aos parlamentos, para bem desempenharem a sua alta missão, e melhor ajudarem os governos nas crescentes tarefas que lhes cabe num mundo eivado de problemas e conflitos, fora imperioso não apenas assegurar-lhes garantias impostergáveis, mas ampliar-lhes atribuições e competências sem as quais acabariam por perder a própria razão de existirem. Urge consolidarmos o Governo do povo, para o povo e pelo povo.

Poderia mesmo dizer que tão necessária quanto ampla revisão constitucional, que seja apanágio e coroamento do chamado movimento de abertura, é a renovação e atualização do Legislativo, expressão mais complexa e legítima da opinião nacional. Será o caminho para a projeção de renovadas lideranças, que terão o encargo de, no futuro, polarizar a confiança e as esperanças dos homens de amanhã.

Bem sabemos quanto difícil e trabalhosa a prática de verdadeira democracia, uma democracia sem adjetivos ou apelidos, sobretudo se confrontada com as sedutoras facilidades, freqüentemente corruptas e irresponsáveis, dos regimes assentados na força. Em boa hora optamos pela transitoriedade e rotatividade dos governantes através do voto, única fonte de poder numa democracia. Não devemos temer os seus riscos, e sim aceitá-los de boa mente certos de que o vencido de hoje poderá ser o vencedor de amanhã.

Mas, na medida em que cresce nossa liberdade e segurança, maiores são, permitam-me dizê-lo, se não repeti-lo, nossas responsabilidades. Até porque, bem o sabemos todos nós, nenhum poder mais fiscalizado, mais vigiado, por vezes mais agredido pela maledicência do que o Legislativo, cujos erros e falhas, inseparáveis da condição humana, costumam ser vistos e analisados com fortes lentes de aumento, geralmente falsas, malignas e injustas. Bem sei, aliás, estarem quantos aqui representam o povo imbuídos da convicção de que um dos nossos maiores deveres, máxime nesta fase de reformulação e reorganização da vida partidária do Brasil, está em continuarmos, pelo nosso patriotismo, devoção ao trabalho, e sinceridade de propósitos, a merecer o respeito da Nação. Para conseguí-lo será imperiosa a nossa capacidade de sopitar paixões, certos de que nada se sobrepõe às horas graves, diria mesmo dolorosas que o País enfrenta para vencer contingências provenientes, em grande parte, de fatos independentes da vontade ou acima da capacidade do Brasil. E não será sem propósito acentuarmos quanto seria frutuoso para a Nação evitarmos ter a casa dividida, para que se multiplicassem nossas forças na árdua batalha, que não é de ninguém, pois é de todos os que almejam superadas as dificuldades sociais, econômicas, financeiras e políticas impossíveis de serem ignoradas ou minimizadas.

Precisamos, porém, aceitar esse desafio do futuro, que reclama uma soma de esforços, que seguramente terão nos trabalhos do Congresso hoje reiniciados, exemplo no qual a Nação encontrará estímulo e confiança.

Se muito foi feito em busca da democracia, nem por isso deixa de haver obstáculos a galgar com firmeza e sabedoria. Ao próprio Governo talvez nem sempre tenha sido fácil transpô-lo, tanto é notório existirem remanescentes das extremidades desejosas de um retrocesso político, que acalentam prelibando possíveis dificuldades episódica, quiçá erros provindos dos radicais de toda a sorte. Devemos por isso mesmo estar conscientes dos perigos que a conjuntura nacional e a internacional poderão fazer maiores do que os sentimentos, caso nossa prudência e determinação não souberem contorná-los, inclusive através de transações inerentes à política. Por certo, muitos são os caminhos, e cada qual deverá seguir o que lhe pareça melhor. O que não impede admitir a boa fé dos que não acampanham nossos passos. O fundamental é que, sejam quais forem as circunstâncias, sejam quais forem os sacrifícios, permaneçamos convictos de que fora da Lei não há salvação, pois somente ela assegura a Liberdade.

Sub lege libertas."

III – O SENADO FEDERAL

**Na Segunda Sessão Legislativa Ordinária da
46ª Legislatura**

A — COMPOSIÇÃO

Ao entrar em vigor a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979 que, em seu artigo 2º, extinguiu os partidos políticos então existentes, era a seguinte a composição do Senado Federal:

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

Senadores	Estado	Senadores	Estado
José Guimard	Acre	Milton Cabral	Paraíba
Jorge Kalume		Lourival Baptista	Sergipe
Raimundo Parente	Amazonas	Passos Pôrto	
Eunice Michiles		Jutahy Magalhães	Bahia
Aloysio Chaves	Pará	Lomanto Junior	
Gabriel Hermes		Luiz Viana	
Jarbas Passarinho		Moacyr Dalla	Espírito Santo
José Sarney	Maranhão	João Calmon	
Alexandre Costa		Murilo Badaró	Minas Gerais
Henrique de La Rocque		Amaral Furlan	São Paulo
Alberto Silva	Piauí	Benedito Ferreira	Goiás
Bernardino Viana		Benedito Canelas	Mato Grosso
Helvídio Nunes		Gastão Müller	
Almir Pinto	Ceará	Vicente Vuolo	
José Lins		Mendes Canale	Mato Grosso do Sul
Dinarte Mariz	Rio Grande do Norte	Pedro Pedrossian	
Jessé Freire		Saldanha Derzi	
Aderbal Jurema	Pernambuco	Affonso Camargo	Paraná
Nilo Coelho		Lenoir Vargas	Santa Catarina
Arnon de Mello	Alagoas	Tarso Dutra	Rio Grande do Sul
Luiz Cavalcante			

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Senadores	Estado	Senadores	Estado
Adalberto Sena	Acre	Dirceu Cardoso	Espírito Santo
Evandro Carreira	Amazonas	Itamar Franco	Minas Gerais
Mauro Benevides	Ceará	Tancredo Neves	
Agenor Maria	Rio Grande do Norte	Franco Montoro	São Paulo
Cunha Lima	Paraíba	Orestes Quércia	
Humberto Lucena		Iázaro Barboza	Goiás
Marcos Freire	Pernambuco	Henrique Santillo	
Teotônio Vilela	Alagoas	Leite Chaves	Paraná
Gilvan Rocha	Sergipe	José Richa	
Roberto Saturnino	Rio de Janeiro	Evelásio Vieira	Santa Catarina
Amaral Peixoto		Jaison Barreto	
Nelson Carneiro		Paulo Brossard	Rio Grande do Sul
Hugo Ramos		Pedro Simon	

Ao iniciar-se a sessão legislativa, a Mesa do Senado Federal, em obediência ao disposto no artigo 3º da Lei nº 6.767, de 1979, e para que fossem organizados na Casa os blocos partidários, baixou o seguinte Ato:

ATO DA MESA Nº 1, DE 1980

Dispõe sobre a organização e funcionamento de blocos parlamentares.

A Mesa do Senado Federal, nos termos do art. 3º da Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, decide:

Art. 1º Durante a atual legislatura, e até a fundação dos partidos políticos, os Senadores se organizarão em blocos parlamentares.

§ 1º Os blocos a que se refere este artigo serão integrados por Senadores filiados a um mesmo partido em organização, os quais para efeitos regimentais comunicarão à Mesa do Senado Federal a sua constituição.

§ 2º Os instituidores do bloco juntarão, à comunicação referida no parágrafo anterior, prova de fundação do partido a que se tenha filiado. Também deverão indicar o nome com que funcionará o bloco.

§ 3º Atendidas as condições previstas nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o Senador ainda não integrante de bloco poderá fazê-lo em qualquer oportunidade.

Art. 2º O Senador integrante de um bloco não poderá transferir-se para outro.

Art. 3º Os blocos terão função de partido e, como tal, o seu funcionamento obedecerá às normas regimentais vigentes.

Art. 4º Até a organização dos blocos, as Comissões Técnicas manterão sua atual composição, inclusive quanto aos seus dirigentes.

Parágrafo único. Enquanto não se organizarem os blocos partidários, os membros das Comissões Mistas serão escolhidos pelo Presidente do Senado Federal.

Art. 5º Não terá participação em Comissão Técnica o Senador sem filiação a bloco parlamentar.

Art. 6º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 1980. — **Luiz Viana — Nilo Coelho — Dinarte Mariz — Alexandre Costa — Gabriel Hermes — Gastão Müller — Jorge Kalume.**

Na sessão extraordinária do Senado, realizada às 18,30 horas do dia 19 de março de 1980, o Senhor Presidente fez ao Plenário a seguinte comunicação:

“Em reunião realizada hoje, a Mesa do Senado, à vista das comunicações encaminhadas pelos Senhores Senadores, reconheceu, para os efeitos legais e regimentais, a constituição, no Senado, dos seguintes blocos parlamentares:

— **“BLOCO TRABALHISTA”, DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**, integrado pelo Senador Leite Chaves.

— **BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL**, integrado pelos Senadores Jorge Kalume, José Guiomard, Eunice Michiles, Raimundo Parente, Aloysio Chaves, Gabriel Hermes, Jarbas Passarinho, Henrique de La Rocque, José Sarney, Bernardino Viana, Helvídio Nunes, Almir Pinto, José Lins, Dinarte Mariz, Milton Cabral, Aderbal Jurema, Nilo Coelho, Luiz Cavalcante, Lourival Baptista, Passos Pôrto, Jutahy Magalhães, Lomanto Júnior, Luiz Viana, João Calmon, Moacyr Dalla, Amaral Peixoto, Murilo Badaró, Benedito Ferreira, Benedito Canelas, Vicente Vuolo, Pedro Pedrossian, Saldanha Derzi e Tarso Dutra.

— **BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**, integrado pelo Senador Henrique Santillo.

— **BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO POPULAR**, integrado pelos Senadores Tancredo Neves, Mendes Canale, Gilvan Rocha, Evelásio Vieira, Gastão Müller, Affonso Camargo e Alberto Silva.

— **BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**, integrado pelos Senadores Paulo Brossard, Mauro Benevides, Cunha Lima, Humberto Lucena, Evandro Carneira, Adalberto Sena, José Richa, Franco Montoro, Roberto Saturnino, Teotônio Vilela, Agenor Maria, Orestes Quércia, Jaison Barreto, Lázaro Barboza, Nelson Carneiro, Itamar Franco, Marcos Freire e Pedro Simon.”

Posteriormente, foram encaminhadas à Mesa as seguintes declarações de filiação partidária:

Data	Senador	Bloco Parlamentar
21-03-80	Lenoir Vargas	Partido Democrático Social (PDS)
* 01-04-80	José Caixeta	Partido Democrático Social (PDS)
09-04-80	Amaral Furlan	Partido Democrático Social (PDS)
09-04-80	Jessé Freire	Partido Democrático Social (PDS)
* 17-04-80	João Lúcio	Partido Democrático Social (PDS)
* 05-05-80	Valdon Varjão	Partido Popular (PP)
* 10-06-80	Alberto Lavinias	Partido Democrático Social (PDS)
07-08-80	Hugo Ramos	Partido Popular (PP)
* 02-09-80	Luiz Fernando Freire	Partido Democrático Social (PDS)
* 01-10-80	Oziris Pontes	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
* 21-10-80	Martins Filho	Partido Democrático Social (PDS)
* 21-11-80	José Fragelli	Partido Popular (PP)

* Ver alteração na Representação

A 1º de agosto e 18 de setembro de 1980, foram, respectivamente, extintos os Blocos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores e do Partido Trabalhista, em virtude de seus únicos integrantes, os Senhores Senadores Henrique Santillo e Leite Chaves, terem-se filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em 22 de outubro de 1980, o Senhor Senador Hugo Ramos, desligando-se do Bloco

Parlamentar do Partido Popular (PP), filia-se ao Bloco Parlamentar do Partido Democrático Social (PDS), e, a 21 de novembro, o Senhor Senador Saldanha Derzi, que, a 29 de outubro, se desligara do Bloco Parlamentar do Partido Democrático Social (PDS), filia-se ao Bloco Parlamentar do Partido Popular (PP). A 7 de novembro o Senhor Senador Luiz Fernando Freire desliga-se do Bloco Parlamentar do Partido Democrático Social (PDS).

Ao encerrar-se a sessão legislativa, era a seguinte a composição dos Blocos Parlamentares no Senado Federal:

BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL (PDS)

Senador	Estado
Jorge Kalume	Acre
José Guiomard	
Eunice Michiles	Amazonas
Raimundo Parente	
Aloysio Chaves	Pará
Gabriel Hermes	
Jarbas Passarinho	
José Sarney	Maranhão
Bernardino Viana	Piauí
Helvídio Nunes	
Almir Pinto	Ceará
José Lins	
Dinarte Mariz	Rio Grande do Norte
Martins Filho	
Aderbal Jurema	Pernambuco
Nilo Coelho	
Arnon de Mello	Alagoas
Luiz Cavalcante	
Lourival Baptista	Sergipe
Passos Pôrto	

Senador	Estado
Jutahy Magalhães	Bahia
Lomanto Júnior	
Luiz Viana	
João Calmon	Espírito Santo
Moacyr Dalla	
Amaral Peixoto	Rio de Janeiro
Hugo Ramos	
Murilo Badaró	Minas Gerais
Amaral Furlan	São Paulo
Benedito Ferreira	Goias
Benedito Canelas	Mato Grosso
Vicente Vuolo	
Lenoir Vargas	Santa Catarina
Tarso Dutra	Rio Grande do Sul

BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB)

Adalberto Sena	Acre
Evandro Carreira	Amazonas
* Oziris Pontes	Ceará
Agenor Maria	Rio Grande do Norte
Cunha Lima	Paraíba
* Suplente do Senhor Senador Mauro Benevides	

Senador	Estado
Humberto Lucena	Paraíba
Marcos Freire	Pernambuco
Teotônio Vilela	Alagoas
Nelson Carneiro	Rio de Janeiro
Roberto Saturnino	
Itamar Franco	Minas Gerais
Franco Montoro	São Paulo
Orestes Quécia	São Paulo
Henrique Santillo	Goiás
Lázaro Barboza	
José Richa	Paraná
Leite Chaves	
Jaison Barreto	Santa Catarina
Paulo Brossard	Rio Grande do Sul
Pedro Simon	

**BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO
POPULAR (PP)**

Senador	Estado
Tancredo Neves	Minas Gerais
Gastão Müller	Mato Grosso
José Fragelli	
Mendes Canale	Mato Grosso do Sul
Saldanha Derzi	
Afonso Camargo	Paraná
Evelásio Vieira	Santa Catarina
Alberto Silva	Piauí
Gilvan Rocha	Sergipe

Sem filiação a Bloco Parlamentar permaneceram os Senhores Senadores Alexandre Costa e Luiz Fernando Freire (Maranhão) e Dirceu Cardoso (Espírito Santo).

Não se filiou a Bloco Parlamentar o Senhor Senador Maurício Leite (Paraíba), suplente do Senador Milton Cabral.

A.1 — ALTERAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO

O Senado Federal inaugurou a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 46ª Legislatura desfalcado de uma de suas mais eminentes figuras, o Senador Petrônio Portella, falecido a 6 de Janeiro, e que vinha exercendo na época o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

Em 13 de outubro, o Senado foi novamente atingido com o desaparecimento de mais um de seus ilustres membros, o nobre Senador Jessé Freire.

Com a declaração da vaga ocorrida na representação do Estado do Rio Grande do Norte, foi convocado e tomou posse do mandato, no dia 21 de outubro, o nobre Senador Martins Filho.

Efetivada a renúncia do ilustre Senador Henrique de La Rocque, nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, foi convocado e tomou posse do mandato, no dia 2 de setembro, o respectivo Suplente, Senador Luiz Fernando Freire.

Por força da Emenda Constitucional nº13, exerceram o mandato de Senador os Suplentes José Caixeta, João Lucio, Valdon Varjão, Alberto Lavinas, Oziris Pontes e Maurício Leite, durante a licença dos Senadores Benedito Ferreira, Arnon de Mello, Gastão Müller, Amaral Peixoto, Mauro Benevides e Milton Cabral, respectivamente.

Em virtude de vaga ocorrida com o afastamento do Senhor Senador Pedro Pedrossian, nomeado Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, a Presidência, à vista do disposto nos artigos 34 e 36 da Constituição, convocou o seu primeiro suplente, o Senhor José Fragelli que, a 19 de novembro, tomou posse do mandato.

A.2 — COMUNICAÇÕES DE AFASTAMENTO DO PAÍS

Para afastamento do País, nos termos regimentais, foram encaminhadas à Presidência da Casa as seguintes comunicações:

a) Em caráter particular:

- 1 — Durante o período de recesso — dezembro/79 a fevereiro/80:
Senador Milton Cabral — de 23 de janeiro a 16 de fevereiro
Senador Affonso Camargo — de 26 de dezembro a 6 de janeiro
Senador Jessé Freire — a partir de 11 de fevereiro
- 2 — Durante o período das sessões — 1º de março a 30 de junho/80
Senador Luiz Viana — a partir de 25 de abril
Senador Gastão Müller — a partir de 2 de maio
Senador José Sarney — de 20 a 25 de maio
Senador Paulo Brossard — a partir de 20 de maio
Senador João Calmon — de 31 de maio a 1º de junho
- 3 — Durante o período de recesso — julho/80
Senador Amaral Furlan — de 14 a 16 e de 25 a 31 de julho
- 4 — Durante o período das sessões — de agosto a 5 de dezembro/80
Senador Amaral Furlan — de 1º a 16 de agosto
Senador José Sarney — de 22 a 26 de setembro
Senador Luiz Fernando Freire — 10 a 20 de outubro e de 24 de novembro a 1º de dezembro
Senador Marcos Freire — a partir de 15 de novembro

b) A convite de Entidades Estrangeiras:

- Senador Franco Montoro — 16-4 a 19-4 — Foro Latino-Americano — México.
Senadora Eunice Michiles — 14-7 a 12-8 — Governo dos Estados Unidos da América.
Senador Orestes Quécia — 24-9 a 7-10 — Governo da República Popular da China.

A.3 — LICENÇA

a) O Senado concedeu licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 47, inciso I, do Regimento Interno, aos Senadores:

- Benedito Ferreira — Requerimento nº 44/80, período de 1º de abril a 29 de julho de 1980.
- Arnon de Mello — Requerimento nº 69/80, período de 11 de abril a 8 de agosto de 1980.
- Amaral Peixoto — Requerimento nº 204/80, período de 9 de junho a 7 de outubro de 1980.
- Benedito Ferreira — Requerimento nº 308/80, período de 30 de julho a 26 de novembro de 1980.
- Jessé Freire — Requerimento nº 313/80, período de 1º de agosto a 30 de setembro de 1980.
- Arnon de Mello — Requerimento nº 316/80, período de 9 de agosto a 6 de novembro de 1980.
- Jessé Freire — Requerimento nº 420/80, período de 1º de outubro a 5 de dezembro de 1980.

b) O Senado concedeu licença para tratar de interesses particulares, nos termos do art. 47, inciso II, do Regimento Interno, aos Senadores:

- Gastão Müller — Requerimento nº 116/80, período de 5 de maio a 7 de setembro de 1980.
- Mauro Benevides — Requerimento nº 413/80, período de 30 de setembro a 28 de janeiro de 1981.
- Milton Cabral — Requerimento nº 522/80, período de 13 de novembro a 12 de março de 1981.

B — DIREÇÃO

A Comissão Diretora, a quem compete exercer a administração do Senado Federal, é constituída dos titulares da Mesa que é, observadas as normas constitucionais e regimentais, eleita nas reuniões preparatórias que antecedem a instalação da 1ª e 3ª sessões legislativas ordinárias de cada Legislatura, para um mandato de dois anos.

Desta forma, dirigiu a Casa nesta 2ª Sessão Legislativa, a seguinte Mesa, eleita a 1.º de fevereiro de 1979:

Presidente:	Luiz Viana
1º-Vice-Presidente:	Nilo Coelho
2º-Vice-Presidente:	Dinarte Mariz
1º-Secretário:	Alexandre Costa
2º-Secretário:	Gabriel Hermes
3º-Secretário:	Lourival Baptista
4º-Secretário:	Gastão Müller
Suplentes de Secretários:	Jorge Kalume Benedito Canelas Passos Pôrto

C — LIDERANÇAS

Organizados os Blocos Partidários, foram indicados, à Mesa, os respectivos Líderes, em documentos subscritos pela maioria de seus membros.

Os Líderes, por sua vez, comunicaram, à Mesa, as indicações para as respectivas Vice-Lideranças, ficando o Colégio de Líderes, na Casa, assim constituído:

Liderança do Bloco Parlamentar do Partido Democrática Social — PDS

Líder — Senador Jarbas Passarinho

Vice-Líderes — Senadores

Aderbal Jurema
Aloysio Chaves
Bernardino Viana
José Lins
Lomanto Júnior
Moacyr Dalla
Murilo Badaró
Saldanha Derzi *

(*) Desligou-se do PDS em 30-10-80, sendo indicado para sua vaga, em 7-11-80, o Senador Jutahy Magalhães.

Liderança do Bloco Parlamentar do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB

Líder — Senador Paulo Brossard

Vice-Líderes — Senadores

Humberto Lucena
José Richa
Marcos Freire
Mauro Benevides
Nelson Carneiro
Orestes Quércia
Pedro Simon
Roberto Saturnino

**Liderança do Bloco Parlamentar do Partido
Popular — PP**

Líder — Senador Gilvan Rocha

Vice-Líderes — Senadores

Evelásio Vieira
Alberto Silva

**Liderança do Bloco Parlamentar do Partido
Trabalhista Brasileiro — PTB**

Líder — Senador Leite Chaves

**Liderança do Bloco Parlamentar do Partido
dos Trabalhadores — PT**

Líder — Senador Henrique Santillo

Obs.: Com a extinção do Bloco Parlamentar do Partido Trabalhista Brasileiro e do Bloco Parlamentar do Partido dos Trabalhadores, extintas ficaram as respectivas lideranças.

D — O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

D.1 — SESSÕES REALIZADAS

O Senado fez realizar 205 sessões plenárias, sendo:

149	ordinárias
51	extraordinárias
5	especiais

Deixaram de ser realizadas 23 sessões ordinárias em virtude de:

Realização de sessão especial do Senado Federal	5
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional	8
Requerimento	5
Falta de quorum	4
Encerramento dos trabalhos da presente sessão legislativa	1

Como homenagem de pesar, foram levantadas as seguintes sessões:

- Em 3-3-80 — Falecimento do Deputado Amâncio de Azevedo
- Em 4-3-80 — Falecimento do Senador Petrônio Portella
- Em 5-3-80 — Falecimento do Deputado Arnaldo Busato
- Em 20-3-80 — Falecimento do Deputado Jamel Cecílio
- Em 10-6-80 — Falecimento do Deputado Belmiro Teixeira
- Em 13-10-80 — Falecimento do Senador Jessé Freire

Em virtude de requerimentos aprovados pelo Plenário, foram realizadas as seguintes sessões especiais:

Req.	Autor	Data	Finalidade
005	Jarbas Passarinho	19-03-80	Reverenciar a memória do Senador Petrônio Portella.
012	Dinarte Mariz	29-04-80	Reverenciar a memória do Doutor José Américo de Almeida.
057	Murilo Badaró	14-05-80	Homenagear Duque de Caxias pelo transcurso do Centenário de sua morte.
333	Pedro Simon	03-10-80	Comemorar os cinquenta anos da Revolução de 1930.
439	Dinarte Mariz	19-11-80	Reverenciar a memória do Senador Jessé Freire.

Ainda em virtude de requerimentos aprovados pelo Plenário, o expediente de várias sessões foi dedicado a homenagens e comemorações:

Req.	Autor	Data	Finalidade
009	Paulo Brossard	17-04-80	Homenagem à memória de Pontes de Miranda.
226	Paulo Brossard	23-06-80	Comemoração do centenário de nascimento de João Mangabeira.
229	Marcos Freire	26-06-80	Reverenciar a memória do escritor Alvaro Lins, pelo transcurso do 10º aniversário de sua morte.
338	Gabriel Hermes	25-08-80	Comemoração do Dia do Soldado.
261	Paulo Brossard	02-09-80	Reverenciar a memória do ex-Senador Flores da Cunha.
394	Dirceu Cardoso	25-09-80	Dedicado à memória de Pedro Aleixo.
432	Jorge Kalume	23-10-80	Homenagem a Santos Dumont e às comemorações do "Dia da Asa" e do 74º aniversário do vôo do "14-Bis".

D.1.1 — COMPARECIMENTO DE MINISTROS DE ESTADO

A Constituição Federal, no seu artigo 38, **caput**, regula o comparecimento de Ministros de Estado ao Plenário do Senado Federal, quando convocados para prestarem, pessoalmente, informações acerca de assunto previamente determinado.

Invocando este dispositivo constitucional e o art. 418, inciso I, do Regimento Interno, o Senador Humberto Lucena apresentou o Requerimento nº 115/80, que, aprovado pelo Plenário, ensejou a convocação do Senhor Ministro do Trabalho, Doutor Murilo Macedo, para prestar informações, principalmente sobre todos os fatos relacionados com a greve do ABC paulista, sobre as propostas de modificação na nova lei de política salarial e, bem assim, sobre o encaminhamento ao Congresso do projeto de lei da nova CLT. Atendendo à convocação, compareceu ao Plenário da Casa, na sessão de 13 de junho o Sr. Ministro Murilo Macedo. Após a explanação do Sr. Ministro, foram interpelantes os Senhores Senadores Humberto Lucena, Milton Cabral, Leite Chaves, Henrique Santillo, Aloysio Chaves e Marcos Freire.

Os mesmos dispositivos legais foram acionados pelo Senador Dinarte Mariz para convocar, através do Requerimento nº 89/80, o Senhor Ministro da Saúde, Doutor Waldyr Arcoverde. Sua Excelência compareceu ao Plenário do Senado Federal, na sessão de 18 de junho, para prestar as informações solicitadas sobre o Plano Nacional de Saúde e sobre a Vacinação contra Doenças Contagiosas. Foram interpelantes os Senhores Senadores Gilvan Rocha, Dinarte Mariz, Leite Chaves, Bernardino Viana, Jaison Barreto, Dirceu Cardoso, Hugo Ramos e Jarbas Passarinho.

Através dos mesmos dispositivos legais, o Senador José Lins convocou, através do Requerimento nº 78/80, o Senhor Ministro Extraordinário para a Desburocratização Dr. Hélio Beltrão. Sua Excelência compareceu ao Plenário do Senado Federal, na sessão de 25 de junho, para prestar as informações solicitadas sobre o "Programa Nacional de Desburocratização". Foram interpelantes os Senhores Senadores José Lins, Aloysio Chaves, Humberto Lucena, Aderbal Jurema, Lomanto Júnior e Jarbas Passarinho.

Foi, ainda, aprovado o requerimento nº 415/80, de autoria do Senhor Senador Lázaro Barboza, convocando o Senhor Ministro das Minas e Energia, a fim de prestar informações sobre a crise energética no País. Sua Excelência não chegou a comparecer ao Plenário, devendo fazê-lo no início da próxima sessão legislativa.

D.2 — REPRESENTAÇÃO EXTERNA

D.2.1 — MISSÕES DO SENADO

Na presente Sessão Legislativa, a Presidência teve oportunidade de designar, para representar o Senado em eventos de interesse parlamentar, realizados no exterior e no País, os seguintes Senhores Senadores:

a) NO EXTERIOR

Senador Amaral Furlan	Representante da Delegação do Grupo Brasileiro à reunião da Bolsa Internacional de Turismo, a realizar-se em Berlim, Alemanha, a partir de 1º de março.
Senador Gabriel Hermes Senador Roberto Saturnino	Representantes da Delegação Brasileira à 126ª Reunião do Conselho Interparlamentar, realizada em Oslo, Noruega, de 7 a 12 de abril.
Senador Saldanha Derzi	Representante do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo na 4ª Reunião do Comitê de Membros afiliados da Organização Mundial de Turismo, realizada em Madrid, Espanha, no mês de abril.
Senador Alexandre Costa Senador Lourival Baptista	Representantes da Mesa Diretora do Senado Federal na solenidade de assinatura do convênio celebrado entre o Senado Federal e a State University of New York, em Albany, nos Estados Unidos da América.
Senador Jutahy Magalhães Senador Lourival Baptista Senador Marcos Freire Senador Mauro Benevides Senador Tarso Dutra	Representantes do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, à 67ª Conferência Interparlamentar, realizada em Berlim (RDA) de 14 a 24 de setembro.
Senador Moacyr Dalla Senador Saldanha Derzi	Representantes do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, da Assembléia-Geral da OMT, realizada em Manila, de 27 de setembro a 10 de outubro.
Senador Lázaro Barboza	Integrante da Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo ao 50º Congresso Mundial da ASTA, realizado em Manila, Filipinas, de 19 a 25 de outubro.
Senador Mendes Canale	Representante do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano na reunião de sua Comissão Diretora, realizada em Bogotá, Colombia, de 6 a 10 de outubro.
Senador Gabriel Hermes	Representante do Senado, como Observador, na 1ª Assembléia Mundial de Pequenas e Médias Empresas, em Nova Delhi, Índia, a partir de 10 de novembro.

b) NO PAIS

Senador Humberto Lucena
Senador Dinarte Mariz
Senador Lourival Baptista

Representantes do Senado nos funerais do Dr. José Américo de Almeida, em 11-3, na Paraíba.

Senador José Richa

Representante do Senado na IV Festa da Maçã, em Guarapuava, Estado do Paraná, a partir de 22-3.

Senador Saldanha Derzi

Representante do Senado na inauguração da 46ª Exposição Nacional de Gado Zebu, realizada no dia 3 de maio, no Parque Fernando Costa, em Uberaba, Minas Gerais.

Senador Agenor Maria

Representante da Comissão de Assuntos Regionais do Senado, na Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada nos dias 28 a 30 de abril, na cidade do Recife.

Senador Dinarte Mariz
Senador Almir Pinto
Senador Agenor Maria

Designados pela Presidência para comparecerem, como observadores, à reunião da SUDENE.

Senador José Caixeta

Representante do Senado na XXXV Exposição Agropecuária do Estado de Goiás, realizada no Parque Agropecuário de Goiânia, no período de 31 de maio a 8 de junho.

Senador Aloysio Chaves
Senador Gabriel Hermes

Representantes do Senado na Liturgia da Ordenação Episcopal do Monsenhor Miguel Maria Giambelli, como primeiro Bispo Diocesano da Diocese de Bragança — Pará, no dia 15 de junho.

Senador Mendes Canale
Senador Leite Chaves
Senador Almir Pinto
Senador Alberto Silva
Senador Mauro Benevides
Senador Agenor Maria
Senador Evelásio Vieira
Senador Valdon Varjão

Representantes da Comissão de Assuntos Regionais na visita ao Nordeste, atendendo convite do DNOCS (Fortaleza — CE), no período de 24 a 29 de junho.

Senador Mauro Benevides

Representante da Comissão de Assuntos Regionais na Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada no período de 28 de agosto de 1º de setembro, em São Luís, Maranhão.

Senador Lomanto Júnior
Senador Almir Pinto
Senador Orestes Quercia
Senador Mendes Canale

Representantes do Senado no conclave Municipalista, na cidade de Fortaleza — CE, no período de 12 a 20 de setembro.

Senador Amaral Peixoto
Senador Dinarte Mariz
Senador Nelson Carneiro

Representantes do Senado nos funerais do Senador Jessé Freire.

Senador Evandro Carreira
Senador Gabriel Hermes
Senador Aloysio Chaves

Representantes da Comissão de Assuntos Regionais na Primeira Reunião de Chanceleres dos Países do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada nos dias 23 e 24 de outubro, em Belém, Pará.

Senador Nelson Carneiro
Senador Hugo Ramos

Representantes do Senado no II Congresso das Associações Comerciais do Brasil, realizado no período de 6 a 8 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro.

Senador Evandro Carreira

Representante da Comissão de Assuntos Regionais na reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, realizada de 27 a 28 de novembro, na cidade de Belém, Pará.

D.2.2 — MISSÕES DO EXECUTIVO

O Senado Federal concedeu, ainda, licença para aceitarem missões para as quais foram designados, pelo Poder Executivo, aos seguintes Senhores Senadores:

Senador Jarbas Passarinho	Integrante da Comitativa Presidencial que visitou a República do Paraguai.
Senador Helvídio Nunes	Integrante da Delegação do Brasil na 66ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, Suíça, no período de 6 a 30 de junho.
Senador Milton Cabral	Integrante, como Observador Parlamentar, da Delegação do Brasil à IX Sessão Reconvocada da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, realizada em Genebra, no período de 29 de julho a 16 de agosto.
Senador José Richa	Integrante, como Observador Parlamentar, da Delegação do Brasil à IX Sessão Reconvocada da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, realizada em Genebra, no período de 16 a 29 de agosto.
Senador Murilo Badaró Senador Evelásio Vieira Senador Lomanto Junior Senador Agenor Maria Senador Jarbas Passarinho Senador Nilo Coelho Senador Humberto Lucena	Integrantes, como Observadores Parlamentares, da Delegação do Brasil à XXXV Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

D.3 — COMISSÕES

D.3.1 — COMISSÕES PERMANENTES

a) COMPOSIÇÃO

Com a extinção dos Partidos Políticos e, de acordo com o art. 4º do Ato nº 1/80, da Mesa do Senado, as Comissões Permanentes mantiveram a seguinte composição:

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titulares

Passos Pôrto
Benedito Canelas
Pedro Pedrossian *
José Lins
Evelásio Vieira
Leite Chaves
José Richa

Suplentes

Jutahy Magalhães
Affonso Camargo
João Calmon
Agenor Maria
Amaral Peixoto

(*) Substituído, em 3-11-80, pelo Senador Martins Filho.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

Titulares

Mendes Canale
José Lins
Eunice Michiles
Vicente Vuolo
Evandro Carreira
Agenor Maria
Mauro Benevides *

Suplentes

Raimundo Parente
Alberto Silva
Almir Pinto
Marcos Freire
Humberto Lucena

(*) Substituído, em 3-12-80, pelo Senador Oziris Pontes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

Henrique de La Rocque (**)
Helvídio Nunes
José Sarney (***)
Aloysio Craves
Aderbal Jurema
Murilo Badaró

Suplentes

Lenoir Vargas
João Calmon
Almir Pinto
Milton Cabral
Bernardino Viana (*)
Arnon de Mello

(*) Substituído, em 11-9-80, pelo Senador Luiz Freire

(**) Assume a vaga, em 11-9-80, o Senador Bernardino Viana

(***) Substituído, em 5-11-80, pelo Senador Hugo Ramos

Titulares

Moacyr Dalla
 Amaral Furlan
 Raimundo Parente
 Orestes Quércia
 Leite Chaves
 Lázaro Barboza
 Nelson Carneiro
 Paulo Brossard
 Franco Montoro

Suplentes

Cunha Lima
 Tancredo Neves
 Dirceu Cardoso

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

Titulares

Jessé Freire (**)
 José Sarney
 Passos Pôrto
 Saldanha Derzi
 Affonso Camargo
 Murilo Badaró
 Benedito Ferreira (*)
 Itamar Franco
 Lázaro Barbosa
 Adalberto Sena
 Mauro Benevides

Suplentes

José Guiomard
 Tarso Dutra
 Benedito Canelas
 Moacyr Dalla
 Henrique Santillo
 Roberto Saturnino
 Gilvan Rocha

(*) Substituído, em 20-5-80, pelo Senador José Caixeta
 (**) Assume, em 22-10-80, o Senador Martins Filho

COMISSÃO DE ECONOMIA

Titulares

Arnon de Mello
 Bernardino Viana
 José Lins
 Jessé Freire *
 Milton Cabral
 Benedito Canelas
 Luiz Cavalcante
 Roberto Saturnino
 Teotônio Vilela
 Marcos Freire
 Pedro Simon

Suplentes

Helvídio Nunes
 Alberto Silva
 Benedito Ferreira
 Vicente Vuolo
 José Richa
 Orestes Quércia
 Tancredo Neves

(*) Assume, em 3-11-80, o Senador Lenoir Vargas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titulares

João Calmon
 Tarso Dutra
 Jutahy Magalhães
 Aloysio Chaves
 Aderbal Jurema
 Eunice Michiles
 Adalberto Sena
 Evelásio Vieira
 Franco Montoro

Suplentes

José Lins
 Arnon de Mello
 Jorge Kalume
 Pedro Pedrossian
 Marcos Freire
 Gilvan Rocha

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titulares

Raimundo Parente
Arnon de Mello (*)
Lomanto Júnior
Affonso Camargo
Vicente Vuolo
Alberto Silva
Amaral Furlan
Jorge Kalume
Jutahy Magalhães
Mendes Canale
Cunha Lima
Tancredo Neves
Roberto Saturnino
Amaral Peixoto (****)
Pedro Simon
Mauro Benevides
Teotônio Vilela

Suplentes

Saldanha Derzi
Henrique de LaRocque (**)
Jessé Freire (***)
José Sarney
Milton Cabral
José Guiomard
Paulo Brossard
Marcos Freire
Lázaro Barbosa
José Richa

(*) Substituído, em 14-8-80, pelo Senador João Lucio

(**) Assume, em 11-9-80, o Senador Luiz Freire

(***) Assume, em 23-10-80, o Senador Martins Filho

(****) Substituído, em 14-8-80, pelo Senador Alberto Lavinias, voltando à Comissão, em 5-11-80,

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Titulares

Lenoir Vargas
Helvídio Nunes
Jessé Freire (**)
Moacyr Dalla
Henrique de La Rocque (*)
Aloysio Chaves
Franco Montoro
Humberto Lucena
Jaison Barreto

Suplentes

Jutahy Magalhães
Raimundo Parente
Eunice Michiles
Benedito Canelas
Nelson Carneiro
Marcos Freire

(*) Assume, em 11-9-80, o Senador Luiz Freire

(**) Assume, em 3-11-80, o Senador Martins Filho

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Titulares

Luiz Cavalcante
Milton Cabral
Alberto Silva
Arnon de Mello
Dirceu Cardoso
Itamar Franco
Henrique Santillo

Suplentes

Affonso Camargo
João Calmon
Jutahy Magalhães
Gilvan Rocha
Roberto Saturnino

COMISSÃO DOS MUNICÍPIOS

Titulares

Lomanto Júnior
Almir Pinto
Amaral Furlan
Amaral Peixoto
Benedito Canelas
Jutahy Magalhães
Lenoir Vargas
Moacyr Dalla
Raimundo Parente
Saldanha Derzi
José Richa
Orestes Quércia
Mauro Benevides (*)
Evandro Carreira
Lázaro Barbosa
Affonso Camargo
Valdon Varjão (**)

Suplentes

Tarso Dutra
João Lucio
Aderbal Jurema
José Sarney
Murilo Badaró
Agenor Maria
Jaison Barreto
Humberto Lucena
Evelásio Vieira (***)

(*) Substituído, em 2-9-80, pelo Senador Itamar Franco

(**) Substituído, em 15-9-80, pelo Senador Evelásio Vieira

(***) Substituído, em 15-9-80, pelo Senador Gilvan Rocha

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titulares

Tarso Dutra
Saldanha Derzi
Mendes Canale
Dirceu Cardoso
Adalberto Sena

Suplentes

João Calmon
Murilo Badaró
José Sarney
Itamar Franco

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Titulares

Tarso Dutra
Bernardino Viana
Saldanha Derzi
Lomanto Júnior
Mendes Canale
Aderbal Jurema
Almir Pinto
Lenoir Vargas
José Sarney (*) (**)
Paulo Brossard
Nelson Carneiro
Itamar Franco
José Richa
Amaral Peixoto
Tancredo Neves

Suplentes

Aloysio Chaves
Pedro Pedrossian
Henrique de La Rocque
José Guiomard
Luiz Cavalcante
Marcos Freire
Mauro Benevides
Leite Chaves

(*) Substituído, em 11-9-80, pelo Senador Luiz Freire

(**) Desligou-se do PDS em 6-11-80, sendo indicado para sua vaga, em 11-11-80, o Senador José Sarney

COMISSÃO DE SAÚDE

Titulares

Lomanto Júnior
Almir Pinto
Alberto Silva
José Guiomard
Gilvan Rocha
Henrique Santillo
Jaison Barreto

Suplentes

Saldanha Derzi
Jorge Kalume
Benedito Canelas
José Richa
Adalberto Sena

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Titulares

Jorge Kalume
Luiz Cavalcante
Murilo Badaró
Benedito Ferreira
Mauro Benevides
Agenor Maria
Orestes Quércia

Suplentes

Raimundo Parente
Amaral Furlan
José Guiomard
Cunha Lima
Jaison Barreto

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Titulares

Raimundo Parente
Henrique de La Rocque (*)
Bernardino Viana
Alberto Silva
Evandro Carreira
Humberto Lucena
Lázaro Barbosa

Suplentes

Affonso Camargo
Pedro Pedrossian
Aderbal Jurema
Orestes Quércia
Evelásio Vieira

(*) Assume, em 11-9-80, o Senador Luiz Freire

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Titulares

Benedito Ferreira
Vicente Vuolo
Pedro Pedrossian
Affonso Camargo
Evandro Carreira
Lázaro Barbosa
Orestes Quércia

Suplentes

Passos Pôrto
Lomanto Júnior
Alberto Silva
Leite Chaves
Agenor Maria

b) DIREÇÃO

Dirigiram os trabalhos das Comissões Permanentes, nesta 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 46ª Legislatura, os seguintes Senhores Senadores:

Comissões	Presidentes	Vice-Presidentes
Agricultura	Evelásio Vieira	Leite Chaves
Assuntos Regionais	Mendes Canale	Agenor Maria
Constituição e Justiça	Henrique de La Rocque (*)	Aloysio Chaves Hugo Ramos (***)
Distrito Federal	Jessé Freire (**)	Lázaro Barboza
Economia	Teotônio Vilela	Roberto Saturnino
Educação e Cultura	João Calmon	Jutahy Magalhães
Finanças	Cunha Lima	Tancredo Neves
Legislação Social	Helvídio Nunes	Lenoir Vargas
Minas e Energia	Arnon de Mello	Alberto Silva
Redação	Dirceu Cardoso	Adalberto Sena
Relações Exteriores	Tarso Dutra	Saldanha Derzi Lomanto Júnior
Saúde	Gilvan Rocha	Henrique Santillo
Segurança Nacional	Jorge Kalume	Mauro Benevides
Serviço Público Civil	Evandro Carreira	Humberto Lucena
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Benedito Ferreira	Vicente Vuolo

(*) Em virtude da renúncia do Senador Henrique de La Rocque, exerceu a Presidência da Comissão o seu 1º-Vice-Presidente, Senador Aloysio Chaves.

(**) Com o falecimento do Sr. Senador Jessé Freire, exerceu a Presidência da Comissão o Senador Lázaro Barboza, seu Vice-Presidente.

(***) Embora substituído pelo Senador Orestes Quêrcia desde 23-11-79, o Sr. Senador Hugo Ramos, em virtude de consulta formulada pelo Presidente do Senado à Comissão de Constituição e Justiça, participou das reuniões da referida Comissão até o final da presente sessão legislativa, permanecendo, assim, como seu 2º-Vice-Presidente.

D.3.2 — COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

a) CPI SOBRE O ACORDO NUCLEAR

Ao término dos trabalhos da Sessão Legislativa passada, nos termos regimentais, a Comissão Parlamentar de Inquérito — que investiga os fatos revelados pela revista alemã **Der Spiegel**, sobre o acordo nuclear — Brasil-Alemanha — teve suas atividades suspensas. Integravam a Comissão os seguintes Senadores:

ARENA — Senadores

Alberto Silva
Lenoir Vargas
Milton Cabral
Passos Pôrto
Jutahy Magalhães
Arnon de Mello

MDB — Senadores

Roberto Saturnino
Itamar Franco
Dirceu Cardoso

No início da Sessão Legislativa, os trabalhos da referida Comissão foram prorrogados por mais 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com o Requerimento nº 19/80, do Senador Itamar Franco, a partir de 15-3-80.

Posteriormente, os Senadores Roberto Saturnino, Arnon de Mello e Alberto Silva foram substituídos pelos Senadores Franco Montoro, João Lúcio e Gilvan Rocha.

Permaneceram como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Itamar Franco e Passos Pôrto.

Prestaram depoimentos, perante a CPI, as seguintes personalidades:

Comandante Antônio Didier Barbosa Vianna — empresário

Dr. Licínio Marcelo Seabra, Presidente de Furnas

Dr. Cesar Cals, Ministro das Minas e Energia

Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, Vice-Presidente da República

Dr. Paulo Nogueira Batista, Presidente da NUCLEBRAS.

Em 16-9-80, os trabalhos da referida Comissão foram novamente prorrogados por mais 90 (noventa) dias a partir de 11-10-80, através do Requerimento nº 390/80, de autoria do Senhor Senador Passos Pôrto.

b) CPI SOBRE A DEVASTAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA

A Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de apurar a devastação da floresta amazônica e suas implicações, ao término dos trabalhos da Sessão Legislativa passada, também teve suas atividades suspensas. Integram a Comissão os seguintes Senadores:

ARENA — Senadores

Raimundo Parente
Aloysio Chaves
Gastão Müller
Jorge Kalume
Bernardino Viana
Benedito Ferreira

MDB — Senadores

Henrique Santillo
Franco Montoro
Evandro Carreira

Nesta Sessão Legislativa, os trabalhos da referida Comissão foram prorrogados por mais 120 (cento e vinte) dias, de acordo com o Requerimento nº 20/80, do Senador Evandro Carreira, a partir de 10-4-80.

Em 11-3-80, houve debates com os Srs. José Ângelo Rizzo, Manoel de Jesus Lopes, Jo-se-mar Bezerra Raposo, Samuel Benchimol, Frederico Arruda, Antônio Francisco da Silva, Má-rio José de Lima e o Coronel José Meirelles, Representantes de Universidades.

Em 15-4-80, houve debates com os Srs. Dr. Carlos Neves Galluff, Presidente do IBDF; Dr. Mauro Silva Reis, Diretor do Departamento de Pesquisa do IBDF; e Carlos Max Carneiro, Coordenador Técnico do IBDF.

Em 19-9-80, os trabalhos da referida Comissão foram novamente prorrogados por mais 120 (cento e vinte) dias, através do Requerimento nº 359/80, de autoria do Senador Rai-mundo Parente.

c) CPI SOBRE A VIOLENCIA URBANA

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pela Resolução nº 1, de 1980, subs-crita pelo nobre Senador Orestes Quércia e mais 30 outros Senadores e publicada no **Diário do Congresso Nacional** — Seção II, de 8 de março de 1980, nos termos do art. 170, "a", do Regi-

mento Interno do Senado Federal e do art. 37 da Constituição, destinada a examinar a violência urbana, suas causas e conseqüências.

A Presidência, de acordo com as disposições regimentais, acolhendo as indicações das Lideranças, designou os seguintes Senhores Senadores para integrarem a referida Comissão:

Titulares

PDS

Murilo Badaró

Aderbal Jurema

Bernardino Viana

Jutahy Magalhães

Eunice Michiles

PMDB

Orestes Quércia

Lázaro Barboza

Nelson Carneiro

PP

Evelásio Vieira

Suplentes

PDS

Luiz Fernando Freire

Lenoir Vargas

Almir Pinto

PMDB

Itamar Franco

Evandro Carreira

PP

Mendes Canale

Na reunião de instalação da Comissão, ocorrida no dia 8 de abril, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os nobres Senadores Orestes Quércia e Evelásio Vieira e para Relator foi designado o nobre Senador Murilo Badaró.

Prestaram depoimentos perante a CPI, nesta Sessão Legislativa, as seguintes pessoas:

Dr. Ibrahim Abi-Ackel, Ministro da Justiça

Dr. Jair de Oliveira Soares, Ministro da Previdência e Assistência Social

Dr. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, Superintendente de Produção e Programação da Rede Globo de Televisão

Dr. Paulo Mário Mansur, Diretor Responsável de Jornalismo da Rede Bandeirantes

Dr. José de Almeida Castro, Diretor-Geral dos Diários Associados da Bahia

Dr. Murilo Macedo, Ministro do Trabalho

Dr. Jacob Pinheiro Goldberg, Psicólogo, Advogado e Assistente Social em São Paulo

Drª Lia Junqueira, Presidenta do Movimento em Defesa do Menor em São Paulo

Dr. Eduardo Seabra Fagundes, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil

Dr. Percival de Souza, Advogado e Jornalista de São Paulo

Dr. Renato Laércio Talli, Juiz da Vara das Execuções Criminais de São Paulo

Dr. Israel Klabin, Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Dr. Reinaldo de Barros, Prefeito de São Paulo

Dr. Jaime Lerner, Prefeito de Curitiba

Dr. José Tavares da Silva Neto, Deputado Estadual pelo Paraná

Dr. Renê Ariel Dotti, Criminalista de Curitiba

Coronel Paulo Azambuja de Oliveira, Secretário de Segurança Pública de Brasília

Coronel Erasmo Dias, Deputado Federal por São Paulo

Dr. Dalmo de Abreu Dallari, Professor e ex-Presidente da Comissão de Justiça e Paz

Desembargador Octávio Gonzaga Júnior, Secretário de Segurança Pública de São Paulo

Dr. Antônio Carlos Carvalho, Vereador pelo Rio de Janeiro

Em 4-9-80, o Senhor Senador **Lázaro Barboza** foi substituído pelo Senhor Senador **Henrique Santillo**.

Em 23-10-80 os trabalhos da Comissão foram prorrogados por mais 121 (cento e vinte e um dias), em virtude da aprovação do Requerimento nº 479, de 1980, de autoria do Senador **Orestes Quércia**.

**d) CPI QUE APURA AS CAUSAS DA ROTATIVIDADE
DE MÃO-DE-OBRA NO PAÍS**

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pela Resolução nº 62, de 1980, subscrita pelo nobre Senador **José Lins** e mais 24 outros Senadores e publicada no **Diário do Congresso Nacional** — Seção II, de 7 de agosto de 1980, nos termos do art. 170, "a" do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 37 da Constituição, destinada a apurar as causas da rotatividade de mão-de-obra no país, em face do sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

A Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designou os seguintes Senhores Senadores para integrarem a referida Comissão:

Titulares

PDS

Raimundo Parente

Dinarte Mariz

Jorge Kalume

Luiz Cavalcante

José Caixeta

PMDB

Franco Montoro

Agenor Maria

Henrique Santillo

PP

Alberto Silva

Suplentes

PDS

Lenoir Vargas

Passos Pôrto

Moacyr Dalla

PMDB

Orestes Quércia

Nelson Carneiro

PP

Gastão Müller

Na reunião de instalação da Comissão, ocorrida no dia 20-8-80, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os nobres Senadores **Franco Montoro** e **Alberto Silva** e para Relator foi designado o nobre Senador **Raimundo Parente**.

Prestaram depoimentos perante a CPI, nesta Sessão Legislativa, as seguintes pessoas:

Dr. Edmo Lima de Marca, Coordenador Geral do FGTS

Dr. Hugo Roberto M. Peres, Presidente do DIEESE

**e) CPI QUE INVESTIGA O FUNCIONAMENTO DO MERCADO
FINANCEIRO DO PAÍS**

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pela Resolução nº 52, de 1980, subscrita pelo nobre Senador **Roberto Saturnino** e mais 22 outros Senadores e publicada no **Diário**

do Congresso Nacional — Seção II, de 27 de junho de 1980, nos termos do art. 170, "a", do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 37 da Constituição, destinada a investigar o mercado financeiro do País.

A Presidência, de acordo com as disposições regimentais, acolhendo as indicações das Lideranças, designou os seguintes Senhores Senadores para integrarem a referida Comissão:

Titulares	
PDS José Lins Lomanto Júnior Bernardino Viana Gabriel Hermes Almir Pinto	PMDB Roberto Saturnino Mauro Benevides José Richa PP Tancredo Neves
Suplentes	
PDS Jutahy Magalhães Jorge Kalume João Lúcio	PMDB Cunha Lima Jaison Barreto PP Affonso Camargo

Na reunião de instalação da Comissão, ocorrida no dia 25 de setembro, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os nobres Senadores Tancredo Neves e Lomanto Júnior e para Relator foi designado o nobre Senador José Lins.

Prestaram depoimento perante a CPI, nesta Sessão Legislativa, as seguintes pessoas:

Professor Adroaldo Moura da Silva, Diretor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

Dr. Germano de Brito Lira, Presidente da Associação de Dirigentes de Instituições de Crédito Financiamento e Investimento — ADECIF e Diretor do Banco Nacional.

Professor Octávio Gouveia de Bulhões, ex-Ministro da Fazenda.

Professora Maria da Conceição Tavares, Professora de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro e da Universidade de Campinas.

Dr. José Luiz Bulhões Pedreira, Co-autor da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, das Sociedades Anônimas.

Dr. Casemiro Ribeiro, Vice-Presidente do Banco Finasa S/A.

Professor Genival de Almeida Santos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor do Banco Nacional.

Professor Affonso Celso Pastore, Secretário da Fazenda de São Paulo.

Professor Theóphilo de Azeredo dos Santos, Presidente do Banco Comercial APLIK.

Em 1º-10-80, o Senhor Senador Mauro Benevides foi substituído pelo Senador Pedro Simon.

Em 13-11-80, os trabalhos da referida Comissão foram prorrogados, por mais 120 (cento e vinte) dias, através do Requerimento nº 533, de 1980, de autoria do Senador Tancredo Neves.

D.3.3 — COMISSÕES ESPECIAIS

a) DO JÚRI POPULAR

A Comissão Especial foi criada, em virtude da aprovação, em Sessão Legislativa anterior, do Requerimento nº 436, de 1979, subscrito pelo nobre Senador Murilo Badaró, com a finalidade de apresentar sugestões concretas que se destinem ao aperfeiçoamento e modernização da instituição do Júri Popular.

De conformidade com a proposição aprovada, a Presidência designa os Senhores Senadores Henrique de La Rocque, Murilo Badaró, Aloysio Chaves, Paulo Brossard e Tancredo Neves para comporem a Comissão, que terá o prazo de 90 dias para a conclusão de sua tarefa.

Na reunião de instalação da Comissão, ocorrida no dia 19 de março, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os nobres Senadores Paulo Brossard e Tancredo Neves e para Relator foi designado o nobre Senador Murilo Badaró.

Prestaram depoimento perante a Comissão, nesta Sessão Legislativa, as seguintes pessoas:

Dr. João Baptista Cordeiro Guerra, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Dr. Clóvis Ramalhete Maia, Consultor-Geral da República.

Dr. José Gaspar Nogueira, Promotor Titular junto ao 1º Tribunal do Júri de Belo Horizonte.

Dr. Jair Leonardo Lopes, Desembargador.

Dr. Marcelo Jardim Linhares, Advogado.

Dr. Paulo José da Costa Júnior, Advogado.

Dr. Raul Chaves, Advogado.

Dr. Aldebaro Cavaleiro de Macêdo Klautau, Advogado.

Em 10-9-80 os trabalhos da Comissão foram prorrogados por 60 (sessenta) dias, através do Requerimento nº 372, de 1980, de autoria do Senador Paulo Brossard.

Em 4-11-80, os trabalhos da Comissão foram novamente prorrogados por mais 180 (cento e oitenta) dias, através do Requerimento nº 495, de 1980, de autoria do Senador Paulo Brossard.

b) DE FISCALIZAÇÃO, PELO SENADO FEDERAL, DOS ATOS CUJA EXECUÇÃO DEPENDE DE SUA PRÉVIA AUTORIZAÇÃO

A Comissão Especial foi criada através do Requerimento nº 273, de 1980, de autoria do Senhor Senador Henrique de La Rocque, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, integrada por 5 (cinco) membros, tendo o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão de seus trabalhos.

A Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designou, para integrar a referida Comissão os seguintes Senadores:

PDS

Luiz Cavalcante

Raimundo Parente

Helvídio Nunes

PMDB

Itamar Franco

PP

Gilvan Rocha

A Comissão, até o final da sessão legislativa, não foi instalada.

c) SOBRE LEGISLAÇÃO PARTIDÁRIA

A Comissão Especial foi criada, em virtude da aprovação do Requerimento nº 112, de 1980, de autoria da Comissão Diretora, com o objetivo de propor modificações necessárias à adaptação do Regimento Interno do Senado à legislação partidária estabelecida em lei.

De acordo com a proposição aprovada, a Presidência designou os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Evelásio Vieira, Helvídio Nunes, Humberto Lucena, Mauro Benevides, Murilo Badaró e Nilo Coelho para comporem a Comissão.

Em 25-4-80 foi a Comissão instalada, sendo eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Nilo Coelho e Mauro Benevides.

Em 25-8-80, foi o prazo da Comissão prorrogado por mais 90 (noventa) dias, através da aprovação do Requerimento nº 347/80, de autoria do Senhor Senador Nilo Coelho.

Esgotado o prazo da Comissão sem a apresentação de suas conclusões e sem que houvesse, novamente, sido prorrogado o seu prazo, nos termos do disposto no art. 77, item II do Regimento Interno, é de se considerá-la extinta.

D.4 — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES SENADORES NOS TRABALHOS DA CASA

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, aqui registrada, baseia-se em dados puramente estatísticos.

Esses dados não traduzem a atuação integral de cada Senador, uma vez que não assinalam a participação do Parlamentar nos assuntos de natureza político-administrativa, muitas vezes ligados ao Estado de origem; a sua influência nas deliberações internas dos partidos políticos respectivos e a sua participação efetiva nas grandes decisões da vida nacional.

Também não revelam, os dados coletados, a influência real dos Senadores no desenvolvimento de todo o processo legislativo, porquanto neles não se incluem, mesmo em termos numéricos, os grandes debates travados nas Comissões Técnicas da Casa.

A atuação das Lideranças, dos responsáveis pela direção da Casa e das Comissões Técnicas, geralmente não apresenta, considerando apenas o aspecto estatístico, certa relevância. É mais um exercício de comando, de supervisão, que embora não apareça nas publicações oficiais, constitui, em verdade, o ponto alto da atividade parlamentar.

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, considerados os aspectos acima abordados, pode, estatisticamente, ser assim representada:

D.4.1 — PRONUNCIAMENTOS

	Discurso	Aparte	Discus- são	Enc. de Votação	Explic. Pessoal	Declar. de Voto	Questão de Ordem
Adalberto Sena	2	12	1	—	—	—	—
Aderbal Jurema	19	46	—	6	1	—	2
Affonso Camargo	5	8	12	8	—	—	2
Agenor Maria	23	52	—	—	—	—	—
Alberto Lavinás	5	—	—	—	—	—	—
Alberto Silva	12	43	—	1	1	—	—
Alexandre Costa	—	6	—	2	—	—	2
Almir Pinto	43	81	4	1	—	—	1
Aloysio Chaves	21	68	—	21	3	—	2
Amaral Furlan	9	1	—	—	—	—	—
Benedito Canelas	—	1	1	—	—	—	1
Benedito Ferreira	—	33	—	1	—	—	1
Bernardino Viana	30	93	2	4	1	—	—
Cunha Lima	18	4	—	3	—	—	—
Dinarte Mariz	18	12	2	3	2	—	—
Dirceu Cardoso	72	87	80	99	3	1	32
Eunice Michiles	6	4	—	—	—	—	—
Evandro Carreira	21	27	3	3	1	1	6
Evelásio Vieira	23	62	—	1	1	—	—
Franco Montoro	38	25	2	6	—	—	2
Gabriel Hermes	13	13	—	—	—	—	—
Gastão Müller	37	1	—	—	—	—	—

	Discurso	Aparte	Discus- são	Enc. de Votação	Explic. Pessoal	Declar. de Voto	Questão de Ordem
Gilvan Rocha	20	96	—	7	—	1	3
Helvídio Nunes	22	18	—	1	—	—	—
Henrique de La Rocque	14	14	2	3	—	—	—
Henrique Santillo	63	52	4	7	—	—	4
Hugo Ramos	5	8	2	5	—	—	6
Humberto Lucena	41	97	9	17	—	—	4
Itamar Franco	48	94	11	20	—	1	16
Jaison Barreto	25	23	—	2	—	—	—
Jarbas Passarinho	45	67	2	14	1	1	11
João Calmon	3	1	—	—	—	—	—
João Lucio	1	4	—	—	—	—	—
Jorge Kalume	30	13	—	—	—	—	—
José Fragelli	1	2	1	—	—	—	—
José Lins	34	202	3	15	2	1	3
José Richa	30	26	—	2	—	—	1
José Sarney	2	1	—	1	—	—	—
Jutahy Magalhães	34	22	1	3	—	—	3
Lázaro Barbosa	20	34	2	6	1	—	—
Leite Chaves	37	88	14	14	1	—	3
Lenoir Vargas	7	7	2	—	—	—	—
Lomanto Junior	16	44	2	3	—	—	—
Lourival Baptista	100	8	—	1	—	—	1
Luiz Cavalcante	21	75	—	7	—	—	—
Luiz Fernando Freire	4	1	—	—	—	—	1
Marcos Freire	33	37	3	5	—	—	5
Martins Filho	3	1	—	—	—	—	—
Maurício Leite	4	—	—	—	—	—	—
Mauro Benevides	52	73	1	7	—	—	—
Mendes Canale	5	15	—	—	—	—	—
Milton Cabral	6	10	2	1	—	—	—
Moacyr Dalla	4	25	—	—	—	—	—
Murilo Badaró	12	14	2	8	—	—	3
Nelson Carneiro	77	23	6	13	1	1	2
Orestes Quércia	50	25	1	5	—	—	2
Oziris Pontes	5	10	—	—	—	—	1
Passos Pôrto	18	26	—	3	—	—	—
Paulo Brossard	46	87	46	18	2	1	5
Pedro Pedrossian	1	—	—	—	—	—	—
Pedro Simon	32	29	3	4	—	—	1
Raimundo Parente	16	—	—	—	—	—	—
Roberto Saturnino	23	38	—	2	1	—	—
Saldanha Derzi	1	9	—	—	—	—	—
Tancredo Neves	3	7	—	—	—	—	—
Teotônio Vilela	8	13	—	—	1	—	—
Valdon Varjão	15	9	—	1	—	—	—
Vicente Vuolo	1	—	1	—	—	—	—

D.4.2 — PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

	Projetos de		Parecer	Requerimento	Emenda
	Lei	Resolução			
Adalberto Sena	2	—	27	1	—
Aderbal Jurema	3	—	51	1	—
Affonso Camargo	3	1	19	4	—
Agenor Maria	4	—	—	1	—
Alberto Silva	—	—	14	1	—
Alexandre Costa	—	—	55	3	—
Almir Pinto	—	—	57	9	—
Aloysio Chaves	1	—	33	34	—
Amaral Furlan	14	—	36	1	—
Amaral Peixoto	—	—	2	—	—
Arnon de Mello	—	—	1	2	—
Benedito Canelas	—	—	17	—	—
Benedito Ferreira	—	—	1	3	—
Bernardino Viana	3	—	86	49	5
Cunha Lima	4	—	16	2	—
Dinarte Mariz	—	—	2	3	1
Dirceu Cardoso	6	1	66	34	1
Eunice Michiles	2	—	8	2	—
Evandro Carreira	—	—	—	1	—
Evelásio Vieira	—	—	2	2	—
Franco Montoro	43	1	32	25	3
Gabriel Hermes	—	—	2	6	—
Gastão Müller	3	—	1	3	—
Gilvan Rocha	—	—	—	8	—
Helvídio Nunes	3	—	37	5	1
Henrique de La Rocque	3	—	17	6	—
Henrique Santillo	15	1	3	5	2
Hugo Ramos	—	1	18	3	1
Humberto Lucena	34	—	12	33	17
Itamar Franco	8	1	4	28	—
Jaison Barreto	—	—	10	—	—
Jarbas Passarinho	—	—	—	47	—
Jessé Freire	—	—	2	1	—
João Calmon	—	—	33	3	—
João Lucio	—	—	1	—	—
Jorge Kalume	5	2	20	17	—
José Caixeta	—	—	2	—	—
José Guiomard	—	—	1	—	—
José Lins	—	—	47	41	4
José Richa	—	—	27	7	1
José Sarney	3	—	20	—	—
Jutahy Magalhães	6	1	40	4	—
Lázaro Barbosa	9	—	18	7	—
Leite Chaves	2	—	19	4	1
Lenoir Vargas	—	—	56	5	—
Lomanto Junior	2	—	13	6	5
Lourival Baptista	1	—	—	41	—
Luiz Cavalcante	—	1	7	1	—
Luiz Fernando Freire	—	—	4	2	—

	Projetos de		Parecer	Requerimento	Emenda
	Lei	Resolução			
Luiz Viana	—	—	—	2	—
Marcos Freire	—	—	6	1	1
Mauro Benevides	2	—	12	13	—
Mendes Canale	1	—	28	1	—
Milton Cabral	1	—	9	5	—
Moacyr Dalla	—	—	25	30	—
Murilo Badaró	3	—	80	3	1
Nelson Carneiro	73	—	51	10	5
Nilo Coelho	—	—	3	15	—
Orestes Quércia	56	—	36	12	1
Passos Pôrto	4	1	24	11	—
Paulo Brossard	2	—	4	13	—
Pedro Pedrossian	—	—	7	—	—
Pedro Simon	5	—	9	3	1
Raimundo Parente	—	—	72	4	—
Roberto Saturnino	4	—	6	—	—
Saldanha Derzi	—	—	115	37	4
Tancredo Neves	—	—	34	3	—
Tarso Dutra	—	—	17	—	—
Teotônio Vilela	—	—	2	—	—
Valdon Varjão	2	—	—	—	—
Vicente Vuolo	—	—	17	1	—

D.5 — MATÉRIA LEGISLATIVA

D.5.1 — PROJETOS DE LEI DO SENADO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
054/62	Afrânio Lages	Dá nova redação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil.	Em Tramitação
078/68	Josaphat Marinho (Vide PLS 12/69)	Proíbe a dispensa do empregado que haja reclamado, ou dado motivo a reclamação, administrativa ou judicial.	Em Tramitação
012/69	Vasconcelos Torres (Tram. Conj. PLS 78/68)	Modifica o art. 142 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT).	Em Tramitação
028/70	Ruy Carneiro	Cria o Serviço Nacional Obrigatório.	Sobrestado
057/71	Benedito Ferreira (Vide PLS 59/71)	Regula a propaganda comercial dos produtos industrializados do fumo.	Em Tramitação
059/71	José Lindoso (Tram. Conj. PLS 57 e 78/71; 24/75, 4/76 e PLC 49/80)	Disciplina a venda de cigarros a menores, limita a publicidade sobre o fumo, torna obrigatória nos invólucros dos produtos de fumo o dístico: CUIDADO! PREJUDICIAL A SAÚDE, e dá outras providências.	Em Tramitação
078/71	Osires Teixeira (Vide PLS 59/71)	Dispõe sobre a propaganda de fumo e de bebidas alcoólicas.	Em Tramitação
084/74	Nelson Carneiro (Vide PLS 221/75 e 30/78)	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação
128/74	Adalberto Sena (Vide PLS 189/75)	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Prejudicado
172/74	Heitor Dias	Autoriza o Poder Executivo a lotear e doar os terrenos dos aglomerados de palafitas, que integram a "região dos alagados", na Cidade de Salvador — Bahia.	A Câmara
012/75	Franco Montoro (Tram. Conj. PLS	Modifica a estrutura e o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
	3, 39 e 52/79)	Pessoa Humana, criado pela Lei nº ... 4.319, de 16 de março de 1964, e modificado pela Lei nº 5.763, de 15 de dezembro de 1971.	
024/75	Vasconcelos Torres (Vide PLS 59/71)	Determina que os maços de cigarros tragam impressos, na parte externa, sua fórmula de composição.	Em Tramitação
046/75	Adalberto Sena	Proíbe o uso dos passeios públicos do Distrito Federal, e dá outras providências.	Sobrestado
058/75	Vasconcelos Torres	Regulamenta a profissão de sociólogo, e dá outras providências.	Em Tramitação
089/75	Nelson Carneiro (Vide PLS 189/75)	Altera o art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço".	Prejudicado
097/75	Orestes Quércia (Tram. Conj. PLS 169 e 217/75)	Altera a redação do § 2º do art. 67 da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).	Rejeitado (Art. 278 do RI)
154/75	Luiz Cavalcante Complementar	Altera as Leis Complementares nºs 7, de 7 de setembro de 1970; e 8, de 3 de dezembro de 1970; com as alterações estabelecidas pelas Leis Complementares nºs 17, de 12 de dezembro de 1973; e 19, de 25 de junho de 1974; cria o Banco Nacional do Trabalhador (BNT), e dá outras providências.	Em Tramitação
164/75	Heitor Dias (Vide PLS 189/75)	Altera a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Rejeitado
169/75	Franco Montoro (Vide PLS 97/75)	Determina que os benefícios concedidos pelo INPS serão reajustados na base do reajustamento do salário mínimo. Dá nova redação ao § 2º do art. 67 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
189/75	Orestes Quércia (Tram. Conj. PLS 128/74; 89, 164, 197, 198 e 226/75; 15, 47, 79, 200, 79, 200, 251, 290, 251, 290, 291 e 305/76; e 2/77)	Acrescenta dispositivos ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).	Prejudicado
193/75	Orestes Quércia Tram. Conj. PLS 283/76 e 121/77.	Altera a redação do art. 73, caput , da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado
197/75	Orestes Quércia (Vide PLS 189/75)	Acrescenta e modifica disposições na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Prejudicado
198/75	Orestes Quércia (Vide PLS 189/75)	Dá nova redação e acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Prejudicado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
209/75	Orestes Quércia	Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que "estabelece normas para a concessão de Assistência Judiciária aos necessitados".	Rejeitado
212/75	Orestes Quércia	Regulamenta a profissão de desenhista gráfico, e dá outras providências.	Em Tramitação
217/75	Orestes Quércia (Vide PLS 169/75)	Altera a redação do § 2º do art. 67 da Lei Orgânica da Previdência Social, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
220/75	Paulo Guerra	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, que instituiu o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.	Em Tramitação
221/75	Orestes Quércia	Estabelece a remuneração mínima obrigatória para os motoristas profissionais, fixa-lhes a jornada de trabalho, e dá outras providências.	Em Tramitação
226/75	Agenor Maria (Vide PLS 189/75)	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Prejudicado
271/75	Itamar Franco	Dispõe sobre a inscrição dos funcionários municipais junto ao INPS.	A Câmara
004/76	Orestes Quércia (Vide PLS 59/71)	Torna obrigatória a inscrição do dístico que especifica nas embalagens de cigarros e demais derivados do fumo, e dá outras providências.	Em Tramitação
015/76	Orestes Quércia	Introduz modificações no Sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Prejudicado
023/76	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 391 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), acrescenta parágrafo ao citado artigo, passando a ser 2º o parágrafo único.	Em Tramitação
038/76	Leite Chaves Complementar	Torna inelegível por dois anos os que tiverem exercido cargos de direção em empresa de capital estrangeiro.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
047/76	Franco Montoro (Vide PLS 189/75)	Permite aos empregados a utilização da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para a construção da casa própria.	Prejudicado
051/76	Franco Montoro Tram. Conj. PLS 74/77)	Manda incluir ao pagamento das férias as horas extraordinárias habitualmente prestadas pelo empregador.	Prejudicado
079/76	Orestes Quércia (Vide PLS 189/75)	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Prejudicado
087/76	Nelson Carneiro	Dispõe sobre estabelecimentos que lidam com sangue humano e seus derivados, e dá outras providências.	Em Tramitação
155/76	Marcos Freire	Determina a revisão trimestral do salário mínimo, e dá outras providências.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
156/76	Lázaro Barboza	Dá nova redação ao art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação
178/76	Italívio Coelho Complementar	Acrescenta parágrafo único ao art. 34 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, estabelecendo prescrição quinquenal para as importâncias devidas ao FUNRURAL.	Rejeitado
181/76	Marcos Freire	Dispõe sobre a uniformização do salário mínimo em todo o País.	Em Tramitação
200/76	Nelson Carneiro (Vide PLS 189/75)	Altera a redação da alínea e do item II e do item III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Prejudicado
246/76	Lázaro Barboza	Dispõe sobre a construção, em Brasília, de monumento em memória do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, e dá outras providências.	Prejudicado
251/76	Nelson Carneiro (Vide PLS 189/75)	Altera o art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Prejudicado
257/76	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 457 do Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.	A Câmara
276/76	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Sobrestado
283/76	Nelson Carneiro (Vide PLS 193/75)	Dispõe sobre o Adicional Noturno para os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado
290/76	Nelson Carneiro (Vide PLS 189/75)	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Prejudicado
291/76	Vasconcelos Torres (Vide PLS 189/75)	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Prejudicado
305/76	Vasconcelos Torres (Vide PLS 189/75)	Introduz alterações no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para extinguir a opção e manter a estabilidade no emprego, nos tempos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
002/77	Nelson Carneiro (Vide PLS 189/75)	Modifica o art. 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Prejudicado
056/77	Otto Lehmann (Vide PLS 62/77)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.	Em Tramitação
062/77	Mauro Benevides Tram. Conj. PLS 56/77)	Dispõe sobre a contagem em favor dos segurados do INPS do tempo de serviço público estadual e municipal.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
080/77	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo ao art. 774 do Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passando a ser 1º o parágrafo único.	À Câmara
094/77	Ruy Carneiro	Altera a redação dos arts. 791, 839 e 840 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
118/77	Jessé Freire	Dispõe sobre o cheque, e dá outras providências.	À Câmara
120/77	Otto Lehmann	Estabelece normas reguladoras do trabalho avulso no meio rural, e dá outras providências.	Em Tramitação
121/77	Nelson Carneiro (Vide PLS 193/75)	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado
147/77	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre a realização de seguros de órgãos do Poder Público, e dá outras providências.	Em Tramitação
153/77	Milton Cabral	Proíbe a captação antecipada de poupança popular, mediante promessa de contraprestação em bens, direitos ou serviços de qualquer natureza.	Em Tramitação
173/77	Orestes Quércia	Acrescenta item V ao art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
176/77	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 5º da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.	Em Tramitação
183/77	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Em Tramitação
190/77	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes, e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
199/77	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo ao artigo 143 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passando a ser 1º o parágrafo único.	Desarquivado e Prejudicado
221/77	Roberto Saturnino Complementar (Tram. Conj. PLS 34/79)	Dispõe sobre a fiscalização das entidades paraestatais vinculadas à União pelo Congresso Nacional, e dá outras providências.	Prejudicado
242/77	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta § ao art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
243/77	Italívio Coelho	Dispõe sobre a hora legal para todo o Território da República Federativa do Brasil.	Em Tramitação
269/77	Osires Teixeira Complementar	Acrescenta parágrafo ao art. 5º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.	Em Tramitação
278/77	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a revisão do salário mínimo, semestralmente, com base nos índices do custo de vida em cada região.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
280/77	José Sarney (Tram. Conj. PLS 233/79)	Institui o voto distrital, e dá outras providências.	Em Tramitação
293/77	Franco Montoro Complementar	Amplia o conceito de trabalhador rural para efeitos previdenciários.	Em Tramitação
299/77	Lázaro Barboza	Dá nova redação ao art. 246 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	À Câmara
303/77	Saldanha Derzi	Inclui na relação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, o trecho Campo Grande—Maracaju—Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Desarquivado e Rejeitado (Art. 278 do RI)
304/77	Saldanha Derzi	Inclui, na relação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, o trecho Porto Murtinho—Caracol—Bela Vista—Ponta Porã—Amambaí—Iguatemi—Guaira (PR), nos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná.	Desarquivado e Rejeitado
305/77	Itamar Franco Complementar	Dá nova redação aos §§ 2º, 3º, 4º e 5º, e acrescenta parágrafos (antigos e novos) à Lei nº 5.171, de 25 de outubro de 1966 — Código Tributário Nacional.	Em Tramitação
006/78	Vasconcelos Torres	Altera a denominação da categoria profissional ocupada pelo Técnico de Administração.	Rejeitado
019/78	Nelson Carneiro Complementar	Altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 25, de 2 de junho de 1975.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
024/78	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 227 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em Tramitação
030/78	Vasconcelos Torres (Vide PLS 221/75)	Fixa em 6 (seis) horas a jornada de trabalho dos motoristas de ônibus, e dá outras providências.	Em Tramitação
033/78	Orestes Quércia	Revoga o § 3º do art. 67 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, que regulou a organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos.	Prejudicado
036/78	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	À Câmara
050/78	Cunha Lima	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.	Em Tramitação
055/78	Itamar Franco	Dispõe sobre a eleição do Juiz de Paz.	Rejeitado
057/78	Orestes Quércia	Modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
070/78	Franco Montoro	Consolida a legislação vigente, instituindo a nova Lei Orgânica da Previdência Social Urbana.	Em Tramitação
083/78	Mauro Benevides	Estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo, e dá outras providências.	Em Tramitação
085/78	Orestes Quércia	Elimina a opção existente no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, compatibilizando-o com o sistema da estabilidade no emprego.	Rejeitado
087/78	Orestes Quércia	Dispõe sobre a preservação da fauna fluvial, pelas empresas concessionárias de energia elétrica, e dá outras providências.	Em Tramitação
101/78	Franco Montoro Complementar	Exclui das inelegibilidades os casos de simples denúncia, modificando a alínea "n" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970.	Retirado pelo Autor
105/78	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 18 da Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Desarquivado e Em Tramitação
107/78	Itamar Franco	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e estabelece critério para agregar ao salário mínimo o aumento da produtividade da economia nacional.	Em Tramitação
108/78	Orestes Quércia	Dispõe sobre a aposentadoria especial, aos vinte anos de serviço, para os trabalhadores em cerâmica.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
109/78	Orestes Quércia	Assegura ao empregado doméstico o direito ao recebimento da gratificação de natal instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.	Rejeitado
128/78	Vasconcelos Torres Complementar (Tram. Conj. PLS 153, 159, 252 e 330/78; 50 e 152 152/79)	Determina que o pagamento do PIS-PASEP seja efetuado através de cheques bancários.	Em Tramitação
132/78	Orestes Quércia	Dispõe sobre aposentadoria especial para os guardas-chaves, manobreiros e controladores de tráfego ferroviário.	Desarquivado e Rejeitado
135/78	Orestes Quércia	Estende o direito ao salário-família aos empregados domésticos.	Rejeitado
139/78	Otair Becker Complementar	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	À Câmara
140/78	Orestes Quércia (Tram. Conj. PLS 149/80)	Introduz alteração na Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para o fim de assegurar direito de indenização ao empregado doméstico despedido sem justa causa.	Desarquivado e Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
144/78	Orestes Quércia	Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para o fim de assegurar ao empregado doméstico o direito ao salário mínimo.	Desarquivado A Câmara
145/78	Jarbas Passarinho	Altera os arts. 80 e 81 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, e dá outras providências.	A Câmara
147/78	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
150/78	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei Orgânica da Previdência Social.	Desarquivado e Rejeitado
153/78	Franco Montoro Complementar (Vide PLS 128/78)	Permite aos assalariados a utilização do PIS-PASEP para o custeio do curso superior feito pelo próprio interessado ou seus dependentes.	Em Tramitação
158/78	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.	Desarquivado A Câmara
159/78	Nelson Carneiro Complementar (Vide PLS 128/87)	Dispõe sobre a obtenção de empréstimo simples pelos servidores públicos, dos recursos gerados pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).	Em Tramitação
164/78	Lázaro Barboza	Acrescenta alínea ao art. 2º do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que "dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nos sistemas de ensino do País, e dá outras providências".	À Câmara
180/78	Orestes Quércia (Vide PLS 192/78)	Modifica a redação do "caput" do art. 226 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	À Câmara
188/78	Orestes Quércia (Tram. Conj. PLS 319/79)	Acrescenta e modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Desarquivado e Rejeitado
192/78	Orestes Quércia (Tram. Conj. PLS 180/78)	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Prejudicado
194/78	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Desarquivado e Em Tramitação
197/78	Orestes Quércia (Tram. Conj. PLS 150/80)	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 523 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Desarquivado e Em Tramitação
198/78	Orestes Quércia	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Desarquivado e Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
199/78	Evandro Carreira Complementar	Dá nova redação à alínea "n", inciso I, art. 1º, da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que estabelece os casos de inelegibilidades, e dá outras providências.	Prejudicado (Art. 369, letra "b", do RI)
200/78	Orestes Quércia	Alterando a redação do artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Desarquivado e Em Tramitação
207/78	Orestes Quércia	Acrescenta item IV ao artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Desarquivado e Em Tramitação
208/78	Orestes Quércia	Modifica a redação do parágrafo 3º do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Desarquivado e Em Tramitação
225/78	Orestes Quércia	Altera a redação dos artigos 9º e 69 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Desarquivado e Rejeitado
228/78	Franco Montoro	Dispõe sobre o salário mínimo profissional dos Advogados em regime de relação de emprego.	Em Tramitação
231/78	Orestes Quércia	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Desarquivado e Rejeitado (Art. 278 do RI)
234/78	Orestes Quércia	Acrescenta os parágrafos 5º e 6º ao artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Desarquivado e Em Tramitação
239/78	Orestes Quércia	Revigora o art. 505 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
252/78	Nelson Carneiro Complementar (Vide PLS 128/78)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que dispõe sobre o PIS-PASEP, para o fim de autorizar a concessão de empréstimos simples aos participantes do fundo.	Em Tramitação
285/78	Franco Montoro	Altera a destinação da Taxa Judiciária, em favor da construção do edifício-sede da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Distrito Federal.	Em Tramitação
296/78	Orestes Quércia	Altera a redação da alínea a do art. 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salários nos dias feriados civis e religiosos.	Desarquivado e Em Tramitação
297/78	Orestes Quércia	Altera a redação do caput do art. 9º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS, e dá outras providências.	Desarquivado e Em Tramitação
298/78	Orestes Quércia	Modifica a redação do art. 3º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a gratificação de natal para os trabalhadores.	Desarquivado e Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
299/79	Orestes Quércia (Tram. Conj. PLS 21/79)	Altera a redação do art. 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Desarquivado e Em Tramitação
301/78	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de anistia aos cidadãos que sofrem sanções determinadas pelos Atos Institucionais e Complementares, e dá outras providências.	Rejeitado
303/78	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 472 e seu parágrafo primeiro do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em Tramitação
307/78	Orestes Quércia	Revoga o Decreto-lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978.	Desarquivado e Rejeitado
320/78	Orestes Quércia	Dispõe sobre a remuneração mínima dos vigilantes que militam em instituições bancárias e congêneres, e dá outras providências.	Desarquivado e Em Tramitação
325/78	Orestes Quércia	Dá nova redação ao artigo 491 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Desarquivado e Em Tramitação
330/78	Franco Montoro Complementar (Vide PLS 128/78)	Estabelece a participação de representantes dos trabalhadores e dos funcionários da administração do PIS-PASEP. Dispõe sobre a descentralização do PIS-PASEP e sua administração nos municípios. Determina que os recursos do PIS-PASEP serão aplicados, preferencialmente, no financiamento da produção de alimentos, vestuário, habitação e outros bens de uso ou consumo popular.	Em Tramitação
331/78	Orestes Quércia	Acrescenta item ao artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Desarquivado e Em Tramitação
334/78	Italívio Coelho Complementar	Dispõe sobre a reprodução por microfilmagem de documentos bancários, para os efeitos previstos no Código Tributário Nacional.	Rejeitado
337/78	Orestes Quércia	Modifica a redação do § 3º do art. 5º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976.	Desarquivado e Rejeitado
338/78	Murilo Paraíso	Institui a correção monetária nos débitos de obras contratadas pelos órgãos da administração direta e indireta, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não pagas 30 (trinta) dias após o respectivo faturamento.	Em tramitação
339/78	Murilo Paraíso	Dispõe sobre a extinção da enfiteuse de bens públicos e particulares, e dá outras providências.	Em tramitação
340/78	Accioly Filho	Dispõe sobre aplicação de regras processuais, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
343/78	Orestes Quércia	Altera a redação do caput do artigo 24 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Desarquivado e Rejeitado
344/78	Orestes Quércia	Modifica a redação do § 5º do artigo 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Desarquivado e Rejeitado
345/78	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafos ao art. 450 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Desarquivado e Em tramitação
346/78	Accioly Filho	Dispõe sobre alterações no Código de Processo Civil.	Em tramitação
348/78	Accioly Filho	Dispõe sobre as Ações Renovatórias de Locação.	Em tramitação
350/78	Accioly Filho	Dispõe sobre o mandado de segurança.	Em tramitação
351/78	Accioly Filho	Dispõe sobre recursos nos processos de falência.	Em tramitação
352/78	Accioly Filho	Dispõe sobre a Ação de Alimentos.	Em tramitação
354/78	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 474 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
003/79	Nelson Carneiro (Vide PLS 12/75)	Regulamenta o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e dá outras providências.	Em Tramitação
007/79	Nelson Carneiro	Restabelece, pelo prazo que especifica, o exercício da faculdade prevista no Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967.	Em Tramitação
010/79	Dinarte Mariz	Anistia todos aqueles que, desde 31 de março de 1964, participaram de fatos que constituíram crimes políticos definidos em Lei.	Rejeitado
011/79	Orestes Quércia	Modifica a redação do § 4º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.	A Câmara
012/79	Orestes Quércia	Revoga a letra b do art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado
013/79	Mauro Benevides	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica.	Em Tramitação
014/79	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os Decretos-leis n.ºs 672 e 1.273, respectivamente, de 3 de julho de 1969 e 29 de maio de 1973, e dá outras providências.	Em Tramitação
015/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão do salário-família aos trabalhadores temporários, de que trata a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.	Em Tramitação
017/79	Humberto Lucena	Dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Prejudicado
018/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes, e dá outras providências.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
021/79	Nelson Carneiro (Tram. Conj. PLS 299/78)	Acrescenta parágrafo único ao art. 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Em Tramitação
025/79	Gabriel Hermes	Altera o art. 14 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências.	Rejeitado
026/79	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Sobrestado
027/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a jornada de trabalho do motorista condutor de veículos utilizados no transporte municipal, intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, fixa-lhe o salário profissional, e determina outras providências.	Em Tramitação
028/79	Franco Montoro	Promove reajustamento de benefícios previdenciários, restaura proporcionalidade entre tetos para contribuição, e dá outras providências.	Em Tramitação
029/79	Franco Montoro	Assegura ao empregado que, após completar o tempo para aposentadoria, continuar em atividade o pagamento de pecúlio correspondente à soma das contribuições pagas após o cumprimento do prazo.	Em Tramitação
030/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a prioridade a ser concedida, pela Caixa Econômica Federal, no financiamento de unidade habitacional aos que hajam tido sua moradia desapropriada, e determina outras providências.	Em Tramitação
032/79	Franco Montoro	Assegura ao empregado despedido indenização integral pelo tempo de serviço.	Em Tramitação
034/79	Mauro Benevides Complementar (Tram. Conj. PLS 221/77)	Dispõe sobre o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e os da administração indireta.	À Câmara
036/79	Orestes Quércia	Estende o seguro de acidente do trabalho, a cargo do INPS, ao empregado doméstico, modificando a Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre a matéria, e determina outras providências.	Rejeitado
038/79	Henrique Santillo	Revoga os Decretos-leis n.ºs 228, de 28 de fevereiro de 1967, e 477, de 26 de fevereiro de 1969.	Prejudicado (art. 369, b, do RI)
039/79	Humberto Lucena (Vide PLS 12/75)	Altera a Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	Em Tramitação
042/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas comprovarem regularidade com o FGTS, para os fins que especifica.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
043/79	Franco Montoro	Assegura aos assalariados a contagem do tempo de serviço prestado no meio rural.	Em Tramitação
044/79	Orestes Quércia	Assegura ao trabalhador o período regular de férias, ainda quando afastado em razão de acidente de trabalho, alterando o art. 133 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
045/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).	Em Tramitação
049/79	Orestes Quércia	Eleva o valor da importância a ser depositada em favor do empregado, quando rescindido seu contrato sem justa causa, alterando o art. 6º da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — 5.107, de 13 de setembro de 1966 — e determina outras providências.	Em Tramitação
050/79	Nelson Carneiro Complementar (Vide PLS 128/78)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).	Em Tramitação
051/79	Pedro Simon	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, no Título referente à organização sindical, para o fim de compatibilizar os seus dispositivos com os preceitos constitucionais de liberdade de associação profissional e de convicção religiosa, política ou filosófica.	Em Tramitação
052/79	Henrique Santillo (Vide PLS 12/75)	Altera a Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964.	Em Tramitação
053/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e altera dispositivo na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário para os maiores de setenta anos e para os inválidos.	Em Tramitação
054/79	Orestes Quércia (Tram. Conj. PLS 59 e 63/79)	Altera dispositivo da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que “define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências”.	Em Tramitação
055/79	Franco Montoro	Concede anistia a empregados regidos pela CLT e dispensados com fundamento no Ato Institucional de 1964.	Em Tramitação
056/79	Henrique Santillo Complementar	Cria a Região Metropolitana de Goiânia — GO, na forma do art. 164 da Constituição Federal.	Em Tramitação
057/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as sociedades de economia mista e empresas públicas manterem o controle das respectivas subsidiárias, nas condições que especifica.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
059/79	Orestes Quércia (Vide PLS 54/79)	Modifica dispositivo da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu julgamento, e dá outras providências".	Em Tramitação
063/79	Orestes Quércia (Vide PLS 54/79)	Introduz alteração na Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências".	Em Tramitação
064/79	Franco Montoro	Altera o § 2º do art. 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social, modificada pelo art. 17 do Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966). Determina que os benefícios concedidos pelo INPS serão reajustados na base do reajustamento do salário mínimo.	Rejeitado
065/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao nº II do parágrafo único do art. 258 do Código Civil.	À Câmara
066/79	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao empregado que ajuíza reclamação trabalhista contra o empregador.	Rejeitado
068/79	Franco Montoro	Eleva, para 100% (cem por cento) do FGTS depositado, a importância que a empresa deverá pagar ao empregado, no caso de despedida sem justa causa.	Em Tramitação
070/79	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).	Em Tramitação
074/79	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de substituir a forma mensal de pagamento de salários pela forma quinzenal.	Sobrestado
075/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a transmissão, por emissoras de rádio e televisão vinculadas à União, de programas de debates sobre problemas brasileiros.	Em Tramitação
078/79	Franco Montoro	Estende, sem limite de idade, os benefícios da Previdência Social a todos os que exerciam a atividade de empregado doméstico na data da publicação da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.	Rejeitado
079/79	Orestes Quércia	Modifica dispositivo da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências".	Rejeitado (Art. 278 do RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
080/79	Franco Montoro	Estabelece que as emissoras de televisão e rádio promoverão programas de debates sobre problemas nacionais, estaduais ou municipais, destinados à educação política da população.	Em Tramitação
081/79	Nelson Carneiro	Concede prazo para purgação da mora nos aforamentos de terrenos pertencentes à União.	Em Tramitação
082/79	Henrique Santillo	Altera o art. 5º do Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969.	Em Tramitação
083/79	Humberto Lucena	Altera a Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, que "institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, e dá outras providências.	A Câmara
085/79	Agenor Maria	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva.	Em Tramitação
090/79	Franco Montoro	Concede aos empregados domésticos férias anuais remuneradas de trinta dias corridos, após cada período de doze meses de trabalho.	À Câmara
093/79	Franco Montoro	Reabre o prazo para que segurados do INPS promovam a retificação de seu enquadramento.	Em Tramitação
094/79	Franco Montoro	Estabelece que a sentença normativa da Justiça do Trabalho fixará, também, um piso salarial ou limite mínimo de remuneração para a categoria profissional, e dá outras providências.	Em Tramitação
097/79	Orestes Quércia	Acrescenta alínea f e altera o item III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Rejeitado
098/79	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
099/79	Humberto Lucena	Estabelece a obrigatoriedade de correção monetária dos preços mínimos dos produtos agropecuários e das atividades extrativas.	Em Tramitação
100/79	Franco Montoro	Concede aposentadoria especial aos artistas e aos técnicos em espetáculos de diversões.	Em Tramitação
101/79	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em Tramitação
102/79	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado
103/79	Orestes Quércia	Altera a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que trata do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	À Câmara
105/79	Amaral Furlan	Define conseqüências do concubinato.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
109/79	Orestes Quércia	Altera a redação do caput do art. 4º da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol.	Em Tramitação
110/79	Orestes Quércia	Fixa o valor da pensão especial concedida pela Lei nº 4.656, de 2 de junho de 1965, e estendida pelo Decreto-lei nº 940, de 13 de outubro de 1969, e dá outras providências.	Em Tramitação
111/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a aposentadoria especial para os trabalhadores na atividade de fiação e tecelagem.	Rejeitado
113/79	Franco Montoro	Assegura direitos dos empregados no caso de falência ou concordata da empresa.	Em Tramitação
117/79	Jorge Kalume	Dispõe sobre a aplicação, como incentivo fiscal, na área da SUDAM, da totalidade do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na Amazônia Legal, e dá outras providências.	Em Tramitação
118/79	Orestes Quércia	Altera a redação do caput do art. 532 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
119/79	Mauro Benevides	Institui o auxílio-moradia para empregados que percebam, mensalmente, remuneração inferior a cinco salários mínimos regionais.	Rejeitado
121/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a concessão do abono de permanência em serviço às mulheres seguradas do INPS a partir de 25 anos de atividade, dando nova redação ao § 4º do artigo 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em Tramitação
122/79	Orestes Quércia	Altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes e praticistas.	Em Tramitação
124/79	Nelson Carneiro (Vide PLS 60/77)	Estabelece normas de assistência ao Excepcional — FUNASE, e dá outras providências.	Prejudicado
125/79	Gastão Müller	Altera a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que 'regula os direitos autorais e dá outras providências.'	À Câmara Lei nº 6.800, de 25-6-80
127/79	Humberto Lucena Complementar	Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970.	Prejudicado
128/79	Marcos Freire	Altera a redação do Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, anexa à CLT, tornando obrigatória a notificação das doenças profissionais e das produzidas por condições especiais de trabalho também ao Sindicato respectivo, ao qual pertença o trabalhador atingido.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
131/79	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
132/79	Amaral Furlan	Autoriza o INAMPS a realizar convênio com as entidades sindicais que prestam assistência médico-dentária a seus associados e dependentes.	Em Tramitação
135/79	Agenor Maria	Estabelece critério para a majoração das tarifas dos serviços públicos que especifica e dá outras providências.	Em Tramitação
137/79	Adalberto Sena	Altera o art. 3º da Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974, acrescentando-lhe o item que indica.	Em Tramitação
138/79	Itamar Franco	Revoga a Lei nº 6.593, de 21 de novembro de 1978, que "autoriza a alienação das ações da Federal de Seguros S.A. e dá outras providências".	A Câmara
141/79	Orestes Quércia Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que "estabelece critério e limites para a fixação da remuneração dos vereadores".	Em Tramitação
143/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o salário profissional dos Técnicos de Enfermagem.	Em Tramitação
144/79	Franco Montoro	Eleva o valor de benefícios mínimos a cargo do INPS, dando nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em Tramitação
145/79	Itamar Franco	Dispõe sobre a localização, no território nacional, de usina que opere com reator nuclear e dá outras providências.	Em Tramitação
146/79	Amaral Furlan	Altera o art. 26 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 — Dispõe sobre o Estatuto do Índio.	A Câmara
148/79	Nelson Carneiro	Acrescenta § 2º ao art. 5º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.	Em Tramitação
149/79	Pedro Simon	Altera os arts. 76 e 81 do Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em Tramitação
150/79	Franco Montoro	Permite aos empregados a utilização da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para a construção da casa própria.	Em Tramitação
152/79	Franco Montoro Complementar (Vide PLS 128/78)	Permite aos assalariados a utilização do PIS-PASEP para o custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em Tramitação
153/79	Nelson Carneiro	Assegura a manutenção do benefício do aposentado por invalidez que retorna à atividade.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
154/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre o adicional por tempo de serviço para os trabalhadores avulsos.	Rejeitado
155/79	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.	Em Tramitação
156/79	Humberto Lucena	Institui o seguro-desemprego e determina outras providências.	Em Tramitação
157/79	Franco Montoro	Dispõe sobre amparo ao trabalhador desempregado, garantindo-lhe o direito de auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez.	Em Tramitação
159/79	Jaison Barreto	Dispõe sobre a obrigação de incluir produtos dietéticos nos serviços de bordo de veículos de empresas de transporte de passageiros.	A Câmara
160/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre recebimento de pecúlio pelo aposentado que retorna ao trabalho.	Em Tramitação
162/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre o depósito, em Caderneta de Poupança, do adicional referente às férias dos trabalhadores avulsos.	A Câmara
163/79	Mendes Canale	Faculta o ingresso de funcionários do Congresso Nacional no Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
164/79	Nelson Carneiro	Estabelece a uniformidade dos vencimentos das contas de luz, água e telefone em todo o País, e dá outras providências.	A Câmara
165/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito à visita mensal do agrônomo e do veterinário do Ministério da Agricultura, pelas propriedades agrícolas cadastradas no órgão.	Em Tramitação
166/79	Franco Montoro	Estipula prazo para a conclusão de inquérito relativo a apuração de falta grave do empregado estável.	A Câmara
169/79	Franco Montoro	Determina a revisão semestral do salário mínimo, sempre que se verificar, no período, elevação de custo de vida superior a 10%, alterando o artigo 116 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
170/79	Pedro Simon	Altera as Leis de nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e nº 4.390, de 29 de agosto de 1964, e Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplinam a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.	Em Tramitação
171/79	Agenor Maria	Estabelece regra sobre o valor da remuneração dos servidores da Administração Indireta da União.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
172/79	Jaison Barreto	Institui o Seguro-Saúde Estatal Universal e Compulsório e dá outras providências.	Em Tramitação
174/79	Milton Cabral	Dispõe sobre autorização para a realização de competições esportivas automobi-	À Câmara
175/79	Agenor Maria	Altera a Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, que "concede amparo aos ex-combatentes julgados incapacitados definitivamente para o serviço militar".	Rejeitado
178/79	Bernardino Viana	Acrescenta parágrafos ao artigo 5º do Decreto-lei nº 366, de 19 de dezembro de 1968, e dá outras providências.	Em Tramitação
179/79	Bernardino Viana	Autoriza o Poder Executivo a conceder, através da Caixa Econômica Federal, empréstimos aos proprietários de veículos automotores, com a finalidade de custear adaptação ao consumo de álcool carburante.	Retirado pelo Autor
180/79	Passos Pôrto	Institui diretrizes básicas para o desenvolvimento econômico, social, especial e administrativo de Brasília.	Em Tramitação
181/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação dos artigos 149 e 150 da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo regime especial de férias aos embarcações de unidades mercantes utilizadas de barra a fora.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
182/79	Agenor Maria	Altera a redação dos §§ 5.º e 6º do art. 127 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.	Em Tramitação
183/79	Nelson Carneiro	Altera a redação de dispositivos dos Decretos-leis nºs 7.661, de 21 de junho de 1945, e 75, de 21 de novembro de 1966, para o efeito de compatibilizar a legislação que cuida da incidência de juros e correção monetária com a que regula os débitos de natureza trabalhista.	Em Tramitação
184/79	Orestes Quércia	Modifica a redação do artigo 1.150 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916).	Rejeitado
185/79	Franco Montoro	Estabelecendo que a gratificação paga aos diretores de empresas públicas e de economia mista será também devida, proporcionalmente, aos respectivos empregados.	Rejeitado
186/79	Nelson Carneiro	Institui o salário mínimo profissional do Técnico de Contabilidade de 2º grau e dá outras providências.	Em Tramitação
187/79	Aloysio Chaves	Revoga o § 3º do artigo 899, o artigo 902 e seus parágrafos, e modifica a redação da alínea "f" do inciso I do artigo 702, da alínea "b" do artigo 894,	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		da alínea "a" do artigo 896, da Consolidação das Leis do Trabalho bem como o artigo 9º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970.	
188/79	Orestes Quércia	Acrescentando dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em Tramitação
189/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a transferência da matrícula de universitários, servidores públicos estaduais, na forma que especifica.	Em Tramitação
190/79	Raimundo Parente	Altera a redação do artigo 280 do Código de Processo Civil e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
191/79	Lázaro Barboza	Dispõe sobre o parcelamento dos prêmios anuais de seguros de ramos elementares.	Em Tramitação
192/79	Nelson Carneiro	Confere aos Vendedores Autônomos o direito ao 13º salário, e determina outras providências.	Rejeitado
193/79	Franco Montoro	Atribui à Federal de Seguros S.A., integrante do sistema financeiro da Previdência Social, a realização, com exclusividade, do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores.	Em Tramitação
195/79	Franco Montoro	Veda o exercício de cargos de direção e assessoramento em empresas transnacionais a ex-ocupantes de cargos executivos na administração pública.	Em Tramitação
196/79	Franco Montoro Complementar	Dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 31 de dezembro de 1971.	Em Tramitação
198/79	Nelson Carneiro	Disciplina o exercício da profissão de detetive particular.	Em Tramitação
199/79	Orestes Quércia	Acrescenta § 3º ao artigo 3º e dá nova redação ao artigo 5º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Rejeitado
200/79	Franco Montoro	Dispõe sobre medidas de combate à poluição de águas fluviais, determinando que as indústrias somente poderão efetuar despejos a montante da respectiva captação.	Em Tramitação
202/79	Franco Montoro	Revoga o art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para proibir a derrubada de florestas heterogêneas, ainda que para transformá-las em homogêneas.	Em Tramitação
203/79	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 38 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.	Rejeitado
204/79	Agenor Maria	Acrescenta § 2º ao art. 30 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.	Em Tramitação
205/79	Franco Montoro	Permite a prisão civil do devedor, quando, por dolo, não cumprir a decisão judicial.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
207/79	Jorge Kalume	Autoriza o Ministério da Educação e Cultura, através do Conselho Federal de Educação, a incluir, nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus e Superior, estudo sobre as vidas do Coronel José Plácido de Castro e do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes.	Em Tramitação
208/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a remuneração profissional mínima dos engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos e dá outras providências.	À Câmara
209/79	Franco Montoro	Elimina o prazo para candidatura a cargo eletivo, no caso de desligamento de um Partido e filiação a outro.	À Câmara Veto Total
211/79	Orestes Quércia	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, para o fim de estabelecer novo critério de início dos efeitos pecuniários decorrentes de trabalho insalubre ou perigoso.	Em Tramitação
213/79	Franco Montoro	Dá nova redação ao § 3º do art. 670 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativamente à indicação de advogados para juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho.	Em Tramitação
214/79	Comissão Diretora	Cria e transforma cargos do Quadro Permanente do Senado Federal e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 6.809, de 7-7-80
215/79	Nelson Carneiro	Estabelece critério para a concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores e dá outras providências.	Em Tramitação
216/79	Franco Montoro	Institui o auxílio-complementar devido aos segurados que, submetidos a processo de reabilitação profissional, só possam exercer atividade diversa da exercida anteriormente.	Em Tramitação
218/79	Franco Montoro	Estabelece a correção monetária nos benefícios pagos com atraso pelo INPS.	À Câmara
219/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao caput do art. 15, do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978, que alterou a legislação do imposto de renda das pessoas físicas.	Em Tramitação
220/79	Orestes Quércia	Faculta aos sindicalizados serem eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, revogando incisos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação
221/79	Franco Montoro	Elimina desigualdade de tratamento ao trabalhador rural, que ingressa no regime do INPS, acrescentando parágrafo ao art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
223/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional e estabelece critério para a distribuição de recursos da União aos Estados e Territórios.	Em Tramitação
224/79	Mauro Benevides (Tram. Conj. PLS 218/80)	Altera a redação do art. 5º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.	Em Tramitação
225/79	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre transferência de empregado estudante.	Em Tramitação
227/79	Orestes Quércia	Dispõe a respeito do adicional de 50% pago por horas extras que excederem de 8 por semana ou 24 por mês, aditando parágrafos ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho — Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação
228/79	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o FGTS.	Em Tramitação
229/79	Franco Montoro Complementar	Institui o auxílio-doença em favor do trabalhador rural e dá outras providências.	Em Tramitação
230/79	Franco Montoro	Dispensa a concordância do empregador no caso da opção do empregado pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
232/79	Nelson Carneiro	Altera o art. 5º da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.	À Câmara
233/79	Tarso Dutra (Vide PLS 280/77)	Institui o Sistema eleitoral misto e dá outras providências.	Em Tramitação
235/79	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976.	À Câmara
236/79	Nelson Carneiro	Revoga o art. 26 da Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal.	À Câmara
238/79	Franco Montoro	Determina o reajuste automático dos salários sempre que a inflação atingir 10%.	Sobrestado
239/79	Tancredo Neves	Cancela penas impostas ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, determina a devolução das condecorações nacionais que lhe foram retiradas, bem como a sua reinclusão nos quadros das respectivas Ordens dos quais tenha sido excluído.	À Câmara Lei nº 6.821, de 17-09-80
241/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre garantias básicas aos produtores de café.	Em Tramitação
242/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 370 do vigente Código Civil.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
243/79	Orestes Quércia (Tram. Conj. PLC 20/80 e PLS 46/80)	Autoriza o saque dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para pagamento de anuidades escolares, e dá outras providências.	Em Tramitação
244/79	Amaral Furlan	Altera o título da Seção IV do Título I da Parte Especial e acrescenta parágrafo ao art. 154 do Código Penal.	À Câmara
245/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação do artigo 7º do Decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968, que dispõe sobre efeitos de débitos salariais e dá outras providências.	Rejeitado
246/79	Aloysio Chaves	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Em Tramitação
247/79	Nelson Carneiro	Acrescentando alínea ao art. 13 da Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956, que cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sobre o exercício da profissão de químico, e dá outras providências.	À Câmara
248/79	Itamar Franco	Regulamenta o exercício da profissão de "maitre" e garçon e dá outras providências.	Em Tramitação
249/79	Aloysio Chaves	Especifica as hipóteses em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho, trata do exercício do direito de greve, e dá outras providências.	À Câmara
250/79	Franco Montoro	Determina que os empregados de estações do interior farão jus à remuneração correspondente ao regime de "prontidão", pelas horas que excederem às da jornada normal de trabalho.	À Câmara
253/79	Franco Montoro	Regula a transferência de empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
255/79	Franco Montoro	Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	À Câmara
256/79	Orestes Quércia	Modifica e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
259/79	Nelson Carneiro	Alterando a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que "regula as atividades dos representantes comerciais".	À Câmara
260/79	Humberto Lucena	Interpreta o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974.	À Câmara
262/79	Humberto Lucena	Estabelece condições para a transferência do controle do capital de empresas nacionais para pessoas jurídicas estrangeiras.	Em Tramitação
263/79	Orestes Quércia	Altera dispositivos da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, de modo a estender ao empregado doméstico a legislação acidentária do trabalho.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
264/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a reintegração dos dirigentes e representantes sindicais beneficiados pela anistia.	Em Tramitação
265/79	Nelson Carneiro (Vide PLC 59/79)	Acrescenta alínea ao item II do art. 275 do Código de Processo Civil, para incluir no elenco de ações de rito sumaríssimo a do fiador para exonerar-se da fiança prestada sem limitação de tempo.	Prejudicado
269/79	Orestes Quércia	Permite ao trabalhador estudante faltar ao serviço nos dias de provas escolares, sem prejuízo do salário, nos termos que especifica, introduzindo incisos no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Rejeitado
270/79	Nelson Carneiro	Introduzindo alterações na Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas.	Retirado pelo Autor
271/79	Lázaro Barboza	Dá nova redação ao caput do art. 3º da Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972, que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM) e dá outras providências.	Em Tramitação
273/79	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafos ao art. 32 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Rejeitado
274/79	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	À Câmara
275/79	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Rejeitado
276/79	Nelson Carneiro	Revoga o art. 35 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).	À Câmara
277/79	Nelson Carneiro	Determina prazo máximo para a instalação de telefones, adquiridos através de financiamento, e dá outras providências.	Em Tramitação
278/79	Lourival Baptista (Tram. Conj. PLS 358/79)	Dispõe sobre a execução do Projeto Dom Bosco.	Rejeitado
279/79	Nelson Carneiro	Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de sexo e de estado civil.	Em Tramitação
280/79	Franco Montoro (Tram. Conj. PLS 342/79)	Dispõe sobre o exercício da profissão de Ortopedista, e dá outras providências.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
281/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre revogação do art. 5º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação da Previdência Social.	Rejeitado
282/79	Franco Montoro	Dispensa a concordância do empregador no caso de opção pelo empregado pelo Sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Retirado pelo Autor
283/79	Nelson Carneiro	Dando nova redação ao art. 3º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975, que regula a situação do aposentado pela Previdência Social que volta ao trabalho e a do segurado que se vincula a seu regime após completar 60 (sessenta) anos de idade, e dá outras providências.	À Câmara
284/79	Franco Montoro	Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, determinando que, em caso de morte, a conta vinculada em nome do empregado passará para sua família, na forma da lei civil.	Em Tramitação
285/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Em Tramitação
286/79	Franco Montoro	Assegura aposentadoria com salário integral à mulher segurada do INPS.	Em Tramitação
288/79	Itamar Franco	Fixa critérios para a participação acionária de entidades da administração pública no capital social de empresas de direito privado, e dá outras providências.	Em Tramitação
289/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre o instituto de retrocessão, e dá outras providências.	Em Tramitação
290/79	Raimundo Parente	Acrescenta parágrafos ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Rejeitado
291/79	Nelson Carneiro	Institui salário adicional para os trabalhadores que exercem atividade em contato permanente com energia elétrica, em condições de periculosidade.	Em Tramitação
292/79	Franco Montoro	Assegura o pagamento do salário-família a todos os aposentados pelo sistema geral da Previdência Social.	Em Tramitação
293/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a aposentadoria especial para os trabalhadores que prestam serviços no período noturno.	Rejeitado
295/79	Henrique de La Rocque	Altera dispositivos do Código Penal e do Código de Processo Penal, dispondo sobre o exame de verificação da cessação da periculosidade do detento.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
296/79	Eunice Michiles	Institui o Dia Nacional de Defesa da Fauna.	À Câmara
297/79	Franco Montoro	Garante ao empregado aposentado por velhice, a requerimento da empresa, indenização em função do salário que percebia em atividade.	À Câmara
298/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a profissão de carpinteiro naval da Marinha Mercante.	Em Tramitação
299/79	Amaral Furlan	Revoga o art. 240 do Código Penal que cuida do crime de adultério.	À Câmara
301/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre o prazo de mandato do dirigente sindical.	Em Tramitação
302/79	Humberto Lucena	Revoga o art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.	Em Tramitação
303/79	P. Executivo DF	Institui a taxa de limpeza pública no Distrito Federal, e dá outras providências.	Em Tramitação
304/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a comercialização dos produtos derivados de petróleo no território nacional.	Em Tramitação
305/79	Franco Montoro	Estabelece multa de 10% ao dia, sobre a importância devida, quando o banco depositário não liberar, em 10 dias, o FGTS.	À Câmara
306/79	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Rejeitado
307/79	Franco Montoro	Estabelecendo que, quando o empregador deixar de depositar o FGTS, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização.	Em Tramitação
308/79	Gastão Müller	Acrescenta alínea ao item II do § 1º do art. 250 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Rejeitado
309/79	Gabriel Hermes	Dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências.	Em Tramitação
310/79	Nelson Carneiro	Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 248 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado
311/79	Franco Montoro	Elimina, do Código Eleitoral, injustificada discriminação contra o hanseniano.	Em Tramitação
312/79	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 1º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho.	À Câmara
313/79	Nelson Carneiro	Revigorando, pelo prazo que especifica, o prazo do parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967.	Rejeitado
314/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
315/79	Franco Montoro	Dá nova redação ao art. 144 da Lei Orgânica da Previdência Social, estabelecendo a prescrição quinquenal da dívida ativa do INPS.	Em Tramitação
316/79	Nelson Carneiro	Altera a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade.	À Câmara
317/79	Franco Montoro	Permite ao segurado do INPS a designação de mais de uma pessoa que viva comprovadamente sob sua dependência econômica, dando nova redação ao item II do art. 11 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em Tramitação
318/79	Franco Montoro (Tram. Conj. PLS 30/80 e PLS 130 de 1980)	Considera dependentes do segurado, para obtenção de assistência médica, os filhos estudantes, sem economia própria, até 24 anos de idade, acrescentando parágrafo ao art. 11 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em Tramitação
319/79	Orestes Quércia (Tram. Conj. PLS 188/78)	Permite ao empregado utilizar a conta vinculada ao nascimento de filho, acrescentando dispositivo ao art. 8º da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — Lei nº 5.107, de 1966.	Prejudicado
320/79	Leite Chaves	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.	À Câmara
321/79	Leite Chaves	Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965 (Ação Popular).	À Câmara
322/79	Franco Montoro	Regulamenta a profissão de fonoaudiólogo, e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
323/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre o ingresso voluntário de mulheres nas escolas militares de nível superior, e dá outras providências.	Rejeitado
324/79	Orestes Quércia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar certos direitos trabalhistas ao empregado cujo contrato é rescindido com culpa recíproca.	Em Tramitação
325/79	Franco Montoro	Dispõe sobre representação contra lei ou ato normativo inconstitucional dirigida ao Procurador-Geral da República, alterando o art. 2º da Lei nº 4.337, de 1º de junho de 1964.	Em Tramitação
326/79	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 519 do vigente Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916).	À Câmara
327/79	Nelson Carneiro	Institui a remuneração profissional mínima para os Atendentes de Enfermagem.	Rejeitado (Art. 278 do RI)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
328/79	Franco Montoro	Estende aos servidores públicos, sujeitos ao regime trabalhista as condições estabelecidas em sentenças normativas ou contratos coletivos de trabalho.	Em Tramitação
330/79	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafos ao art. 17 da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974, a fim de permitir ao eleitor inscrito no Distrito Federal, natural de outra unidade federada, votar nas eleições para o Congresso Nacional.	À Câmara
331/79	Nelson Carneiro (Tram. Conj. PLC 82/79 e PLS 349 de 1979)	Inclui o marido como dependente da segurada.	Em Tramitação
332/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas.	Em Tramitação
333/79	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 2º do art. 416 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
334/79	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 2º do art. 416 do Código de Processo Civil.	À Câmara
335/79	Amaral Furlan	Autoriza declarações de utilidade pública para fins de desapropriação de terras que, pela União, foram destinadas à constituir o patrimônio da Fundação Nacional do Índio.	Rejeitado
336/79	Passos Pôrto	Altera o § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.	Em Tramitação
337/79	Franco Montoro	Assegura aos sindicatos o direito de instituir delegacias ou nomear delegados de empresas, em suas bases territoriais.	Em Tramitação
338/79	Franco Montoro	Coibe abuso do poder econômico, proibindo que as empresas fabricantes ou montadoras organizem grupos de consórcios para a venda dos produtos de sua fabricação.	Em Tramitação
339/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em Tramitação
340/79	Nelson Carneiro	Fixa o salário profissional do Vigilante Bancário e o tempo das jornadas de trabalho, diurna e noturna, e determina outras providências.	Em Tramitação
341/79	Orestes Quércia	Autoriza a CEF a estabelecer plano especial de aquisição de casa própria para aposentados.	Rejeitado
342/79	Lomanto Júnior (Vide PLS 280/79)	Regulamenta a profissão de Ortoptista, e dá outras providências.	Em Tramitação
343/79	Franco Montoro	Dispõe sobre retificação de correção salarial quando ocorrerem erros no cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
344/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre o pagamento em dobro do auxílio-natalidade, no caso que específica.	Rejeitado
345/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
346/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 505 do vigente Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916).	Em Tramitação
347/79	Leite Chaves	Extingue o confisco sobre o café.	Em Tramitação
348/79	José Lins	Faculta a todos os "atuais contribuintes" do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, <i>ex vi</i> do art. 41, alínea a, seu Regimento Básico — o direito de inscrição como associado do IPC, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
349/79	Nelson Carneiro (Tram. Conj. PLS 331/79 e PLC 82 de 1979)	Dá direito ao marido de segurada à assistência médica.	Em Tramitação
350/79	Orestes Quércia (Tram. Conj. PLC 15/76)	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
351/79	Roberto Saturnino	Dispõe a respeito da especialização de Engenheiros e Arquitetos em "Engenharia de Segurança do Trabalho" e da profissão de "Técnico de Segurança do Trabalho" e estabelece providências.	Em Tramitação
352/79	Orestes Quércia	Altera o art. 92 do Código Eleitoral, que dispõe sobre o número de candidatos nas eleições proporcionais.	Em Tramitação
353/79	Franco Montoro	Assegura a continuidade do pagamento de benefício, pelo INPS, até que haja revisão do mesmo pela Junta de Recursos da Previdência Social.	Em Tramitação
354/79	Nelson Carneiro	Acrescenta § 4º ao art. 28 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.	Rejeitado
355/79	Franco Montoro	Concede auxílio-funeral aos inválidos e aos maiores de 70 anos abrangidos pela Lei nº 6.187, de 11 de dezembro de 1974.	Em Tramitação
356/79	Orestes Quércia	Considera tempo efetivo o afastamento do trabalho, por sete dias, no casamento e em caso de morte dos parentes que menciona, alterando o art. 473 da CLT.	Em Tramitação
357/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitério.	Em Tramitação
358/79	Lomanto Júnior (Tram. Conj. PLS 278/79)	Dispõe sobre a instituição do Sistema do Menor, a execução do Projeto Dom Bosco, e dá outras providências.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
359/79	Franco Montoro	Determina a fixação obrigatória de critérios objetivos para a realização de despesas com publicidade e divulgação efetuadas pela Empresa Brasileira de Notícias.	Em Tramitação
361/79	Nelson Carneiro	Institui pensão mensal para os menores com deficiência física ou mental, a ser paga pelo INPS.	Em Tramitação
362/79	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979.	Em Tramitação
364/79	Lomanto Júnior	Institui o "Dia Nacional do Psicólogo".	Em Tramitação
365/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao Título II do Livro I do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), e dá outras providências.	Em Tramitação
366/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o término dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, e dá outras providências.	Em Tramitação
367/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 10 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	Em Tramitação
368/79	Nelson Carneiro (Tram. Conj. PLS 155/80 e PLS 186 de 1980)	Eleva o valor do salário-família do trabalhador, e dá outras providências.	Em Tramitação
369/79	Itamar Franco	Revoga o Decreto-lei nº 1.342, de 28 de agosto de 1974, que altera o art. 12 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966.	Rejeitado
370/79	Raimundo Parente	Altera os arts. 654, § 1º; 670, caput ; e 674 e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho — aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
371/79	Humberto Lucena	Regula o pagamento do laudêmio incidente nas transmissões financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação.	Em Tramitação
372/79	Franco Montoro	Concede abono anual aos idosos e inválidos.	Em Tramitação
373/79	Franco Montoro	Estabelecendo que o juiz, antes do recebimento da queixa ou denúncia, assegurará ao acusado sua defesa preliminar.	Em Tramitação
374/79	Dirceu Cardoso	Dispondo sobre consulta prévia às populações de municípios compreendidos em áreas de localização ou construção de instalações nucleares.	Em Tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
001/80	Poder Executivo DF	Estende aos funcionários aposentados da Administração Direta do Distrito Federal as vantagens financeiras decorrentes da aplicação do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.778, de 12-5-80
002/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das fundações de Ensino Superior.	Em Tramitação
003/80	Helvídio Nunes	Dispõe sobre a cobrança de taxas relativas a concursos públicos.	À Câmara
004/80	Comissão Diretora	Reajusta os vencimentos e proventos dos servidores do Senado Federal, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 6.775, de 23-4-80
005/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968.	Em Tramitação
006/80	Agenor Maria	Regulamenta, junto ao Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, a nova situação jurídica de seus atuais contribuintes facultativos, advinda das Leis n.ºs 6.497/77 e 6.677/79, combinadas com o art. 41, alínea a, do Regimento Básico do IPC.	Em Tramitação
007/80	Franco Montoro	Determinando que também o salário mínimo será corrigido semestralmente.	Em Tramitação
008/80	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao item I do art. 69 da Lei Orgânica da Previdência Social e ao § 4º do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em Tramitação
009/80	Paulo Brossard	Revoga a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 63.788, de 12 de dezembro de 1968.	Em Tramitação
010/80	Orestes Quércia	Revigora o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971.	Rejeitado
011/80	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao empregado que reclama, durante o prazo de tramitação, da reclamatória.	Em Tramitação
012/80	Nelson Carneiro	Altera a redação e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, instituindo remuneração suplementar durante o período de férias.	Rejeitado
013/80	Itamar Franco	Estabelece abatimento nos preços de derivados de petróleo, quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos.	Em Tramitação
014/80	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a propor ao Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE, a providência que especifica.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
015/80	Nelson Carneiro	Revoga o artigo 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.	Em Tramitação
016/80	Murilo Badaró	Permite às empresas contarem em dobro as despesas tributáveis efetuadas com o emprego de estudantes universitários.	Em Tramitação
017/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
018/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a aposentadoria especial do Músico.	Em Tramitação
019/80	Nelson Carneiro	Determinando que as instituições de ensino superior vinculadas à União mantenham cursos noturnos.	Em Tramitação
020/80	Orestes Quércia	Revogando a legislação que declarou municípios brasileiros como áreas de interesse da segurança nacional.	Em Tramitação
021/80	Lázaro Barboza (Tram. conj. PLC 25/80)	Dispõe sobre os depósitos feitos por brasileiros em estabelecimentos bancários no exterior, em contas numeradas ou secretas.	Em Tramitação
022/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
023/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a instituição do seguro obrigatório que especifica, pelos hotéis classificados com três ou mais estrelas.	Em Tramitação
024/80	Franco Montoro	Estabelece que a ordem de preferência para a concessão da pensão civil será também aplicada na pensão militar.	Em Tramitação
025/80	Mendes Canale	Regula a convocação de suplente para o exercício de mandato eletivo, decorrente das eleições de 15 de novembro de 1978, e dá outras providências.	Em Tramitação
026/80	Humberto Lucena	Atribui às Comissões Provisórias Municipais dos Partidos Políticos, em organização, a escolha dos candidatos às eleições de 15 de novembro de 1980.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
027/80	Aderbal Jurema	Autoriza o Poder Executivo a criar a Revista do Serviço Público-Editora, vinculada ao Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, e dá outras providências.	Em Tramitação
028/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do artigo 8º do Código Eleitoral.	À Câmara
029/80	Gastão Müller	Obriga a identificação numérica de motores pelas fábricas produtoras de veículos automotores, e dá outras providências.	Em Tramitação
030/80	Nelson Carneiro (Tram. conj. PLS 318/79, PLS 130 de 1980)	Modifica a redação do item I do artigo 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
031/80	Orestes Quércia	Altera dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	À Câmara
032/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre preferência a posseiros na alienação de terras da União.	Em Tramitação
033/80	Franco Montoro	Atribui ao Movimento Feminino dos Partidos Políticos direitos iguais aos dos Movimentos Trabalhista e Estudantil.	À Câmara
034/80	Nelson Carneiro	Resguarda direitos adquiridos por funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, quanto à percepção de adicionais por quinquênios, antes da vigência da Lei nº 5.903, de 9 de julho de 1973.	Em Tramitação
035/80	Passos Pôrto	Estabelece normas de proteção à empresa privada nacional produtora de bens de capital e de serviços de engenharia.	Em Tramitação
036/80	Pedro Simon	Dispõe sobre a necessidade de autorização legislativa específica para a criação, legislativa específica para a criação, aumento ou redução de tributos.	Rejeitado
037/80	Humberto Lucena Complementar	Dá nova redação ao art. 7º da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de Vereadores.	À Câmara
038/80	Paulo Brossard	Acrescenta artigo ao Código Civil para dispor acerca da escritura pública e seus requisitos.	Em Tramitação
039/80	Nelson Carneiro	Altera a Lei dos Registros Públicos.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
040/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remessa de documentos complementares dos contratados, convenções e atos internacionais do Senado Federal, e dá outras providências.	Em Tramitação
041/80	Poder Executivo DF	Fixa os valores de retribuição de empregos que integram as categorias funcionais de Assistente Jurídico e Procurador Autárquico, do Grupo-Serviços Jurídicos, do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.785, de 26-5-80
042/80	Nelson Carneiro	Modifica e acrescenta dispositivos no art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de aperfeiçoar o texto concernente à conceituação de categoria profissional diferenciada.	Em Tramitação
043/80	Helvídio Nunes Complementar	Dá nova redação ao item I, art. 2º, da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
044/80	Lázaro Barboza	Dá nova redação aos artigos 5º e 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Mercado de Valores Mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.	Em Tramitação
045/80	Nelson Carneiro	Institui o salário profissional, e determina outras providências.	Em Tramitação
046/80	Franco Montoro (Tram. conj. PLC 20/80)	Permite aos assalariados a utilização do FGTS para o custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em Tramitação
047/80	Gastão Müller	Acrescenta dispositivo ao art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e dá outras providências.	Em Tramitação
048/80	Franco Montoro	Estabelecendo que os benefícios do INPS serão reajustados na mesma proporção do reajustamento do salário mínimo.	Em tramitação
049/80	Amaral Furlan	Revoga a alínea e do parágrafo único do art. 16 da Consolidação das Leis do Trabalho.	À Câmara
050/80	Milton Cabral	Altera o art. 126, § 2º, letras "d" e "f" do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Em Tramitação
051/80	Henrique Santillo	Revogando o Decreto-lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o Município de Anápolis de interesse da Segurança Nacional, e dá outras providências.	Em Tramitação
052/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de unificar o prazo do aviso-prévio.	Em Tramitação
053/80	Orestes Quércia (Tram. conj. PLS 56/80 PLS 85/80)	Modifica a redação do artigo 165 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
054/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a não-aplicação de ressalva constante do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, ao caso que especifica.	Em Tramitação
055/80	Franco Montoro	Estabelece a garantia de emprego.	Em Tramitação
056/80	Nelson Carneiro (Tram. conj. PLS 56/80)	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de estabelecer garantias aos representantes classistas nas CIPAs.	Em Tramitação
057/80	Orestes Quércia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, visando tornar livres as negociações salariais entre empregados e empregadores.	Em Tramitação
058/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de ampliar as medidas legais de segurança e higiene do trabalho.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
059/80	Lázaro Barboza	Acrescentando alínea ao art. 2º do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão de Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nos sistemas de ensino do País, e dá outras providências.	Em Tramitação
060/80	Henrique Santillo	Fixa as eleições municipais no dia 15 de dezembro de 1980, suspendendo a eficácia de dispositivos da Legislação Eleitoral vigente, e dá outras providências.	Prejudicado
061/80	Humberto Lucena	Alterando o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da concessão de férias proporcionais do trabalhador.	Em Tramitação
062/80	Cunha Lima	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, que dispõe sobre os ex-combatentes da II Guerra Mundial.	Rejeitado
063/80	Nelson Carneiro	Introduzindo alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em Tramitação
064/80	Humberto Lucena	Altera a redação do § 3º do art. 9º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que dispõe sobre a entrega da moradia pelo trabalhador em decorrência do desfazimento do contrato de trabalho.	Em Tramitação
065/80	Amaral Furlan	Isentando da incidência do Imposto de Renda os rendimentos que especifica, auferidos pelos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.	Em Tramitação
066/80	Amaral Furlan	Estabelece medidas sobre a concessão de financiamentos, pelo Sistema Financeiro de Habitação, aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.	Em Tramitação
067/80	Nelson Carneiro	Acrescentando parágrafo ao art. 1º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a gratificação de Natal para os trabalhadores.	Em Tramitação
068/80	Comissão Diretora	Cria cargos no Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 6.808, de 7-7-80
069/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre a concessão de visto de permanência definitiva a estrangeiros, nas condições que especifica.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
070/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre coligação partidária, e dá outras providências.	Em Tramitação
071/80	Orestes Quércia	Revoga o artigo 33 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em Tramitação
072/80	Bernardino Viana	Dispõe sobre a contratação de financiamento rural, mediante tomada da impressão digital do mutuário.	À Câmara
073/80	Orestes Quércia	Revoga o artigo 37 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
074/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivos e introduz alterações na Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências.	Em Tramitação
075/80	Poder Executivo DF	Dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o artigo 20 do Decreto-lei nº 115, de 1967.	À Sanção Lei nº 6.811, de 8-7-80
076/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a natureza jurídica dos contratos de serviço com cláusula de risco, a serem celebrados pela PETROBRÁS S.A., e dá outras providências.	Em Tramitação
077/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o preenchimento de vagas em instituições credenciadas a executar programas de Residência Médica.	Em Tramitação
078/80	Orestes Quércia	Revoga o artigo 38 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em Tramitação
079/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre pagamento do repouso semanal remunerado ao empregado comissionista.	Em Tramitação
080/80	Bernardino Viana	Dispõe sobre a concessão de visto de permanência ao estrangeiro que tenha ingressado no País até o dia 15 de novembro de 1979, através da suspensão de eficácia do Decreto-lei nº 941, de 13 de outubro de 1969.	Retirado pelo Autor
081/80	Nelson Carneiro	Dando nova redação a dispositivo do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal.	Em Tramitação
082/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 5º da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em Tramitação
083/80	Franco Montoro	Estabelece novo critério para o cálculo da indenização dos representantes comerciais autônomos.	Em Tramitação
084/80	Henrique de La Rocque	Dispõe sobre a disponibilidade e aposentadoria dos membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública.	Em Tramitação
085/80	Nelson Carneiro (Tram. conj. PLS 53/80)	Modifica a redação do § 2º do art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação
086/80	Amaral Furlan	Revoga dispositivos do Decreto-lei número 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Em Tramitação
087/80	Orestes Quércia	Revoga o artigo 14 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em Tramitação
088/80	Franco Montoro	Estende ao empregado doméstico a proteção da legislação de acidentes do trabalho.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
089/80	Aderbal Jurema	Dispõe sobre isenção de multas previstas nos arts. 7º e 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	À Câmara
090/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 2º da Lei número 5.889, de 8 de julho de 1973.	Em Tramitação
091/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de carteira de saúde para os ordenhadores, e dá outras providências.	Em Tramitação
092/80	Orestes Quércia	Revoga o artigo 19 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em Tramitação
093/80	Jorge Kalume	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, em cinema, rádio e televisão, da História do Brasil ou de seus vultos.	Em Tramitação
094/80	Orestes Quércia	Revoga o artigo 30 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em Tramitação
095/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do parágrafo único do art. 18 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em Tramitação
096/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona.	Em Tramitação
097/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre aposentadoria especial, para os motoristas profissionais.	Em Tramitação
098/80	Franco Montoro	Institui a estabilidade provisória da gestante, do trabalhador acidentado e do menor no ano de seu alistamento militar.	Em Tramitação
099/80	Franco Montoro	Inclui, entre as prerrogativas dos sindicatos, a de colocar quadros de avisos dentro do recinto das empresas.	Em Tramitação
100/80	Humberto Lucena	Revoga o art. 1º da Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, o Decreto-lei nº 1.538, de 14 de abril de 1977, e o Ato Complementar nº 104, de 26 de julho de 1977.	Em Tramitação
101/80	Jorge Kalume	Acrescenta parágrafos ao art. 607 do Código Civil — Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.	À Câmara
102/80	Amaral Furlan	Altera a redação do § 4º do art. 4º da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e acrescenta § 5º ao mesmo dispositivo legal.	Em Tramitação
103/80	Nelson Carneiro	Regula o retorno à atividade de aposentado pela Previdência Social.	Em Tramitação
104/80	Franco Montoro (Tram. conj. PLS 141/80)	Dá validade ao atestado fornecido por serviço médico dos sindicatos, nos casos de justificação de faltas ao trabalho.	Em Tramitação
105/80	Nelson Carneiro	Alterando dispositivo da Lei nº 5.559, de 11 de dezembro de 1968, que "estende o direito ao salário-família instituído pela Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963".	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
106/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 48 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em Tramitação
107/80	Affonso Camargo	Veda a prática do pugilato a menores de 18 anos, e dá outras providências.	Em Tramitação
108/80	Franco Montoro (Tram. conj. PLS 264/80)	Permite o abono de faltas do trabalhador-estudante em dias de exame escolar.	Em Tramitação
109/80	Nelson Carneiro	Proibindo ação declaratória ainda que tenha ocorrido a violação do direito.	Em Tramitação
110/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a escolha e registro, pelos partidos com registro provisório, de candidatos às eleições de 15 de novembro de 1980, e dá outras providências.	Em Tramitação
111/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre os prazos de carência e de amortização dos empréstimos concedidos através do programa de crédito educativo.	Em Tramitação
112/80	Murilo Badaró	Altera o art. 126 do Decreto-lei nº 941, de 13 de outubro de 1969.	Prejudicado
113/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 50 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em Tramitação
114/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a retenção de salários pelo empregado.	Em Tramitação
115/80	Pedro Simon	Estabelece prazo para lançamento de novos modelos e marcas de automóveis nacionais e veículos afins, e dá outras providências.	Em Tramitação
116/80	Nelson Carneiro	Obriga a construção de creches nos conjuntos habitacionais.	Em Tramitação
117/80	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
118/80	Humberto Lucena (Tram. conj. PLS 126/80)	Altera a redação do art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, para que a prescrição bienal seja contada a partir da cessação do contrato de trabalho.	Em Tramitação
119/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre funções consideradas como atividades dos empregados, vendedores, viajantes ou praticistas.	Em Tramitação
120/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
121/80	Franco Montoro	Estabelece a exigibilidade de discriminação das deduções salariais.	Em Tramitação
122/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a colocação em Caderneta de Poupança de depósitos judiciais.	Em Tramitação
123/80	Leite Chaves	Acrescentando inciso ao art. 233 da Lei nº 6.015, de 31-12-73, para que fiquem automaticamente canceladas as matrículas de imóveis de área igual ou superior a 10 mil hectares, condicionada à renovação do reconhecimento de exploração econômica e conveniente uso social.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
124/80	Franco Montoro	Dá nova redação ao caput do art. 82 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em Tramitação
125/80	Nelson Carneiro	As exigências do Serviço Militar não constituirão motivo para alteração ou rescisão de contrato de trabalho.	Em Tramitação
126/80	Henrique Santillo (Tram. conj. PLS 118/80)	Acrescenta parágrafo único ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
127/80	Orestes Quércia	Altera e acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de atribuir ao Tribunal Superior do Trabalho a competência de expedir instruções regulando as eleições sindicais.	Em Tramitação
128/80	José Sarney	Permite deduções no Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas, para fins culturais, a partir do exercício financeiro de 1981, ano-base de 1980, e dá outras providências.	Em Tramitação
129/80	Franco Montoro	Assegura a participação dos empregados na direção das empresas públicas e sociedades de economia mista.	Em Tramitação
130/80	Franco Montoro (Tram. conj. PLS 318/79 e PLS 030/80)	Assegura prestação de assistência médica aos filhos dos segurados do INPS até 24 anos de idade, quando estudantes.	Em Tramitação
131/80	Nelson Carneiro	Obriga a apresentação semestral da conta corrente aos investidores dos incentivos fiscais.	Em Tramitação
132/80	José Sarney	Assegura redução de tarifa postal no envio de catálogos ou folhetos informativos de livros.	Em Tramitação
133/80	Itamar Franco	Regulamenta o art. 80 da Constituição, e dá outras providências.	Em Tramitação
134/80	Orestes Quércia	Alterando a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.	Em Tramitação
135/80	Franco Montoro	Autoriza a contagem, para efeito de aposentadoria pelo INPS, do tempo de serviço público estadual e municipal.	Em Tramitação
136/80	Nelson Carneiro	Dispondo que será considerado licença remunerada o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho, no desempenho de cargo de administração sindical, de representação profissional ou de delegado sindical, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva.	Em Tramitação
137/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a isenção de Imposto de Renda para os proventos da aposentadoria e para as pensões, sob a condição que especifica.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
138/80	José Sarney Complementar	Isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas.	Em Tramitação
139/80	Aloysio Chaves	Dá nova redação ao art. 836 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
140/80	Poder Executivo	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimos destinados à elaboração e execução de Programas de Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.812, de 9-7-80
141/80	Nelson Carneiro (Tram. conj. PLS 104/80)	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de atribuir aos sindicatos a prerrogativa de fornecer atestados médicos aos trabalhadores.	Em Tramitação
142/80	Orestes Quércia	Alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.	Em Tramitação
143/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remuneração mínima dos professores, e dá outras providências.	Em Tramitação
144/80	Franco Montoro	Dá a designação de Administrador aos profissionais atualmente denominados Técnicos de Administração.	Em Tramitação
145/80	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação
146/80	Orestes Quércia	Isenta do Imposto de Renda o 13º salário.	Em Tramitação
147/80	Franco Montoro	Determinando que os depósitos dos empregados no FGTS sejam corrigidos de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Em Tramitação
148/80	Nelson Carneiro	Dando nova redação ao art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a Lei Orgânica da Previdência Social.	Em Tramitação
149/80	Orestes Quércia (Tram. conj. PLS 140/78)	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.	Em Tramitação
150/80	Humberto Lucena (Tram. conj. PLS 197/78)	Dispõe sobre a aplicação das garantias do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho aos Delegados Sindicais.	Em Tramitação
151/80	Nelson Carneiro	Disciplina o emplaceamento de carros oficiais, e dá outras providências.	Em Tramitação
152/80	Leite Chaves	Tornando obrigatório o estágio de 2 anos no INPS para que possa o médico exercer automaticamente sua profissão no território nacional.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
153/80	Franco Montoro Complementar	Estabelecendo que o PIS-PASEP terá correção anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Em Tramitação
154/80	Murilo Badaró	Dispõe sobre a organização dos Diretórios Municipais dos Partidos Políticos em formação, e dá outras providências.	A Câmara Lei nº 6.817, de 5-9-80
155/80	Nelson Carneiro (Tram. conj. PLS 368/79 PLS 186/80)	Dispõe sobre o aumento do percentual do salário-família devido aos trabalhadores e demais beneficiários.	Em Tramitação
156/80	Orestes Quércia	Dá nova redação à letra h do art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.	Em Tramitação
157/80	Pedro Simon	Alterando o parágrafo único do art. 1º, modifica os arts. 2º, 3º 4º e 8º da Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, que dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências.	Em Tramitação
158/80	Humberto Lucena	Introduz alteração no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Retirado pelo autor
159/80	Nelson Carneiro	Destina área do Parque Rogério Pithon de Farias à construção de Barracas para a Festa dos Estados.	Em Tramitação
160/80	Orestes Quércia	Restabelece o art. 398, da Consolidação das Leis do Trabalho, com nova redação.	Em Tramitação
161/80	Lázaro Barboza	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949.	Em Tramitação
162/80	Orestes Quércia	Altera a redação do item I do § 2º do art. 64 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em Tramitação
163/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons.	Em Tramitação
164/80	Orestes Quércia	Institui a aposentadoria voluntária da mulher segurada do INAMPS após vinte e cinco anos de serviço, com proventos proporcionais.	Em Tramitação
165/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação
166/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre o exercício das profissões de publicitário, profissionais de propaganda, técnicos em publicidade e serviços auxiliares e de assessoria, e dá outras providências.	Em Tramitação
167/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a obrigatoriedade de localização de sede no DF, para as entidades que menciona.	Em Tramitação
168/80	Orestes Quércia	Estabelece o salário mínimo uniforme para todas as regiões do Brasil.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
169/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de instituir a estabilidade provisória para a mulher grávida.	Em Tramitação
170/80	Orestes Quércia	Dá nova redação a dispositivos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	Em Tramitação
171/80	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 237 do Código de Processo Civil.	Em Tramitação
172/80	Orestes Quércia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
173/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a reserva obrigatória de vagas para paraplégicos nas empresas públicas e privadas.	Em Tramitação
174/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o funcionamento das clínicas que menciona.	Em Tramitação
175/80	Poder Executivo DF	Fixa os valores de retribuição de empregos da categoria funcional de Agente de Trânsito, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973.	À Sanção Lei nº 6.847, de 12-11-80
176/80	Henrique de La Rocque	Cancela penas impostas ao ex-Governador de São Paulo Ademar Pereira de Barros, determina a devolução das condecorações nacionais que lhe foram retiradas, bem como a sua reinclusão nos quadros das respectivas ordens dos quais tenha sido excluído.	Em Tramitação
177/80	Franco Montoro	Assegura aos ferroviários o pagamento das horas extras em que ficam à disposição da empresa.	Em Tramitação
178/80	Franco Montoro	Considera crime o exercício ilegal da engenharia, arquitetura ou agronomia.	Em Tramitação
179/80	Orestes Quércia	Assegura salário igual ao do dispensado ao empregado contratado para substituí-lo.	Em Tramitação
180/80	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 9º da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.	Em Tramitação
181/80	Orestes Quércia	Altera a redação do caput do art. 532 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
182/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a aposentadoria especial dos telegrafistas, radiotelegrafistas e operadores de telecomunicações em geral, no serviço privado e público.	Rejeitado
183/80	Franco Montoro	Amplia a proteção ao trabalhador rural vítima de acidente do trabalho.	Em Tramitação
184/80	Henrique de La Rocque	Altera a redação do art. 394 do Código de Processo Penal, e acrescenta parágrafo ao art. 34 do Código de Processo Penal Militar.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
185/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a inclusão de representantes do maior Partido Político de Oposição na administração das entidades paraestatais, e dá outras providências.	Em Tramitação
186/80	Roberto Saturnino Tram. conj. PLS 368/79 PLS 155/80	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.	Em Tramitação
187/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
188/80	Roberto Saturnino	Introduzindo alterações na Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em Tramitação
189/80	Franco Montoro	Isenta os proprietários de habitações populares, da responsabilidade solidária perante a Previdência Social.	Em Tramitação
190/80	Orestes Quércia	Dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, determinando o reconhecimento do atestado médico do sindicato, desde que exista convênio com a instituição previdenciária.	Em Tramitação
191/80	Afonso Camargo	Proíbe a instituição de sublegendas nas eleições para Senador.	Em Tramitação
192/80	Franco Montoro	Dispõe sobre o levantamento do saldo de conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço por parte do aposentado que volta ao trabalho.	Em Tramitação
193/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei da Anistia, objetivando tornar expresso o direito aos adicionais, por tempo de serviço dos servidores civis e militares que retornaram ou reverteram ao serviço ativo.	Em Tramitação
194/80	Valdon Varjão	Cria horário especial, em cadeia nacional de televisão, para a retransmissão obrigatória do noticiário relativo às atividades do Congresso Nacional.	Em Tramitação
195/80	Valdon Varjão	Disciplina a concessão de crédito especial para assistência permanente a possuidor rural, e determina outras providências.	Em Tramitação
196/80	Mauro Benevides	Dispõe sobre a distribuição de quotas acumuladas do Fundo Partidário, e dá outras providências.	Em Tramitação
197/80	Orestes Quércia	Acrescenta § 3º ao art. 3º e dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Em Tramitação
198/80	Lázaro Barboza	Torna obrigatória a colocação de balanças à disposição dos compradores nos estabelecimentos comerciais que vendem gêneros alimentícios.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
199/80	Henrique Santillo	Assegurando o credenciamento médico pelo INAMPS nos casos que especifica, e dando outras providências.	Em Tramitação
200/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao empregado que ajuíza reclamação trabalhista contra o empregador.	Em Tramitação
201/80	Nelson Carneiro	Amplia a jurisdição do oficial de justiça.	Em Tramitação
202/80	Henrique Santillo	Proibindo a aquisição de imóveis rurais nos casos que especifica, e dando outras providências.	Em Tramitação
203/80	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em Tramitação
204/80	Orestes Quércia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
205/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
206/80	Dirceu Cardoso	Define crimes contra a Segurança Nacional no âmbito da economia, estabelece normas de processo e julgamento, concede anistia, e dá outras providências.	Em Tramitação
207/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os empregados em serviços de limpeza.	Em Tramitação
208/80	Roberto Saturnino	Acrescentando §§ 2º e 3º ao art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em Tramitação
209/80	Helvídio Nunes	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e dá outras providências.	Em Tramitação
210/80	Poder Executivo	Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos do Distrito Federal para o triênio 1981/1983.	À Sanção Lei nº 6.872, de 3-12-80
211/80	Poder Executivo	Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1981.	À Sanção Lei nº 6.873, de 3-12-80
212/80	Orestes Quércia	Introduzindo alterações na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário aos idosos e inválidos.	Em Tramitação
213/80	Nelson Carneiro	Obriga o fornecimento gratuito de equipamento de proteção individual.	Em Tramitação
214/80	Humberto Lucena	Introduzindo alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em Tramitação
215/80	Nelson Carneiro	Alterando a redação do art. 2º da Lei nº 6.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
216/80	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
217/80	Henrique Santillo Complementar	Faculta aos participantes do Fundo de Participação PIS-PASEP a utilização do saldo de seus depósitos para construção de casa própria ou aquisição de imóvel já edificado.	Em Tramitação
218/80	Mauro Benevides (Tram. conj. PLS 224/79)	Alterando a redação do art. 5º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.	Em Tramitação
219/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre a chefia dos serviços de conferência de carga e descarga nas embarcações mercantes.	Em Tramitação
220/80	Lázaro Barboza Complementar	Institui as Feiras de Produtores, para venda direta ao consumidor, com isenção dos tributos estaduais e municipais incidentes.	Em Tramitação
221/80	Franco Montoro	Estabelece a participação de representantes dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS).	Retirado pelo Autor
222/80	Henrique Santillo	Dispõe a respeito do máximo rigor à proteção e fiscalização dos alimentos de consumo humano, introduzindo alterações no Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969.	Em Tramitação
223/80	Gastão Müller	Faculta ao cego a condução e a permanência de seu cão-guia em qualquer estabelecimento ou transporte no País.	Em Tramitação
224/80	Orestes Quércia	Modifica a redação do art. 225 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.	Em Tramitação
225/80	Bernardino Viana	Estabelece normas para concessão de quotas de trigo em grão aos Estados onde não existam moinho, e dá outras providências.	Em Tramitação
226/80	Orestes Quércia	Introduzindo alteração na Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em Tramitação
227/80	Passos Pôrto	Dispõe sobre o direito de ação das Associações Ambientais.	Em Tramitação
228/80	Lázaro Barboza	Dispõe sobre o exercício da profissão do fotógrafo.	Em Tramitação
229/80	Henrique Santillo	Proíbe a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação social.	Em Tramitação
230/80	Orestes Quércia Complementar	Eleva o valor dos benefícios devidos aos trabalhadores rurais e seus dependentes.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
231/80	Lomanto Júnior	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Pró-Município, e dá outras providências.	Em Tramitação
232/80	Humberto Lucena	Considera crime de corrupção passiva o recebimento de doações por titulares ou ex-ocupantes de função pública, na forma que especifica.	Em Tramitação
233/80	Franco Montoro	Permitindo ao segurado que tenha regredido na respectiva escala, voltar a contribuir sobre salário-base correspondente ao seu tempo de filiação.	Em Tramitação
234/80	Lourival Baptista	Dispõe sobre o prosseguimento dos Concursos Nacionais de Monografias da Revista do Serviço Público Editora (RSP/ED.).	Em Tramitação
235/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação do capital estrangeiro no caso que especifica, e dando outras providências.	Em Tramitação
236/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 37, da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em Tramitação
237/80	Eunice Michiles	Revoga o § 1º do art. 178 e o item IV do art. 219 do Código Civil — Lei número 3.071, de 1º de janeiro de 1916, corrigida pela Lei nº 3.725, de 15 de janeiro de 1919.	Em Tramitação
238/80	Orestes Quércia	Altera a redação do item I do art. 7º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.	Em Tramitação
239/80	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 42 da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.	Em Tramitação
240/80	Franco Montoro	Estabelece a participação de representantes dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS).	Em Tramitação
241/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação de capital estrangeiro no ramo de atividades que especifica, e dando outras providências.	Em Tramitação
242/80	Orestes Quércia	Dispensa o prazo de carência para obtenção de benefício por incapacidade para o trabalho.	Em Tramitação
243/80	Dirceu Cardoso	Estabelece normas de distribuição de moradias funcionais na Administração Direta e Indireta.	Em Tramitação
244/80	Amaral Furlan	Dá nova redação ao art. 270 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação
245/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a equiparação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos militares de ensino aos cursos profissionalizantes de 2º grau do ensino médio.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
246/80	Affonso Camargo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar dos rótulos ou vasilhames de bebidas, de qualquer espécie, os ingredientes que entram em sua composição.	Em Tramitação
247/80	Agenor Maria	Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, restaura dispositivo da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, e dá outras providências.	Em Tramitação
248/80	Franco Montoro	Assegura o amparo da Previdência Social aos inválidos por nascença.	Em Tramitação
249/80	Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
250/80	Roberto Saturnino	Disciplina a incidência de penalidades por atraso no pagamento de contas de luz, gás, telefones, aluguel, condomínio e similares.	Em Tramitação
251/80	Franco Montoro	Assegura às telefonistas aposentadoria especial, com proventos integrais, ao completar 25 anos de trabalho, alterando o art. 227 da CLT e o art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968.	Em Tramitação
252/80	Jorge Kalume Tram. conj. PLS 253/80)	Autorizando o Poder Executivo a conceder aposentadoria especial ao professor, na forma que especifica.	Em Tramitação
253/80	Lázaro Barboza Tram. conj. PLS 252/80)	Acrescentando parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968 — restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.	Em Tramitação
254/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
255/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º-salário devido aos trabalhadores avulsos.	Em Tramitação
256/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
257/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre a atividade do médico residente, fixa seus direitos trabalhistas, e dá outras providências.	Em Tramitação
258/80	Franco Montoro	Revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho, que limita o número de aulas dadas pelo professor.	Em Tramitação
259/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, para o fim de estabelecer a obrigatória equivalência proporcional do tempo de serviço prestado em atividade penosa, insalubre ou perigosa, para efeito de aposentadoria por tempo de serviço.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
260/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
261/80	Franco Montoro	Estabelece medidas de defesa do possessor que ocupa trecho de terra, nele reside e o torna produtivo com o seu trabalho, incluindo na Lei nº 4.504, de 1964, normas disciplinadoras da ocupação de terras particulares.	Em Tramitação
262/80	Franco Montoro	Permite ao advogado ter vista de processo administrativo fora da repartição, alterando dispositivo da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em Tramitação
263/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para o fim de beneficiar empregado licenciado do trabalho para o exercício de mandato sindical.	Em Tramitação
264/80	Nelson Carneiro Tram. conj. PLS 108/80	Acrescenta incisos ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
265/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em Tramitação
266/80	Itamar Franco	Acrescenta inciso ao art. 171 do Código Penal.	Em Tramitação
267/80	Poder Executivo DF	Autoriza o Governo do Distrito Federal a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 4.717.500.000,00 (quatro bilhões, setecentos e dezessete milhões e quinhentos mil cruzeiros), e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.846, de 12-11-80 Veto parcial
268/80	Adalberto Sena	Dá nova redação ao art. 358 do Código Civil.	Em Tramitação
269/80	Agenor Maria (Tram. conj PLS 271/80)	Institui o racionamento de combustíveis no País, e dá outras providências.	Em Tramitação
270/80	Dirceu Cardoso	Regula o tráfego de automóveis particulares em todo o território nacional.	Em Tramitação
271/80	Nelson Carneiro (Tram. conj. PLS 269/80)	Regula o consumo de derivados de petróleo e misturas automotrizes e dá outras providências.	Em Tramitação
272/80	Henrique Santillo	Fixa normas para a escolha de dirigentes das Universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior.	Em Tramitação
273/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o resgate das quotas relativas a investimentos efetuados com base no Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, no caso de falecimento do contribuinte.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
274/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
275/80	Agenor Maria	Concede incentivo às empresas de mineração e geologia que admitirem estagiários e dá outras providências.	Em Tramitação
276/80	Adalberto Sena	Acrescenta parágrafo ao art. 383 do Código Civil.	Em Tramitação
277/80	Nelson Carneiro	Obriga as empresas à remessa de uma via da relação de todos os seus empregados ao sindicato representativo da respectiva categoria profissional.	Em Tramitação
278/80	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em Tramitação
279/80	Franco Montoro	Submete à fiscalização financeira dos Tribunais de Contas as pessoas jurídicas de direito privado de que o Poder Público participe como acionista exclusivo ou majoritário.	Em Tramitação
280/80	Itamar Franco	Determina que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar Tribunais em jurisdição em todo o território nacional.	Em Tramitação
281/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.691, de 1979, que alterou a legislação da Taxa Rodoviária Única.	Em Tramitação
282/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos profissionais da área de saúde: médicos, odontologistas, farmacêuticos e seus auxiliares, fixando as respectivas remunerações profissionais mínimas e dando outras providências.	Em Tramitação
283/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 5º, da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.	Em Tramitação
284/80	Franco Montoro	Autoriza a aplicação de 10 a 20% do Fundo de Participação dos Municípios em programas de educação pré-escolar e de primeiro grau.	Em Tramitação
285/80	Nelson Carneiro	Sugere nova redação a dispositivos da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.	Em Tramitação
286/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a organização e funcionamento das organizações sindicais.	Em Tramitação
287/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a criação de salas especiais para a exibição de obras cinematográficas vedadas aos circuitos comerciais e dá outras providências.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
288/80	Nelson Carneiro	Dispondo sobre aplicação de multa para estabelecimentos que, com mais de 30 mulheres, não construam creches.	Em Tramitação
289/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
290/80	Jutahy Magalhães	Altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Em Tramitação
291/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na CLT, no Anexo a que se refere o seu art. 577".	Em Tramitação
292/80	Franco Montoro	Assegura a jornada de trabalho de 6 horas aos empregados que exerçam função de caixa.	Em Tramitação
293/80	Amaral Furlan	Modifica a redação do art. 76 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, transformando de contravenção em crime o exercício ilegal da engenharia, arquitetura e agronomia.	Em Tramitação
294/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.	Em Tramitação
295/80	Franco Montoro	Eleva de 5 para 10% do salário mínimo a cota do salário-família devida aos empregados que perceberem até cinco salários mínimos.	Em Tramitação
296/80	Aderbal Jurema	Estende à Federação Nacional das Associações Economiárias os benefícios da Lei nº 1.134, de 14 de junho de 1950.	Em Tramitação
297/80	Humberto Lucena	Revoga o Decreto-lei nº 779, de 21 de agosto de 1969, que dispõe sobre aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e autarquias ou fundações de direito público que não explorem atividade econômica.	Em Tramitação
298/80	Amaral Furlan	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.	Em Tramitação
299/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
300/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que "dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências".	Em Tramitação
301/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre benefício que especifica aos profissionais liberais com mais de setenta anos de idade.	Em Tramitação
302/80	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
303/80	Itamar Franco	Dá nova redação ao item IV, do art. 4º, da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
304/80	Orestes Quércia	Institui o seguro-desemprego.	Em Tramitação
305/80	Humberto Lucena Complementar	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Em Tramitação
306/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Em Tramitação
307/80	Franco Montoro	Assegura a sindicalização de servidores públicos.	Em Tramitação
308/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Em Tramitação
309/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre aposentadoria especial aos vinte e cinco anos de tempo de serviço, no caso que especifica.	Em Tramitação
310/80	Orestes Quércia	Elimina a opção existente no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, compatibilizando-o com o Sistema de Estabilidade no Emprego.	Em Tramitação
311/80	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.	Em Tramitação
312/80	Orestes Quércia	Dispensa o prazo de carência para obtenção de benefício por incapacidade para o trabalho.	Em Tramitação
313/80	Lomanto Júnior	Autoriza a realização de convênio entre o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM), para microfilmagem da Revista do Serviço Público (RSP) e a organização da Biblioteca Brasileira de Administração.	Em Tramitação
314/80	Amaral Furlan	Institui o Dia do Vereador, e dá outras providências.	Em Tramitação
315/80	Franco Montoro	Cria Comissão Especial, no IBGE, integrada por representantes eleitos dos empresários e dos trabalhadores, para acompanhar e fiscalizar a apuração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC.	Em Tramitação
316/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre o fornecimento continuado de merenda escolar aos alunos carentes, nos períodos de férias escolares.	Em Tramitação
317/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
318/80	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em Tramitação
319/80	Franco Montoro	Assegura ao inquilino o direito de preferência na unidade que ocupa, quando o prédio for dividido em unidades autônomas.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
320/80	Pedro Simon	Revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.	Em Tramitação
321/80	Nelson Carneiro	Altera a legislação orgânica do Tribunal de Contas da União, e determina outras providências, visando melhor aparelhar o controle da administração pública federal, direta ou indireta.	Em Tramitação
322/80	Humberto Lucena	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua família.	Em Tramitação
323/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na legislação previdenciária em vigor.	Em Tramitação
324/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estabeleceu normas reguladoras do trabalho rural.	Em Tramitação
325/80	Cunha Lima	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, determinando a incorporação definitiva das gratificações à remuneração do empregado, nas condições que especifica.	Em Tramitação
326/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 73 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
327/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio aos trabalhadores abrangidos pela CLT, nas condições que especifica.	Em Tramitação
328/80	Lázaro Barboza	Dá denominação ao Aeroporto Internacional de Brasília.	Em Tramitação
329/80	Cunha Lima	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas habituais também integre a remuneração.	Em Tramitação
330/80	Jorge Kalume	Institui o "Dia Nacional do Seringueiro", e dá outras providências.	Em Tramitação
331/80	Passos Pôrto	Erige em monumento nacional a Cidade de São Cristóvão, no Estado de Sergipe.	Em Tramitação
332/80	Passos Pôrto	Erige em monumento nacional a cidade de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.	Em Tramitação
333/80	Franco Montoro	Concede aposentadoria a atletas veteranos, que não percebiam proventos da Previdência Social.	Em Tramitação
334/80	Cunha Lima	Introduz alterações no Decreto-lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969, que "dispõe sobre títulos de crédito industrial".	Em Tramitação
335/80	Franco Montoro	Dispõe sobre a atualização do salário sempre que o custo de vida sofrer aumento igual ou superior a 10% (dez por cento).	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
336/80	Pedro Simon	Dispõe sobre privilégios assegurados às empresas de auditoria de capital nacional, e dá outras providências.	Em Tramitação
337/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre o registro, funcionamento e atividades das Ordens Honoríficas, Dinásticas e Nobiliárquicas, e dá outras providências.	Em Tramitação
338/80	Orestes Quércia	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho, e na Lei nº 4.375, de 17-8-64, que dispõe sobre o Serviço Militar.	Em Tramitação
339/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre o contingenciamento de áreas de plantio nos contratos de financiamento agrícola.	Em Tramitação
340/80	Eunice Michiles	Acrescenta parágrafo único ao art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho, facultando à empregada com prole o direito à jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional.	Em Tramitação
341/80	Franco Montoro	Simplifica e desburocratiza o processo de operações financeiras, permitindo que os documentos firmados pelas Instituições Financeiras sejam autenticados mediante chancela mecânica.	Em Tramitação
342/80	Dirceu Cardoso	Altera a redação dos arts. 125 a 132, 134 a 136 e 143 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabelecendo normas relativas e licitações, para compra, obras, serviços e alienações na área da Administração Pública.	Em Tramitação

c) EMENDADOS PELA CAMARA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
130/73	Franco Montoro	Altera dispositivo da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	À Sanção Lei nº 6.884, de 9-12-80
286/76	Jarbas Passarinho	Autoriza o Poder Executivo a doar o prédio que menciona.	À Sanção Lei nº 6.797, de 18-6-80
154/80	Murilo Badaró	Dispõe sobre a organização dos diretórios municipais dos Partidos Políticos em formação, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.817, de 5-9-80

d) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei do Senado:

I — Total dos Projetos		770
Sendo:		
oriundos de sessões legislativas anteriores	427	
recebidos nesta sessão legislativa	343	
Aprovados e enviados à sanção (desta sessão legislativa)		08
Aprovados e enviados à Câmara		76
Sendo:		
de sessões legislativas anteriores	62	
desta sessão legislativa	14	
Rejeitados		89
Sendo:		
de sessões legislativas anteriores	81	
desta sessão legislativa	08	
Retirados pelo Autor		10
Sendo:		
de sessões legislativas anteriores	07	
desta sessão legislativa	03	
Prejudicados		29
Sendo:		
de sessões legislativas anteriores	27	
desta sessão legislativa	02	
Em andamento (inclusive sobrestados)		555
Sendo:		
de sessões legislativas anteriores	248	
desta sessão legislativa	307	
Emendados pela Câmara dos Deputados:		03
Sendo:		
de sessões legislativas anteriores	02	
desta sessão legislativa	01	

D.5.2 — PROJETO DE LEI DA CÂMARA

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
106/66	314/63	Dispõe sobre o consumo do carvão nacional nas empresas siderúrgicas a coque.	Em Tramitação
170/74	1.254/73	Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista de táxi, e dá outras providências.	Rejeitado
086/75	207/75	Altera a redação do § 2º do art. 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
115/75	1.411/73	Veda a ocupante de cargos de ministros e conselheiros a aposentadoria antes de quatro anos de exercício no cargo.	Em Tramitação
002/76 Tram. conj. PLS/283/76 PLS/121/77 PLS/193/75	983/63	Altera o art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado
015/76	76/75	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação
035/76	453/75	Altera a redação do § 2º do art. 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941 (Lei de desapropriação por utilidade pública).	Rejeitado (Art. 278 do RI)
051/76	1.214/75	Dispõe sobre a fabricação de detergentes não-biodegradáveis, nas condições que especifica, e dá outras providências.	A Câmara
085/76	1.194/75	Dispõe sobre pensões a dependentes de servidor público falecido no gozo de dupla aposentadoria.	A sanção Veto total
088/76	1.106/75	Dá nova redação ao §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Sobrestado
098/76	369/71	Acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	Rejeitado (Art. 278 do RI)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
012/77	1.203/73	Acrescenta inciso ao art. 87 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que "dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil".	Em tramitação
022/77	382/75	Acrescenta parágrafos ao art. 766 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em tramitação
023/77	996/75	Altera a redação do art. 147 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em tramitação
028/77	1.100/75	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	À Câmara Lei n.º 6.851, de 17-11-80
031/77	240/75	Fixa em seis horas a jornada diária de trabalho nos serviços de coqueria e bateria de fornos, e determina outras providências.	Rejeitado
036/77	82/75	Dispõe sobre padronização de embalagens, e dá outras providências.	Em Tramitação
040/77	2.155/76	Dispõe sobre o registro de entidades no Conselho Nacional de Serviço Social, concessão, pagamento e prestação de contas de subvenções sociais, e dá outras providências.	Em Tramitação
047/77	618/75	Dá nova redação ao caput do art. 10 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que "estatui normas reguladoras do trabalho rural, e dá outras providências".	Rejeitado (Art. 278 do RI)
049/77	395/75	Altera a redação da letra a do art. 3º da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.	Em Tramitação
051/77	3.107/76	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação ao pessoal à disposição do FUNRURAL, e dá outras providências.	Em Tramitação
053/77	227/75	Dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências.	Em Tramitação
060/77 Tram. conj. PLS/124/79	397/75	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional para o Menor Excepcional — FUNAEX, e dá outras providências.	À Câmara
063/77	1.212/75	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, que "altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária, e dá outras providências.	Rejeitado
067/77	1.037/76	Exige a inscrição do CPF e do RG dos devedores, nos títulos de crédito que especifica, e dá outras providências.	Em Tramitação
074/77 Tram. conj. PLS/51/76	1.037/75	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para o fim de tornar expressa a obrigatoriedade de computar horas extras nos pagamentos de férias e 13º salários devidos ao trabalhador.	Rejeitado

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
081/77	1.286/75	Atribui à empresa exploradora de serviços públicos de telecomunicações a edição de listas telefônicas.	A Câmara Lei nº 6.874, de 03-12-80
083/77	3.110/76	Acrescenta parágrafos aos arts. 3º e 9º, e altera a redação do art. 10, da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, dispondo sobre limitação das indenizações por danos pessoais e materiais, cobertos pelos seguros de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre.	Em Tramitação
096/77	957/75	Altera dispositivos da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e do Decreto-lei nº 914, de 7 de outubro de 1969.	Rejeitado
111/77	286/75	Dispõe sobre a substituição de certificado de escolaridade pelo Título de eleitor, nos casos de admissão em emprego.	Em Tramitação
135/77	4.458/77	Dispõe sobre a complementação de obras e serviços de engenharia já licitados.	Retirado pelo Autor
141/77	1.068/75	Dispõe sobre o trabalho do excepcional nas Oficinas Protegidas e em trabalho competitivo.	Em Tramitação
011/78	2.229/76	Dispõe sobre estágio ocupacional para o menor carenciado.	Rejeitado
019/78	838/75	Proíbe a cobrança ao adquirente de casa própria, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação, de obras de equipamento comunitário e de infra-estrutura urbana.	Em Tramitação
020/78	1.725/73	Define as infrações penais relativas à circulação de veículos, regula o respectivo processo e julgamento, e dá outras providências.	Em Tramitação
025/78	1.626/75	Permite a dedução do Imposto de Renda de gastos com assistência médica, inclusive radiografias, exames de laboratório e cirurgias, no caso e condições que especifica.	Em Tramitação
026/78	317/75	Regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.	Em Tramitação
027/78	423/75	Estabelece prazo de garantia, por quilometragem, para veículos automotores fabricados no País.	Rejeitado
031/78	4.922/78	Estabelece que as penalidades aplicáveis a esportistas profissionais serão exclusivamente pecuniárias.	A Sanção Veto Total
034/78	3.551/77	Dispõe sobre a contagem em favor dos segurados do INPS do tempo de serviço público estadual e municipal.	Rejeitado
036/78	655/75	Obriga os revendedores de derivados de petróleo a declararem ao público a fonte reinadora dos produtos, na forma que especifica, e dá outras providências.	Em Tramitação
037/78	2.252/76	Dispõe sobre a proteção contra incêndios.	Em Tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
039/78		629/75	Regula a atividade das empresas de recrutamento, seleção, assessoria, consultoria e orientação profissional, e dá outras providências.	Em Tramitação
051/78		1.465/75	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Em Tramitação
067/78		3.464/77	Dispõe sobre o concurso de livre-docência e os títulos de doutor e livre-docente.	Em Tramitação
068/78		93/75	Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Rejeitado
070/78		1.700/76	Prevê a inclusão de rodovia de ligação no Plano Nacional de Viação, determinando a revisão do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
071/78		750/72	Regula a atividade profissional nos jornais de empresa.	Em Tramitação
074/78		2.136/76	Dispõe sobre a concessão de adicional de periculosidade aos vigias e guardas de segurança.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
076/78		3.594/77	Introduz alteração na Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que "institui normas gerais sobre desportos".	Em Tramitação
077/78		1.503/73	Regulamenta a profissão dos trabalhadores em transportes rodoviários, e dá outras providências.	Rejeitado
078/78		2.785/76	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que institui o Código da Propriedade Industrial.	Em Tramitação
082/78		2.883/76	Estende a todas as espécies de animais o processo de abate com prévia insensibilização por métodos técnico-científicos.	Em Tramitação
084/78		2.540/76	Altera o Plano Nacional de Viação, inclui trechos rodoviários na BR-467, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
092/78		528/75	Altera a redação dos arts. 379, 380 e 404 e revoga o art. 375 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação
096/78		3.424/77	Altera o § 1º do art. 12 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações, e as incorporações imobiliárias.	Rejeitado
100/78		2.002/76	Institui o salário adicional para os empregados setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.	Em Tramitação
102/78		2.357/76	Faculta o abatimento do Imposto de Renda das contribuições para as Igrejas de quaisquer credos, na forma que menciona.	Em Tramitação
106/78		2.657/78	Dá nova redação ao item IV do art. 117, da Lei nº 5.988, de 10 de dezembro de 1973.	Rejeitado (Art. 278 do RI)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
109/78	1.964/76	Altera a redação do art. 126 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa, e dá outras providências".	Em Tramitação
114/78	3.612/77	Acrescenta dispositivo ao art. 1.218, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	À Sanção Lei nº 6.780, de 12-5-80
115/78	3.441/77	Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixar prazo de validade para consumo nas embalagens dos produtos que especifica.	Em Tramitação
127/78	1.423/75	Proíbe a pesca predatória, e dá outras providências.	Em Tramitação
130/78	2.189/76	Introduz alterações no art. 17 do Código de Processo Civil.	À Sanção Lei nº 6.771, de 27-3-80
131/78	2.961/76	Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos servidos de radiodifusão, e determina outras providências.	Em Tramitação
138/78	5.833/77	Altera a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).	Rejeitado
146/78	243/78	Dispõe sobre as profissões de distribuidores e de vendedores de jornais e revistas.	Em Tramitação
149/78	5.721/78	Autoriza a alienação de bens imóveis da União, situados na área urbana de Guajará-Mirim, no Território Federal de Rondônia, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.883, de 9-12-80
8/79	2.509/76	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
11/79	2.820/76	Acrescenta parágrafo único ao art. 28 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, e dá outras providências".	Rejeitado (Art. 278 do RI)
12/79	1.686/75	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em Tramitação
13/79	4.907/78	Acrescenta parágrafos ao art. 20 e dá nova redação ao art. 586, ambos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Em Tramitação
14/79	1.051/72	Dá nova redação ao art. 42 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).	Rejeitado
15/79	378/75	Dispõe sobre a reabertura do prazo antes previsto na Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, para aplicar aos trabalhadores avulsos as disposições da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".	Rejeitado (Art. 278 do RI)
17/79	1.019/75	Altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 6.281, de 9 de dezembro de 1975.	Em Tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
20/79	3.364/77		Modifica o art. 5º do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que "define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências."	A Câmara
23/79	1.849/76		Estabelece normas sobre a documentação exigida aos candidatos em concursos públicos.	A Câmara
29/79	2.173/76		Acrescenta dispositivo ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Rejeitado
31/79	2.153/76		Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Rejeitado
35/79	1.657/75		Autoriza o Governo Federal a instituir a Fundação Universidade Federal de Campina Grande, e dá outras providências.	Em Tramitação
36/79	1.967/76		Altera a redação do art. 9º da Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, que "institui o Sistema Nacional de Previdência Social, e dá outras providências.	Rejeitado
38/79	1.410/75		Estende aos Cirurgiões-Dentistas Militares e aos Farmacêuticos Militares os benefícios da Lei nº 5.526, de 5 de novembro de 1968.	Rejeitado
41/79	2.251/76		Acrescenta parágrafos ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
42/79	58/79		Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 6.813, de 10-7-80 Veto parcial
43/79	2.802/76		Fixa jornada especial de trabalho para a mulher que tiver excepcional sob sua guarda ou responsabilidade, introduzindo parágrafos no art. 374 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado
45/79	924/75		Isenta da contribuição ao Instituto Nacional de Previdência Social, como empregadores, as entidades que prestam assistência médica aos seus associados.	Em Tramitação
46/79	1.775/76		Dispõe sobre a apresentação de espetáculos musicais ao vivo, aditando capítulo à Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que instituiu a Ordem dos Músicos do Brasil.	Em Tramitação
47/79	2.714/76		Dispõe sobre a padronização e o uso de embalagens destinadas ao acondicionamento de cargas na carroçaria de veículo automotor, e dá outras providências.	Em Tramitação
52/79	2.551/76		Dispõe sobre a designação de dependente do trabalhador rural, nos termos da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.	Rejeitado
55/79	2.963/76		Dispõe sobre o pagamento do auxílio-doença ao trabalhador desempregado que, por motivo de doença, ficar incapacitado para o trabalho.	Rejeitado

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
58/79	3.171/76	Acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências".	Rejeitado
59/79 (Tram. Conj. PLS 265 de 1979)	3.191/76	Altera o inciso II do art. 275 do Código de Processo Civil.	À Câmara
60/79	3.324/77	Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos, e dá outras providências.	À Câmara
62/79	3.316/77	Altera dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	À Câmara
63/79	3.619/77	Institui a Caderneta de Controle do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Rejeitado (Artº 278 do RI)
65/79	4.257/77	Autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes.	Em Tramitação
68/79	2.248/76	Define o comportamento exigível às empresas que operam no Território Nacional sob o controle de capital estrangeiro.	Em Tramitação
69/79	4.905/78	Altera a redação do caput do art. 1º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que "torna obrigatória a declaração do preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências".	Em Tramitação
72/79	3.467/77	Dá nova redação ao caput do art. 55 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em Tramitação
76/79	1.322/79	Disciplina o parcelamento da Taxa Rodoviária Única — alterando a redação do § 3º do art. 2º do Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969 e acrescenta ao mesmo artigo os §§ 4º e 5º, e dá outras providências.	Em Tramitação
77/79	153/75	Altera dispositivos da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a legislação da previdência social.	Rejeitado
79/79	1.511/75	Acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em Tramitação
80/79	2.249/76	Acrescenta parágrafo ao art. 104 da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que "institui o Código da Propriedade Industrial, e dá outras providências".	Rejeitado
81/79	431/71	Regulamenta o exercício da profissão de sociólogo, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 6.888, de 10-12-80
82/79 (Tram. Conj. PLS 331 de 1979 e PLS 349/79)	2.255/76	Altera a redação do inciso I e do § 3º, do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social".	Em Tramitação
85/79	4.493/77	Dá a denominação "Augusto Frederico Markus" ao Terminal Rodo-Ferro-Hidroviário de Estrela — RS.	Rejeitado

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
86/79	180/75		Extingue a punibilidade de infrações do Código Eleitoral, mediante condições e nos casos que especifica.	Rejeitado
87/79	363/79		Restabelece direito de servidores públicos, no caso que especifica.	À Sanção Lei nº 6.877, de 9-12-80
88/79	1.472/79		Autoriza a reversão ao Município de Virginópolis, Estado de Minas Gerais, do terreno que menciona e a doação das benfeitorias nele construídas.	À Sanção Lei nº 6.794, de 11-6-80
89/79	36/75		Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que "institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências".	Em Tramitação
91/79	1.731/79		Inclui o curso superior de Nutricionista entre os enumerados pela Lei nº 6.433, de 15 de julho de 1977, para ingresso na Categoria Funcional de Sanitarista.	À Sanção Lei nº 6.773, de 7-4-80
92/79	858/79		Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Icó, Estado do Ceará, e dá outras providências.	À Câmara
93/79	3.382/77		Modifica a redação do caput do art. 15 da Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974 (Regimento de Custas da Justiça Federal).	À Sanção Lei nº 6.789, de 28-5-80
94/79	1.353/79		Autoriza o Instituto Brasileiro do Café, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, a alienar imóvel de sua propriedade, localizado na cidade de Santos, Estado de São Paulo.	À Sanção Lei nº 6.795, de 11-6-80
96/79	1.130/79		Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.	À Sanção Lei nº 6.776, de 30-4-80
97/79	1.707/79		Altera a denominação da Categoria Funcional de Agente de Patrulha Rodoviária integrante do Grupo-Outras Atividades de Nível Médio, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.779, de 12-5-80
99/79	540/79		Institui o "Dia Nacional da Mulher".	À Sanção Lei nº 6.791, de 9-6-80
100/79	1.539/79		Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Morada Nova, Estado do Ceará.	À Sanção Lei nº 6.772, de 27-3-80
102/79	4.490/77		Altera a redação do inciso III do art. 8º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores.	À Sanção Lei nº 6.793, de 11-6-80
103/79	1.604/79		Dá nova redação ao § 4º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações.	Rejeitado

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
104/79	3.923/77	Especifica condições para inscrição e registro de embarcações.	Em Tramitação
105/79	3.935/77	Dá nova redação ao art. 923 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	À Sanção Lei nº 6.820, de 16-9-80
106/79	2.650/76	Dispõe sobre a responsabilidade civil das agências de empregados domésticos.	Em Tramitação
109/79	4.052/77	Dispõe sobre a proibição do fabrico e da venda de medicamentos e insumos farmacêuticos, cuja venda tenha sido interdita no país de origem da fórmula.	Em Tramitação
110/79	1.229/79	Autoriza o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — a alienar os imóveis que menciona.	À Sanção Lei nº 6.796, de 18-6-80
112/79	4.264/77	Altera a Relação Descritiva do Sistema Ferroviário Nacional, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 — Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do RI)

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
001/80 Poder Executivo	2.017/79	Autoriza a doação do terreno que menciona, situado no Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.	À Sanção Lei nº 6.783, de 20-5-80
002/80 Poder Executivo	2.137/79	Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 1.252, de 22 de dezembro de 1972, que altera e consolida a legislação referente ao Fundo Aeronáutico.	À Sanção Lei nº 6.787, de 26-5-80
003/80 Poder Executivo	1.706/79	Concede pensão especial a Joana Pereira da Silva, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.777, de 12-5-80
004/80 Poder Executivo	2.229/79	Dispõe sobre o Conselho de Justificação das Polícias Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.784, de 20-5-80
005/80 Poder Executivo	2.230/79	Dispõe sobre o Conselho de Disciplina das Polícias Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.804, de 7-7-80
006/80 Poder Executivo	1.523/79	Dá nova redação ao caput do art. 2º da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, que autorizou a constituição da Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP, e acrescenta parágrafo, renumerando os demais.	À Sanção Lei nº 6.816, de 25-8-80
007/80 Poder Executivo	2.139/79	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.	À Câmara

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
008/80 Poder Executivo	114/79	Permite o abatimento, da renda bruta, de despesas relativas a tratamento de dependente excepcional.	Rejeitado
009/80	830/79	Altera o § 1º do art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que "fixa as diretrizes e bases da educação nacional", a fim de tornar obrigatória a participação de especialistas em Educação Física no Conselho Federal de Educação.	Em Tramitação
010/80 Complementar	68/76	Acrescenta artigo à Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975.	Em Tramitação
011/80 Poder Executivo	2.287/79	Concede pensão especial a Homero Francisco de Souza.	À Sanção Lei nº 6.774, de 15-4-80
012/80	311/79	Cria a Ordem dos Professores do Brasil, e determina outras providências.	Rejeitado
013/80	2.566/80	Reajusta os vencimentos e salários dos Servidores da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.770, de 25-3-80
014/80	567/80	Institui o Dia Nacional do Rotary.	À Sanção Lei nº 6.843, de 3-11-80
015/80 Poder Executivo	2.572/80	Altera a Lei nº 6.516, de 13 de março de 1978, que "dispõe sobre o reajustamento do efetivo de Pessoal Militar da Ativa da Força Aérea Brasileira, em tempo de paz".	À Sanção Lei nº 6.769, de 19-3-80
016/80	28/79	Dá nova redação ao parágrafo 4º do art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Em Tramitação
017/80	250/79	Não permite dirigir motocicletas, motonetas e similares se mo uso de capacetes de segurança, introduzindo alteração no art. 88 do Código Nacional de Trânsito, Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966.	Em Tramitação
018/80 Poder Executivo	1.865/79	Dispõe sobre a constituição, no Território Federal de Rondônia, da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia CODARON, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.805, de 7-7-80
019/80	2.640/80	Revoga artigos das Leis nºs 6.033, de 30 de abril de 1974, e 6.082, de 10 de julho de 1974, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.790, de 29-5-80
020/80 Tram. conj. PLS/243/79 PLS/046/80	1.410/73	Modifica a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, instituindo Fundo Especial para a construção de creches e escolas pré-primárias.	Em Tramitação
021/80	1.015/79	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Em Tramitação
022/80	147/79	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário, e dá outras providências.	Em Tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
023/80	55/79	Extingue a censura a livros e a obras teatrais, revogando o Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, e alterando a Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968.	Rejeitado
024/80	2.591/76	Modifica o art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, acrescentando dispositivo que torna impenhorável o imóvel rural até um módulo.	Em Tramitação
025/80 Tram. conj. PLS/21/80	920/79	Define como crime contra a Segurança Nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei.	Em Tramitação
026/80 Poder Executivo	1.888/79	Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar a área de terreno que menciona, situada no Município de Orós, no Estado do Ceará.	À Sanção Lei nº 6.829, de 22-9-80
027/80 Poder Executivo	2.568/80	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona.	À Sanção Lei nº 6.882, de 9-12-80
028/80	2.972/80	Dispõe sobre a criação do cargo em comissão de Secretário do Conselho Nacional da Magistratura, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.801, de 25-6-80
029/80 Poder Executivo	2.576/80	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.511, de 19 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os Prêmios Literários Nacionais.	À Sanção Lei nº 6.842, de 3-11-80
030/80 Poder Executivo	2.037/79	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar os imóveis que menciona.	À Sanção Lei nº 6.881, de 9-12-80
031/80	3.239/76	Dispõe sobre a frequência escolar de estudantes no exercício de mandato legislativo municipal.	Em Tramitação
032/80 Poder Executivo	1.525/79	Autoriza a alienação de imóveis da União, situados no Município de Tucuruí, Estado do Pará.	À Sanção Lei nº 6.826, de 22-9-80
033/80	220/79	Declara feriado nacional o dia 12 de outubro, consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.	À Sanção Lei nº 6.802, de 30-6-80
034/80 Poder Executivo	2.570/80	Autoriza a reversão ao Município de Castro, Estado do Paraná, do terreno que menciona.	À Sanção Lei nº 6.819, de 9-9-80
035/80 Poder Executivo	2.384/79	Autoriza a permuta dos terrenos que menciona, situados nos Municípios do Rio de Janeiro e de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.	À Sanção Lei nº 6.827, de 22-9-80
036/80 Poder Executivo	2.383/79	Autoriza a reversão, a Bento Luís de Almeida Prado, do terreno que menciona.	À Sanção Lei nº 6.828, de 22-9-80
037/80 Poder Executivo	2.385/79	Autoriza a reversão aos Municípios de Jaguari, de Pelotas e de Marcelino Ramos, no Estado do Rio Grande do Sul, dos terrenos que menciona.	À Sanção Lei n 6.834, de 13-10-80
038/80	3.044/80	Retifica, sem ônus, a Lei nº 6.730, de 3 de dezembro de 1979, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1980".	À Câmara Lei nº 6.865, de 1º-12-80

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
039/80 Poder Executivo	2.573/80	Reajusta o valor da pensão especial concedida a Dulce Evers de Abreu.	À Sanção Lei nº 6.818, de 9-9-80
040/80 Poder Executivo	2.567/80	Autoriza a reversão ao Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, do terreno que menciona.	À Sanção Lei nº 6.844, de 10-11-80
041/80	922/79	Altera a redação da Lei nº 5.479, de 10 de agosto de 1968, que "dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica e científica, e dá outras providências".	Em Tramitação
042/80 Poder Executivo	1.948/79	Dá nova redação ao art. 50 do Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, que institui o Código Brasileiro do Ar.	À Sanção Lei nº 6.833, de 30-9-80
043/80 Poder Executivo	2.799/80	Acrescenta inciso ao art. 4º e alínea ao parágrafo único do art. 8º da Lei nº 5.887, de 31 de maio de 1973, que altera disposições referentes ao regime jurídico do Diplomata, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.857, de 19-11-80
044/80 Poder Executivo	2.887/80	Revoga o art. 4º da Lei nº 6.516, de 13 de março de 1978, que declarou em extinção o Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.832, de 30-9-80
045/80	1.761/79	Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional, e dá outras providências.	Em Tramitação
046/80 Poder Executivo	2.574/80	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, ações da Companhia Pontagrossense de Telecomunicações — CPT.	À Sanção Lei nº 6.892, de 11-12-80
047/80 Poder Executivo	2.886/80	Dispõe sobre a consolidação de débitos previdenciários, pagamento parcelado, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.854, de 17-11-80
048/80 Poder Executivo	2.579/79	Concede pensão especial vitalícia a Delma Rosendo Gehm.	À Sanção Lei nº 6.845, de 10-11-80
049/80 Tram. conj. PLS/57/71 PLS/59/71 PLS/78/71 PLS/24/75 PLS/04/76	68/79	Dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas, e determina outras providências.	Em Tramitação
050/80 Poder Executivo	2.742/80	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 6.756, de 17 de dezembro de 1979, que autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Icó, Estado do Ceará.	À Sanção Lei nº 6.852, de 17-11-80
051/80 Poder Executivo	2.575/80	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Agente de Vigilância, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.849, de 12-11-80
052/80 Poder Executivo	3.143/80	Dá nova redação aos arts. 184 e 186 do Código Penal, aprovado pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	À Sanção Lei nº 6.895, de 17-12-80

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
053/80	1.045/79	Altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias", acrescenta-lhe novos parágrafos, regulamentando a realização de obras externas e internas nos edifícios, o quorum para decisões nas reuniões de condomínio, e dá outras providências.	Em Tramitação
054/80 Poder Executivo	3.354/80	Fixa os efetivos da Força Aérea Brasileira em tempo de paz, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.837, de 29-10-80
055/80 Poder Executivo	3.357/80	Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.	À Sanção Lei nº 6.858, de 24-11-80
056/80 Poder Executivo	3.356/80	Dispõe sobre a expedição de documentos pela Fundação Legião Brasileira de Assistência — LBA.	À Sanção Lei nº 6.848, de 12-11-80
057/80	4.625/77	Acrescenta § 5º ao art. 169 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em Tramitação
058/80	1.693/79	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em Tramitação
059/80	1.425/79	Altera o art. 1º da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência Social.	À Sanção Veto Total
060/80	1.996/76	Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial, e dá outras providências.	Em Tramitação
061/80	1.440/75	Erige em monumento nacional a cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco.	À Sanção Lei nº 6.863, de 26-11-80
062/80	1.871/79	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.678, de 14 de agosto de 1979, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos da administração direta e autárquica pela Justiça Eleitoral, e dá outras providências.	Em Tramitação
063/80 Poder Executivo	3.424/80	Fixa a retribuição de grupos da sistemática de classificação de cargos e empregos do Serviço Civil dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.861, de 26-11-80
064/80 Poder Executivo	2.888/80	Autoriza a alienação, sob a forma de doação modal, ao Estado do Pará, do imóvel que menciona, situado no Município de Marabá, Estado do Pará, e dá outras providências.	Em Tramitação
065/80 Poder Executivo	3.543/80	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.871, de 3-12-80
066/80 Poder Executivo	3.359/80	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Petrônio Portella, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.860, de 24-11-80
067/80 Poder Executivo	3.669/80	Dispensa a apresentação dos documentos que específica, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.868, de 3-12-80

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
068/80 Poder Executivo	2.973/80	Institui, na Fundação Projeto Rondon, a concessão de Bolsas Especiais a estudantes, nas condições que especifica, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.870, de 3-12-80
069/80 Poder Executivo	3.160/80	Concede pensão especial a Pedro Paulo Kosobuski, e dá outras providências.	À Câmara
070/80 Poder Executivo	2.641/80	Dispõe sobre a inscrição de médicos veterinários militares nos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária.	À Sanção Lei nº 6.885, de 9-12-80
071/80 Poder Executivo	3.153/80	Dispõe sobre o cancelamento de penas disciplinares.	À Sanção Lei nº 6.879, de 9-12-80
072/80	2.360/79	Suspende temporariamente a vigência da Lei nº 6.678, de 14 de agosto de 1979, que dispõe sobre requisição de servidores públicos da administração direta e autárquica pela Justiça Eleitoral, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.862, de 26-11-80
073/80 Superior Tribunal Eleitoral	3.598/80	Cria o Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 6.893, de 15-12-80 Veto Parcial
074/80 Poder Executivo	3.945/80	Autoriza o Poder Executivo a alterar efetivos de postos, fixados em decreto, na forma do art. 2º da Lei nº 6.144, de 29 de novembro de 1974, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.869, de 3-12-80
075/80	709/79	Institui o "Dia Nacional das Relações Públicas".	Em Tramitação
076/80 Poder Executivo	3.587/80	Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado por extranumerário, diarista ou tarefeiro, bem como pelo pessoal retribuído à conta de dotação global, na forma que especifica, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.890, de 11-12-80
077/80 Poder Executivo	3.358/80	Altera o art. 242 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em Tramitação
078/80 Poder Executivo	3.749/80	Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Interior, um crédito, especial até o limite de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.	À Sanção Lei nº 6.875, de 9-12-80
079/80 Poder Executivo	3.671/80	Cria a 11ª Região da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho respectivo, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Em Tramitação
080/80 Poder Executivo	3.423/80	Cria cargos em comissão e efetivos no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências.	Em Tramitação
081/80 Poder Executivo	3.353/80	Autoriza a reversão ao Município de Pinheiro, Estado do Maranhão, do terreno que menciona.	Em Tramitação
082/80 Poder Executivo	3.897/80	Cria, na Carreira do Ministério Público do Distrito Federal e na do Ministério Público dos Territórios Federais, os cargos que especifica.	À Sanção Lei nº 6.878, de 9-12-80

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
083/80 Poder Executivo	3.670/80	Cria a 10ª Região da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho respectivo, e institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Em Tramitação
084/80 Poder Executivo	4.023/80	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial até o limite de Cr\$ 664.000.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.	À Sanção Lei nº 6.876, de 9-12-80
085/80 Poder Executivo	3.714/80	Cria a 12ª Região da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho respectivo, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Em Tramitação
086/80 Complementar	153/80	Altera a redação do art. 6º da Lei Complementar nº 28, de 18 de novembro de 1975, e dá outras providências.	À Sanção Lei Complementar nº 39, de 10-12-80
087/80 Poder Executivo	3.898/80	Dispõe sobre o provimento de cargos de Juiz de Direito dos Territórios, nas condições que menciona, e dá outras providências.	Em Tramitação
088/80 Poder Executivo	3.668/80	Dispõe sobre proventos de funcionários aposentados ou postos em disponibilidade, e dá outras providências.	Em Tramitação
089/80 Poder Executivo	2.635/80	Autoriza a reversão ao Município de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte, do terreno que menciona.	Em Tramitação
090/80 Poder Executivo	3.510/80	Autoriza a reversão, à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., do terreno que menciona.	Em Tramitação
091/80 Poder Executivo	3.362/80	Autoriza a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, a renunciar créditos de financiamentos, a conta de recursos do extinto Fundo de Financiamento para Água e Esgotos, concedidos a entidades estaduais para execução de obras e serviços de saneamento da Amazônia Legal, e dá outras providências.	Em Tramitação
092/80 Poder Executivo	3.361/80	Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.894, de 16-12-80 Veto Parcial
093/80	1.151/79	Dispõe sobre incentivos à produção de álcool, e determina outras providências.	Em Tramitação
094/80 Poder Executivo	3.360/80	Transforma a Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre em Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.891, de 11-12-80
095/80	3.308/77	Institui o Dia Nacional da Poesia.	Em Tramitação
096/80	144/79	Define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição.	Em Tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
097/80	104/79	Dispõe sobre a atividade do Médico Residente, fixa seus direitos trabalhistas, e dá outras providências.	Em Tramitação
098/80	3.181/80	Dispõe sobre isenção da multa prevista no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em Tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei da Câmara:

Total dos Projetos	224	
Sendo:		
oriundos de sessões legislativas anteriores	224	
recebidos nesta sessão legislativa	98	
Aprovados e enviados à sanção		71
Sendo:		
desta sessão legislativa	54	
de sessões legislativas anteriores	17	
Emendados e devolvidos à Casa de origem		17
Sendo:		
desta sessão legislativa	5	
de sessões legislativas anteriores	12	
Rejeitados		44
Sendo:		
desta sessão legislativa	3	
de sessões legislativas anteriores	41	
Retirado (de sessão legislativa anterior)		1
Permanecem em estudo (inclusive sobrestados)		91
Sendo:		
desta sessão legislativa	36	
de sessões legislativas anteriores	55	

D.5.3 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVOS

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
018/76	053/76	Aprova o texto da Convenção sobre Trânsito Viário, firmado entre a República Federativa do Brasil e outros países, em Viena, a 8 de novembro de 1968.	Decreto Legislativo nº 33/80
004/79	001/79	Ratifica o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental, assinado pelo Governo brasileiro em Nova Iorque, em 9-11-77.	Em Tramitação
012/79	012/79	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus respectivos Territórios e além, concluído em Brasília, a 10 de janeiro de 1979.	Em Tramitação
013/79	011/79	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, a 10 de janeiro de 1979.	Em Tramitação
015/79	013/79	Aprova o texto do Protocolo de 1978 para a Quarta Prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo de 1971, aprovado na Conferência realizada em Londres, na sede do Conselho Internacional do Trigo — CIT, a 23 de março de 1978.	Decreto Legislativo nº 124/80
020/79	016/79	Aprova o texto das Emendas ao Regulamento de Execução Regido pelo Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes — PCT, adotadas na Assembléia da União Internacional de Cooperação em Matéria de Patentes, realizada em Genebra, no dia 14 de abril de 1978, e a Errata ao texto do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes — PCT, concluído em Washington, em 19 de junho de 1970.	Decreto Legislativo nº 42/80
021/79	021/79	Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, celebrado em Brasília, a 7 de fevereiro de 1979.	Decreto Legislativo nº 37/80

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
023/79	020/79		Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultura, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, em Brasília, a 7 de fevereiro de 1979.	Decreto Legislativo nº 27/80
024/79	025/79		Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnico-Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia, celebrado em Brasília, a 30 de junho de 1978.	Em Tramitação
025/79	027/79		Aprova o texto do Convênio sobre Transportes Marítimos celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Brasília, a 22 de maio de 1979.	Decreto Legislativo nº 59/80
026/79	023/79		Aprova o texto do Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria, celebrado em Brasília, no dia 30 de abril de 1979.	Decreto Legislativo nº 38/80
027/79	024/79		Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia, celebrado em Brasília, a 30 de junho de 1978.	À Câmara
028/79	026/79		Aprova o texto do Protocolo que modifica o Convênio sobre Danos Causados a Terceiros, na Superfície, por Aeronaves Estrangeiras, assinado durante a Conferência Internacional de Direito Aéreo, realizado em Montreal, Canadá, de 6 a 23 de setembro de 1978.	Em Tramitação
031/79	032/79		Aprova o texto do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, aprovado pela 8ª Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transporte dos Países do Cone Sul.	Em Tramitação
032/79	032/79		Aprova o texto da "Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura" assinada pelo Brasil, em Washington, a 6 de março de 1979.	Decreto Legislativo nº 60/80
033/79	034/79		Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa do Marfim, em Brasília, a 14 de setembro de 1979.	Em Tramitação
034/79	035/79		Aprova o texto do Acordo que Estabelece a Comunidade da Pimenta-do-Reino, aberto à assinatura em Bangkok, Tailândia, de 16 de abril a 31 de agosto de 1971.	À Câmara Decreto Legislativo nº 111/80
035/79	030/79		Aprova as Contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1978.	Em Tramitação
001/80	028/79		Aprova o texto do Convênio de Criação de um Conselho de Cooperação Aduaneira, assinado em Bruxelas, a 15 de dezembro de 1950.	Decreto Legislativo nº 129/80

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
002/80	036/79		Aprova o texto da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, concluída em Londres, a 1º de novembro de 1974.	Decreto Legislativo nº 11/80
003/80	037/80		Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País, no decurso da primeira quinzena do mês de abril do corrente ano.	Decreto Legislativo nº 2/80
004/80	038/80		Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso de 13 a 17 de maio de 1980, em visita oficial à República da Argentina.	Decreto Legislativo nº 19/80
005/80	040/80		Aprova o texto da Constituição da Organização Industrial — UNIDO em Agência Especializada das Nações Unidas, concluído em Viena a 8 de abril de 1979.	Decreto Legislativo nº 109/80
006/80	047/80		Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, assinado em Brasília a 16 de outubro de 1979.	Decreto Legislativo nº 121/80
007/80	045/80		Aprova o texto do Convênio de Santo Domingo (Ata de Registro dos Estatutos da Organização de Educação Ibero-Americana — OEI), assinado em 31 de outubro de 1957.	À Câmara Decreto Legislativo nº 97/80
008/80	43/80		Aprova os textos do Convênio Ibero-americano de Seguridade Social e do Convênio Ibero-Americano de Cooperação em Seguridade Social, concluídos em Quito, Equador, a 26 de janeiro de 1978.	Decreto Legislativo nº 130/80
009/80	44/80		Aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980.	Em Tramitação
010/80	49/80		Ratifica o texto da Resolução nº WHA 29.38, aprovada pela 29ª Assembléia Mundial de Saúde, realizada em 1976.	À Câmara
011/80	48/80		Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO, sobre o estabelecimento de um Escritório de Representação da FAO em Brasília, celebrado em Roma, a 19 de novembro de 1979.	Decreto Legislativo nº 122/80
012/80	46/80		Aprova o texto do Protocolo de 1979 para a Quinta Prorrogação da Convenção sobre o Comércio de Trigo de 1971, aprovado na Conferência realizada em Londres, na sede do Conselho Internacional do Trigo — CIT, a 21 de março de 1979.	Decreto Legislativo nº 123/80

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
013/80	42/80		Aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos celebrado entre o Governo da República Federativa do Suriname, firmado em Brasília, em 28 de janeiro de 1980.	Em Tramitação
014/80	41/80		Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Iraque sobre os usos pacíficos da energia nuclear, concluído a 5 de janeiro de 1980.	Em Tramitação
015/80	50/80		Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Previdência Social Brasil—Espanha, de 25 de abril de 1969, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha, em Brasília, a 5 de março de 1980.	Em Tramitação
016/80	51/80		Aprova os textos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Código de Valoração Aduaneira), do Protocolo Adicional ao referido Acordo, bem como da Lista de Concessões Tarifárias Brasileiras nas Negociações Comerciais Multilaterais, todos concluídos em Genebra, a 12 de abril de 1979.	Em Tramitação
017/80	52/80		Aprova o texto do Tratado de Interconexão Ferroviária entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, assinado em Assunção, a 11 de abril de 1980.	Decreto Legislativo nº 110/80
018/80	060/80		Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País na primeira quinzena do mês de outubro do corrente ano, em visita oficial à República do Chile.	Decreto Legislativo nº 98/80
019/80	54/80		Aprova o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Decreto Legislativo nº 131/80
020/80	53/80		Aprova os textos dos Atos da União Postal das Américas e Espanha — UPAE, concluído, em Lima, a 18 de março de 1976, durante o XI Congresso da União Postal das Américas e Espanha.	Em Tramitação
021/80	58/80		Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira, concluído em Buenos Aires, República Argentina, a 17 de maio de 1980.	Em Tramitação
022/80	59/80		Aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 7 de novembro de 1979.	Em Tramitação
023/80	057/80		Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, concluído em Luanda, a 11 de junho de 1980.	Em Tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
024/80	064/80	Aprova o texto da Convenção nº 142 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Orientação Profissional e a Formação Profissional no Desenvolvimento de Recursos Humanos, adotada em Genebra, a 23 de junho de 1975, durante a 60ª Sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.	Em Tramitação
025/80	056/80	Aprova o texto da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, firmada entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, na Cidade de Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.	Em Tramitação
026/80	061/80	Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados dos trechos limítrofes do rio Uruguai e de seu afluente, o rio Pepiri-Guaçu, concluído em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.	Em Tramitação
027/80	069/80	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso da segunda quinzena de janeiro, primeira de fevereiro e primeira de março de 1981, em visita oficial à França, Portugal e Colômbia, respectivamente.	Decreto Legislativo nº 115/80
028/80	062/80	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial, firmado entre os Governos da República Federativa do Brasil e do Reino dos Países Baixos, em Brasília, a 23 de julho de 1980.	Em Tramitação
029/80	039/80	Aprova o texto do Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela, em Caracas, a 7 de novembro de 1979.	Em Tramitação
030/80	066/80	Aprova o texto da Convenção nº 148 da Organização Internacional do Trabalho sobre Proteção dos Trabalhadores contra os Riscos Profissionais devidos a Contaminação do Ar, ao Ruído e às Vibrações do Local de Trabalho, adotada em Genebra a 1º de junho de 1977, durante a sexagésima terceira sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.	Em Tramitação
031/80	065/80	Aprova o texto da Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho sobre Férias Anuais Remuneradas, adotada em Genebra a 24 de junho de 1970, durante a quinquagésima quarta sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.	Em Tramitação
032/80	68/80	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, a 20 de agosto de 1980.	Em Tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
033/80	55/80		Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.	Em Tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos referentes aos Projetos do Decreto Legislativo:

Total dos Projetos	51
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	18
desta sessão legislativa	33
Aprovados	21
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	08
desta sessão legislativa	13
Aprovados e enviados à Câmara dos Deputados com emendas	04
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	02
desta sessão legislativa	02
Permanecem em estudo	26
Sendo:	
de sessões legislativa anteriores	08
desta sessão legislativa	18
Os Projetos de Decreto Legislativo aprovados versaram sobre:	
Atos internacionais	46
Autorização para o Presidente da República ausentar-se do País	04
Aprovação de contas do Presidente da República	01

D.5.4 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
012/75	Itamar Franco	Dispõe sobre a denominação do Senado Federal na Guanabara, e dá outras providências.	Em Tramitação
051/76	Itamar Franco	Institui o Museu Histórico do Senado Federal, e determina outras providências.	Em Tramitação
053/76	Itamar Franco	Acrescenta alínea ao art. 407 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em Tramitação
035/78	Itamar Franco	Altera os arts. 62 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em Tramitação
043/78	João Calmon	Altera a composição de classes de Categoria Funcional de Assistente Legislativo do Grupo-Atividades de Apoio Legislativo de que trata a Resolução nº 18, de 1973, e dá outras providências.	Em Tramitação
050/78	Alexandre Costa	Extingue o Quadro de Pessoal CLT, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora número 8, de 1976, e dá outras providências.	Em tramitação
003/79	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).	Em Tramitação
025/79	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 2º, parágrafo único, e artigo 3º da Lei nº 882, de 24 de setembro de 1973, e do artigo 3º da Lei nº 900, de 10 de dezembro de 1973, ambas do Município de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul.	Resolução nº 37/80
031/79	Humberto Lucena	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Em Tramitação
033/79	Humberto Lucena	Cria, como órgão técnico permanente do Senado Federal, a Comissão dos Direitos do Homem.	Em Tramitação
034/79	Franco Montoro	Assegura às entidades de classe o direito de se pronunciarem sobre proposições em andamento no Senado e disciplina esse direito.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
046/79	Orestes Quércia	Institui Comissão de Inquérito para apurar se foi regular ou não a aquisição do controle acionário da Light.	Em Tramitação
048/79	Humberto Lucena	Altera o art. 440 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em Tramitação
053/79	Aderbal Jurema e outros	Modifica o inciso II do art. 339 da Resolução nº 58/72 (Regimento Administrativo do Senado Federal).	Rejeitado
057/79	Itamar Franco	Acrescenta parágrafo único ao art. 135 do Regimento Interno do Senado Federal.	Resolução nº 30/80
058/79	Itamar Franco	Altera o art. 205 do Regimento Interno do Senado Federal.	Resolução nº 26/80
062/79	Comissão Diretora	Cria empregos de Assessor Técnico, aprova critérios para a sua admissão, e dá outras providências.	Resolução nº 130/80
063/79	Jessé Freire	Altera a redação da letra b do art. 402; suprime a letra c do mesmo dispositivo e determina a retificação das letras subsequentes do Regimento Interno do Senado Federal.	Em Tramitação
124/79	Gilvan Rocha e outros	Resguarda direitos adquiridos por antigos funcionários do Senado quanto à percepção de adicionais por quinquênios em níveis vigentes antes da Reforma Administrativa, implantada pela Resolução nº 18, de 1973.	Rejeitado
158/79	Comissão de Leg. Social	Autoriza o Poder Executivo a alienar à Empresa Reflorestadora Rio Branquinho Ltda. terras públicas no Distrito Agropecuário da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), para implantação de um pólo agropecuário.	Resolução nº 25/80
159/79	Comissão de Justiça	Suspende a execução do art. 4º e parágrafo único do Decreto nº 5.891, de 22 de dezembro de 1975, do Estado do Maranhão.	Resolução nº 2/80
160/79	Franco Montoro	Cria uma Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente, no âmbito do Senado Federal.	Em Tramitação

b) da presente Sessão Legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
001/80	Luiz Cavalcante e outros	Altera o art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em Tramitação
002/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos arts. 287 e 288 da Lei nº 2.087, de 20 de dezembro de 1974, do Município de Tupã, Estado de São Paulo.	Resolução nº 27/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
003/80	Poder Executivo	Reduz alíquotas máximas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias.	Resolução nº 7/80
004/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araucária (PR) a elevar em Cr\$ 214.400.000,00 (duzentos e quatorze milhões e quatrocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 4/80
005/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC) a elevar em Cr\$ 592.544.998,40 (quinhentos e noventa e dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 3/80
006/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Loanda (PR) a elevar em Cr\$ 10.992.053,45 (dez milhões, novecentos e noventa e dois mil, cinqüenta e três cruzeiros e quarenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 9/80
007/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piracuará (PR) a elevar em Cr\$ 205.824.000,00 (duzentos e cinco milhões, oitocentos e vinte e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 10/80
008/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar, através da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", operação de importação financeira no valor de US\$ RDA 21,250,000.00 (vinte e um milhões, duzentos e cinqüenta mil dólares) em materiais e equipamentos didático-pedagógicos.	Resolução nº 8/80
009/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA) a elevar em Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 11/80
010/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a elevar em Cr\$ 12.392.320,00 (doze milhões, trezentos e noventa e dois mil e trezentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 14/80
011/	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rincão (SP), a elevar em Cr\$ 3.907.778,75 (três milhões, novecentos e sete mil, setecentos e setenta e oito cruzeiros e setenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 16/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
012/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB) a elevar em Cr\$ 732.520.326,40 (setecentos e trinta e dois milhões, quinhentos e vinte mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 5/80
013/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a elevar em Cr\$ 642.665.715,20 (seiscentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quinze cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.	Resolução nº 12/80
014/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Macau (RN) a elevar em Cr\$ 118.869.363,20 (cento e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e três cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 13/80
015/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada).	Resolução nº 6/80
016/80	Comissão Diretora	Altera a redação do art. 405 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, e alterado pela Resolução nº 30, de 1978, e dá outras providências.	Resolução nº 21/80
017/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) para investimento em projetos rodoviários e de energia elétrica.	Resolução nº 17/80
018/80	Comissão Diretora	Altera a estrutura administrativa do Senado Federal, criando condições para o atendimento dos trabalhos afetos às sessões conjuntas do Congresso Nacional.	Resolução nº 60/80
019/80	Comissão de Legislação Social	Autoriza a alienação de terras públicas no Distrito Agropecuário da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.	Resolução nº 24/80
020/80	Comissão de Economia	Autoriza o Departamento Municipal da Habitação — DEMHAB — da cidade de Porto Alegre (RS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 606.098.080,00 (seiscentos e seis milhões, noventa e oito mil e oitenta cruzeiros).	Resolução nº 18/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
021/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares) destinada a financiar projetos integrados de produção agropecuária.	Resolução nº 15/80
022/80	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências.	Resolução nº 117/80
023/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos arts. 246 e 247 da Lei nº 1.310, de 31-12-66, do Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Resolução nº 28/80
024/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos arts. 242 e 243 da Lei nº 1.342, de 1970, do Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.	Resolução nº 29/80
025/80	Comissão de Legislação Social	Autoriza a alienação de terras de propriedade da SUFRAMA — Superintendência da Zona Franca de Manaus, à Empresa Agropecuária Porto Alegre S. A.	Em Tramitação
026/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei nº 6.333, de 21 de outubro de 1970, do antigo Estado do Rio de Janeiro.	Resolução nº 33/80
027/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar em Cr\$ 5.599.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 22/80
028/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cabo (PE) a elevar em Cr\$ 159.605.363,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinco mil, trezentos e sessenta e três cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 20/80
029/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar em Cr\$ 193.625.068,80 (cento e noventa e três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, sessenta e oito cruzeiros e oitenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 19/80
030/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 1.365.350.000,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 23/80
031/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos arts. 188, 189 e seu parágrafo único do Código Tributário do Município de Quatá—SP, alterado pela Lei Municipal nº 403, de 29 de outubro de 1979, do referido Município.	Resolução nº 38/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
032/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos arts. 247 e 248 da Lei nº 3.838, de 30 de dezembro de 1969, do Município de Campinas, Estado de São Paulo.	Resolução nº 36/80
033/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 1.150.000.000,00 (hum bilhão, cento e cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 39/80
034/80	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000.00 (quarenta milhões de dólares) para financiar projetos municipais integrantes do programa de investimentos urbanos.	Resolução nº 34/80
035/80	Comissão Diretora	Cria a Categoria Funcional de Inspetor de Segurança Legislativa, mediante transformação, e dá outras providências.	Resolução nº 61/80
036/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 60.000.000.00 (sessenta milhões de dólares americanos), a serem aplicados em programas de investimentos no exercício de 1980.	Resolução nº 35/80
037/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Recife (PE) a elevar em Cr\$ 851.587.000,00 (oitocentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e oitenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 31/80
038/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Recife (PE) a elevar em Cr\$ 1.237.314.450,12 (hum bilhão, duzentos e trinta e sete milhões, trezentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros e doze centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 32/80
039/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uraí (PR) a elevar em Cr\$ 4.524.268,80 (quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e sessenta e oito cruzeiros e oitenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 43/80
040/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba (PR) a elevar em Cr\$ 35.712.077,06 (trinta e cinco milhões, setecentos e doze mil, setenta e sete cruzeiros e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 40/80
041/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Formigueiro (RS) a elevar em Cr\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 56/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
042/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Patrocínio (MG) a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 46/80
043/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sarandi (RS) a elevar em Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 45/80
044/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 48/80
045/80	Comissão de Economia	Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo — DAEE a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 6.930.181.000,00 (seis bilhões, novecentos e trinta milhões, cento e oitenta e um mil cruzeiros).	Resolução nº 51/80
046/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 1.399.237.687,84 (um bilhão, trezentos e noventa e nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e oitenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 55/80
047/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC) a elevar em Cr\$ 70.387.000,00 (setenta milhões, trezentos e oitenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 41/80
048/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar em Cr\$ 176.827.050,00 (cento e setenta e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 42/80
049/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Tubarão (SC) a elevar em Cr\$ 155.954.385,83 (cento e cinquenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco cruzeiros, e oitenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 49/80
050/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares), para implementar projetos prioritários para o desenvolvimento do Estado.	Resolução nº 47/80
051/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar em Cr\$ 573.950.000,00 (quinhentos e setenta e três milhões, novecentos e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 44/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
052/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso (MS) a elevar em Cr\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 54/80
053/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 1.256.907.937,76 (um bilhão, duzentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e sete mil, novecentos e trinta e sete cruzeiros e setenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 50/80
054/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Moji-Mirim (SP) a elevar em Cr\$ 30.584.005,63 (trinta milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, cinco cruzeiros e sessenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 53/80
055/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 93 da Lei nº 440, de 24 de setembro de 1974, do Estado de São Paulo.	Resolução nº 59/80
056/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 135 da Lei nº 830, de 18 de dezembro de 1973, na redação dada pela Lei nº 930, de 18 de dezembro de 1975, bem como do Decreto nº 2.364, de 30 de dezembro de 1975, que o regulamentou, do Município de Martinópolis, Estado de São Paulo.	Resolução nº 58/80
057/80	Comissão Diretora	Transforma função prevista na lotação do Gabinete do Presidente do Senado Federal.	Resolução nº 137/80
058/80	Jorge Kalume	Estabelece norma para abertura da Sessão Pública do Senado Federal.	Resolução nº 63/80
059/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 1.738.247.416,64 (um bilhão, setecentos e trinta e oito milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dezesseis cruzeiros e sessenta e quatro centavos), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 64/80
060/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José (SC) a elevar em Cr\$ 22.671.000,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e setenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 65/80
061/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PR) a elevar em Cr\$ 154.660.329,77 (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta mil, trezentos e vinte e nove cruzeiros e setenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 70/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
062/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paranavaí (PR) a elevar em Cr\$ 112.334.989,83 (cento e doze milhões, trezentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e nove cruzeiros e oitenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 66/80
063/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Largo (PR) a elevar em Cr\$ 214.400.000,00 (duzentos e quatorze milhões e quatrocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 67/80
064/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Biguaçu (SC) a elevar em Cr\$ 2.147.859,20 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 68/80
065/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 25.128.667.776,82 (vinte cinco bilhões, cento e vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e setenta e seis cruzeiros e oitenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 71/80
066/80	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares) destinado à Companhia do Metropolitano de São Paulo.	Resolução nº 69/80
067/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 63,000,000.00 (sessenta e três bilhões de dólares norte-americanos) para ser aplicado no Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais.	Resolução nº 72/80
068/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 110,000,000.00 (cento e dez milhões de dólares americanos), destinado a financiar o Programa de Investimento do Metropolitano do Rio de Janeiro — METRÔ.	Resolução nº 57/80
069/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 116, salvo seu parágrafo único, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, baixado pela Resolução Normativa nº 1, de 11 de dezembro de 1975, do Tribunal de Justiça Estadual.	Resolução nº 73/80
070/80	Henrique Santillo	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar o envolvimento de figuras da administração pública federal direta e indireta no favorecimento à empresa Quatro Rodas Hotéis do Nordeste, S. A.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
071/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a realização de sessão secreta destinada a discussão de assuntos internos do Senado.	Em Tramitação
072/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 7.146.536,44 (sete bilhões, cento e quarenta e seis milhões, quinhentos e trinta e seis mil, e quarenta e quatro centavos), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 74/80
073/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 144.000.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 75/80
074/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) destinado à Companhia do Metropolitano de São Paulo.	Resolução nº 76/80
075/80	Comissão de Economia	Autoriza o Hospital Municipal Henrique Lage, de Lauro Müller (SC), a contratar uma operação de crédito de Cr\$ 3.225.000,00 (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros).	Resolução nº 79/80
076/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 77/80
077/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus (BA) a elevar em Cr\$ 273.320.000,00 (duzentos e setenta e três milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 78/80
078/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Votorantim (SP) a elevar em Cr\$ 161.827.772,73 (cento e sessenta e um milhões, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e setenta e dois cruzeiros e setenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 80/80
079/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Goiânia (GO) a elevar em Cr\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 82/80
080/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Currais Novos (RN) a elevar em Cr\$ 107.961.977,60 (cento e sete milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e setenta e sete cruzeiros e sessenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 83/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
081/80	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a realizar empréstimo externo de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos) destinado a aporte de capital do município à Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro — RJ.	Resolução nº 81/80
082/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a elevar em Cr\$ 65.700.000,00 (sessenta e cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 84/80
083/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a elevar em Cr\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 85/80
084/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guajará (SP) a elevar em Cr\$ 47.600.000,00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 86/80
085/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT) a elevar em Cr\$ 393.926.000,00 (trezentos e noventa e três milhões, novecentos e vinte e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 88/80
086/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rolândia (PR) a elevar em Cr\$ 10.088.324,40 (dez milhões, oitenta e oito mil, trezentos e vinte e quatro cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 108/80
087/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria (SP) a elevar em Cr\$ 5.513.411,00 (cinco milhões, quinhentos e treze mil, quatrocentos e onze cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 95/80
088/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (MS) a elevar em Cr\$ 17.631.000,00 (dezessete milhões, seiscentos e trinta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 90/80
089/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Americana (SP) a elevar em Cr\$ 173.496.739,50 (cento e setenta e três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, setecentos e trinta e nove cruzeiros e cinquenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 96/80
090/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Garças (MT) a elevar em Cr\$ 6.417.000,00 (seis milhões, quatrocentos e dezessete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 91/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
091/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Igarapava (SP) a elevar em Cr\$ 14.759.280,00 (quatorze milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 97/80
092/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Irecê (BA) a elevar em Cr\$ 195.132.000,00 (cento e noventa e cinco milhões, cento e trinta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 110/80
093/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rancharia (SP) a elevar em Cr\$ 4.704.000,00 (quatro milhões, setecentos e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 98/80
094/80	Hugo Ramos	Acrescenta parágrafo ao art. 86 do Regimento Interno.	Em Tramitação
095/80	Comissão Diretora	Regulamenta, na Administração do Senado Federal, os institutos da Progressão Funcional e da Ascensão Funcional, e dá outras providências.	Resolução nº 146/80
096/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 89, I, da Lei Municipal nº 9.722, de 1967, bem como do art. 110, I, da Lei nº 10.466, de 1971, ambas do Município de Recife, Pernambuco.	Resolução nº 87/80
097/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos arts. 178 e 182 da Lei nº 1.520, de 23 de dezembro de 1970, que instituiu o Código Tributário do Município de Araçatuba, Estado de São Paulo.	Resolução nº 118/80
098/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei nº 323, de 27 de setembro de 1978, do Município de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.	Resolução nº 119/80
099/80	Franco Montoro	Transforma a Comissão de Saúde em Comissão de Saúde e Defesa do Meio Ambiente (CSDMA).	Em Tramitação
100/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei nº 54, de 3 de março de 1970, do Município de Quatá, Estado de São Paulo.	Resolução nº 129/80
101/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Ação do Estado.	Resolução nº 99/80
102/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares) para aplicação nos Programas de Transporte Rodoviário e de Energia Elétrica, do Estado.	Resolução nº 100/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
103/80	Comissão de Economia	Autoriza a Empresa de Urbanização do Recife — URB, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 204.543.216,36 (duzentos e quatro milhões, quinhentos e quarenta e três mil, duzentos e dezesseis cruzeiros e trinta e seis centavos).	Resolução nº 89/80
104/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cajazeiras (PB) a elevar em Cr\$ 48.644.944,11 (quarenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro cruzeiros e onze centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 101/80
105/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (SP) a elevar em Cr\$ 110.560.327,71 (cento e dez milhões, quinhentos e sessenta mil, trezentos e vinte e sete cruzeiros e setenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 102/80
106/80	Passos Pôrto	Determina o reenquadramento dos atuais motoristas oficiais do Senado na categoria de Agente de Segurança Legislativa, e dá outras providências.	Em Tramitação
107/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 667.000.000,00 (seiscentos e sessenta e sete milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 103/80
108/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Limeira (SP) a elevar em Cr\$ 30.489.375,00 (trinta milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 104/80
109/80	Itamar Franco	Dá nova redação às letras a e b do artigo 402 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em Tramitação
110/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares) para aplicação no Sistema Rodoviário Estadual.	Resolução nº 93/80
111/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar em Cr\$ 25.495.947,12 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e sete cruzeiros e doze centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 94/80
112/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Louveira (SP) a elevar em Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 111/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
113/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (MG) a elevar em Cr\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 112/80
114/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (PR) a elevar em Cr\$ 21.955.248,96 (vinte e um milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito cruzeiros e noventa e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 113/80
115/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Chapécó (SC) a elevar em Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 114/80
116/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista (SP) a elevar em Cr\$ 29.486.860,80 (vinte e nove milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta cruzeiros e oitenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 115/80
117/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rolândia (PR) a elevar em Cr\$ 77.525.047,84 (setenta e sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, quarenta e sete cruzeiros e oitenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 121/80
118/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rolândia (SP) a elevar em Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 124/80
119/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Carlos (SP) a elevar em Cr\$ 227.532.649,03 (duzentos e vinte e sete milhões, quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e quarenta e nove cruzeiros e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 105/80
120/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar em Cr\$ 148.300.000,00 (cento e quarenta e oito milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 106/80
121/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares) destinado ao Programa de Eletrificação Estadual.	Resolução nº 92/80
122/80	Comissão de Legislação Social	Autoriza a alienação de terras públicas de propriedade da SUFRAMA — Superintendência da Zona Franca de Manaus, à Empresa Monterosa S.A.	Resolução nº 143/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
123/80	Comissão de Legislação Social	Autoriza a alienação de terras públicas no Distrito Agropecuário da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, à Agropecuária Dimona, Comércio e Indústria S.A.	Resolução nº 144/80
124/80	Comissão de Legislação Social	Autoriza a alienação de terras públicas à Empresa Matel Agropecuária S/A.	Resolução nº 142/80
125/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Investimentos em Áreas Urbanas e Rurais do Estado.	Resolução nº 107/80
126/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pailhoça (SC) a elevar em Cr\$ 2.770.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 125/80
127/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prudenco — CIA. Prudentina de Desenvolvimento, de Presidente Prudente (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 44.659.860,84 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e sessenta cruzeiros e oitenta e quatro centavos).	Resolução nº 126/80
128/80	Comissão de Economia	Altera a Resolução nº 32, de 1980, do Senado Federal.	Resolução nº 109/80
129/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares norte-americanos), destinado ao Projeto Carbonífero-Carboquímico daquele Estado.	Resolução nº 116/80
130/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do nº 17, c, do inciso II do art. 106 do Decreto-lei nº 5, de 15 de março de 1975 e o Decreto "N" nº 1.135, de 26 de setembro de 1968, do Rio de Janeiro.	Em tramitação
131/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende, em parte, a execução da Convenção Internacional do Trabalho nº 110, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 33, de 5 de agosto de 1964, e promulgada pelo Decreto nº 58.826, de 14 de julho de 1966.	Resolução nº 131/80
132/80	Afonso Camargo	Dispõe sobre a utilização de veículos de representação no Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
133/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA) a elevar em Cr\$ 280.256.000,00 (duzentos e oitenta milhões e duzentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 127/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
134/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 5.992.800.000,00 (cinco bilhões, novecentos e noventa e dois milhões e oitocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 120/80
135/80	Comissão de Economia	Autoriza a Empresa de Desenvolvimento de Limeira S.A. — EMDEL, a contratar operações de crédito no valor de Cr\$ 325.016.737,50 (trezentos e vinte e cinco milhões, dezesseis mil, setecentos e trinta e sete cruzeiros e cinquenta centavos).	Resolução nº 128/80
136/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares), destinado a financiar a execução de obras nos setores de Educação, Saúde, Transporte, Agricultura e Energia Elétrica.	Resolução nº 122/80
137/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares) destinado a financiar parte da execução do Programa de Rodovias Vicinais no território do Estado.	Resolução nº 123/80
138/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pirassununga (SP) a elevar em Cr\$ 15.537.829,42 (quinze milhões, quinhentos e trinta e sete mil, oitocentos e vinte e nove cruzeiros e quarenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 132/80
139/80	Jorge Kalume e outros senhores Senadores	Institui, para servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, o direito à percepção, durante o recesso dos trabalhos legislativos, do quantum médio por serviços extraordinários habitualmente realizados há mais de dois anos consecutivos, e dá outras providências.	Negada a Tramitação
140/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 6.479.140.100,00 (seis bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, cento e quarenta mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 139/80
141/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado a investimentos prioritários naquele Estado.	Resolução nº 138/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
142/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 663.074.320,00 (seiscentos e sessenta e três milhões, setenta e quatro mil, trezentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 133/80
143/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura de Mauá (SP) a elevar em Cr\$ 45.961.491,20 (quarenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e noventa e um cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 134/80
144/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis (MT) a elevar em Cr\$ 122.090.354,00 (cento e vinte e dois milhões, noventa mil e trezentos e cinquenta e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 135/80
145/80	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar uma gleba de terras públicas, totalizando 31.971 ha, situadas na Fazenda Porto Alto, no Município de Acará, aos adquirentes que menciona.	Resolução nº 136/80
146/80	Comissão Diretora	Altera a lotação dos Gabinetes dos Diretores de Secretaria e da Assessoria, cria seções em Subsecretarias, e dá outras providências.	Resolução nº 145/80
147/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de dólares americanos), destinado ao Programa de Investimentos do Estado.	Resolução nº 141/80
148/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares) destinado aos Programas Integrados de Produção Agropecuária.	Resolução nº 140/80
149/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 344 do Regimento Interno.	Em Tramitação
150/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 184.162.300,00 (cento e oitenta e quatro milhões, cento e sessenta e dois mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 147/80
151/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 260.459.600,00 (duzentos e sessenta milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 148/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
152/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Acre a elevar em Cr\$ 192.000.000,00 (cento e noventa e dois milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 149/80
153/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ceres (GO) a elevar em Cr\$ 8.479.600,00 (oito milhões, quatrocentos e setenta e nove mil e seiscentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 150/80
154/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 151/80
155/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jacareí (SP) a elevar em Cr\$ 362.934.000,00 (trezentos e sessenta e dois milhões, novecentos e trinta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 152/80
156/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cosmópolis (SP) a elevar em Cr\$ 23.204.176,93 (vinte e três milhões, duzentos e quatro mil, cento e setenta e seis cruzeiros e noventa e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 153/80
157/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes (SP) a elevar em Cr\$ 453.667.500,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e sessenta e sete mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 154/80
158/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 3.931.785.000,00 (três bilhões, novecentos e trinta e um milhões, setecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 155/80
159/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cajamar (SP) a elevar em Cr\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 156/80
160/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 75.448.892,00 (setenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil e oitocentos e noventa e dois cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 157/80
161/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jacareí (SP) a elevar em Cr\$ 36.676.900,26 (trinta e seis milhões, seiscentos e setenta e seis mil, novecentos cruzeiros e vinte e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 158/80

Nº	Autor	Ementa	Resultado
162/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a elevar em Cr\$ 119.999.838,21 (cento e dezenove milhões, novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e oito cruzeiros e vinte e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 159/80
163/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 77.433.000,00 (setenta e sete milhões e quatrocentos e trinta e três mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 160/80
164/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Britânia (GO) a elevar em Cr\$ 2.747.800,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 161/80
165/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cambé (PR) a elevar em Cr\$ 27.811.027,53 (vinte e sete milhões, oitocentos e onze mil, vinte e sete cruzeiros e cinquenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 162/80
166/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Lins (SP) a elevar em Cr\$ 30.351.469,90 (trinta milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e nove cruzeiros e noventa centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 163/80
167/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 530.480.000,00 (quinhentos e trinta milhões e quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 164/80
168/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), para aplicação no II Plano de Metas Governamentais.	Em Tramitação
169/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT) a elevar em Cr\$ 98.927.843,39 (noventa e oito milhões, novecentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e três cruzeiros e trinta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Rejeitado
170/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapetinga (BA) a elevar em Cr\$ 92.583.279,79 (noventa e dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
171/80	Comissão Diretora	Altera a Resolução nº 58, de 1972, do Senado Federal, no que concerne à subordinação de órgão da Representação do Senado no Rio de Janeiro.	Em Tramitação
172/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a elevar em 1.785.620.157,75 (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, cento e cinquenta e sete cruzeiros e setenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
173/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (RJ) a elevar em Cr\$ 119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
174/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Palmeiras dos Índios (AL) a elevar em Cr\$ 147.227.806,44 (cento e quarenta e sete milhões, duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e seis cruzeiros e quarenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
175/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Era (MG) a elevar em Cr\$ 19.132.400,00 (dezenove milhões, cento e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
176/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caicó (RN) a elevar em Cr\$ 78.586.099,00 (setenta e oito milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, noventa e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
177/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) a elevar em Cr\$ 315.464.652,36 (trezentos e quinze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
178/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio das Pedras (SP) a elevar em Cr\$ 29.983.645,00 (vinte e nove milhões, novecentos e oitenta e três mil e seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
179/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ 1.530.000,00 (um milhão e quinhentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
180/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arapina (PE) a elevar em Cr\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
181/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arês (RN) a elevar em Cr\$ 1.448.100,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
182/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 23.600.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
183/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campos Belos (GO) a elevar em Cr\$ 895.100,00 (oitocentos e noventa e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
184/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dueré (GO) a elevar em Cr\$ 767.700,00 (setecentos e sessenta e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
185/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Fátima do Sul (MS) a elevar em Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
186/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Fernandópolis (SP) a elevar em Cr\$ 25.093.740,67 (vinte e cinco milhões, noventa e três mil, setecentos e quarenta cruzeiros e sessenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
187/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre (PR) a elevar em Cr\$ 5.400.803,20 (cinco milhões, quatrocentos mil, oitocentos e três cruzeiros e vinte centavos), o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
188/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista (SP) a elevar em Cr\$ 9.108.331,17 (nove milhões, cento e oito mil, trezentos e trinta e um cruzeiros e dezessete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
189/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Velho (RN) a elevar em 2.909.300,00 (dois milhões, novecentos e nove mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
190/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itajaí (SC) a contratar operação de crédito, no valor de Cr\$ 241.956.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões e novecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
191/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Xaxim (SC) a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
192/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a elevar em Cr\$ 2.729.222.280,00 (dois bilhões, setecentos e vinte e nove milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentos e oitenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
193/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 725.868.000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
194/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 37.265.300,00 (trinta e sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
195/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
196/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB) a elevar em Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
197/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Recife (PE) a elevar em Cr\$ 1.582.714.646,37 (um bilhão, quinhentos e oitenta e dois milhões, setecentos e quatorze mil, seiscentos e quarenta e seis cruzeiros e trinta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
198/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 225.900.600,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, novecentos mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
199/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 395.820.000,00 (trezentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
200/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José (SC) a elevar em Cr\$ 181.467.000,00 (cento e oitenta e um milhões e quatrocentos e sessenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
201/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinado a financiar Programas do Estado.	Em Tramitação
202/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas (MG) a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
203/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
204/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Votuporanga (SP) a elevar em Cr\$ 10.564.538,76 (dez milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e oito cruzeiros e setenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
205/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André (SP) a elevar em Cr\$ 49.070.232,88 (quarenta e nove milhões, setenta mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação
206/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Andradina (MS) a elevar em Cr\$ 845.980,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Em Tramitação

c) SÚMULA

Eis os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

I — Total dos Projetos	228
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	22
apresentados nesta sessão legislativa	206
Aprovados	161
Sendo:	
desta sessão legislativa	155
de sessões legislativas anteriores	06

Rejeitados	04
Sendo:	
desta sessão legislativa	02
de sessões legislativas anteriores	02
Permanecem em estudo	62
Sendo:	
desta sessão legislativa	48
de sessões legislativas anteriores	14
II — Arquivado definitivamente (negada a tramitação)	01
Os Projetos de Resolução aprovados versaram sobre:	
empréstimos ou financiamentos externos	24
operações de crédito internas	142
suspensão de execução de dispositivos legais	17
alteração do Regimento Interno	17
assuntos da Administração Interna do Senado Federal	18
alienação de terras	07
estabelecendo alíquotas do ICM	01
criação de Comissão Parlamentar de Inquérito	02

D. 5. 5 — INDICAÇÕES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
01/73	Franco Montoro	Sugere a adoção de novo procedimento no exame da Mensagem Anual do Presidente da República ao Congresso Nacional.	Em Tramitação
02/75	Itamar Franco	Institui, no Senado Federal, idêntico estágio para universitários, nos moldes do existente na Câmara dos Deputados.	Em Tramitação
04/75	Itamar Franco	Sugere à Comissão de Constituição e Justiça proceder estudos no sentido de esclarecer se pode o Governador do Distrito Federal ser convocado para prestar esclarecimentos sobre sua administração ao Plenário do Senado Federal, ou, se for o caso, formular a correspondente proposição legislativa, tendo em vista o que dispõe o § 1º do art. 17 da Constituição Federal.	Em Tramitação
001/79	Humberto Lucena	Solicita estudo da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal sobre fato que indica.	Em Tramitação

D.5.6 — REQUERIMENTOS

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
072	29-03-80	Nelson Carneiro	Constituição de Comissão Especial	Retirado
332	13-09-80	Nelson Carneiro	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Aprovado
396	11-10-80	Nelson Carneiro	Constituição de Comissão Especial	Aprovado
542	23-11-80	Saldanha Derzi	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
543	23-11-80	Saldanha Derzi	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
546	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
547	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
548	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
549	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
550	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
551	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
552	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
553	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
554	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
555	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
556	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
557	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
558	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
559	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
560	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
561	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
562	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
563	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
564	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
565	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
566	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
567	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
568	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
569	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
570	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
571	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
572	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
573	26-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
575	27-11-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
576	27-11-80	Orestes Quércia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
577	27-11-80	Saldanha Derzi	Transcrição nos Anais	Aprovado

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
001	03-03-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
002	03-03-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
003	03-03-80	Saldanha Derzi	Homenagem de pesar e levantamento da Sessão	Aprovado
004	04-03-80	Bernardino Viana	Homenagem de pesar e levantamento da Sessão	Aprovado
005	05-03-80	Jarbas Passarinho	Sessão Especial do Senado	Aprovado
006	05-03-80	Henrique de La Roque	Tramitação Conjunta	Arquivado
007	05-03-80	Afonso Camargo	Homenagem de pesar e levantamento da Sessão	Aprovado
008	06-03-80	Jutahy Magalhães	Transcrição nos Anais	Aprovado
009	06-03-80	Paulo Brossard	Destinação do Expediente	Aprovado
010	06-03-80	Bernardino Viana	Retirada de Projeto	Aprovado
011	10-03-80	Humberto Lucena	Voto de Pesar	Aprovado
012	10-03-80	Dinarte Mariz	Sessão Especial do Senado	Aprovado
013	10-03-80	Itamar Franco	Convocação de Autoridade	Retirado
014	11-03-80	Lázaro Barboza	Transcrição nos Anais	Aprovado
015	11-03-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
016	12-03-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
017	13-03-80	José Lins	Urgência	Aprovado
018	13-03-80	José Lins	Urgência	Aprovado
019	13-03-80	Itamar Franco	Prorrogação de prazo para CPI	Aprovado
020	17-03-80	Evandro Carreira	Prorrogação de prazo para CPI	Aprovado
021	18-03-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Aprovado
022	18-03-80	Henrique de La Rocque	Retirada de Projeto da Ordem do Dia	Deferido
023	18-03-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
024	19-03-80	Dirceu Cardoso	Informações de cunho administrativo	Deferido
025	20-03-80	João Calmon	Transcrição nos Anais	Aprovado
026	20-03-80	Jarbas Passarinho	Voto de Pesar	Aprovado
027	20-03-80	Franco Montoro	Retirada de Projeto	Aprovado
028	20-03-80	Franco Montoro	Retirada de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
029	21-03-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Prejudicado
030	21-03-80	Franco Montoro	Retirada de Projeto	Aprovado
031	21-03-80	Jarbas Passarinho	Adiamento da Discussão	Aprovado
032	21-03-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
033	25-03-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Prejudicado
034	26-03-80	Franco Montoro	Retirada de Projeto	Prejudicado
035	26-03-80	Dos Líderes do PDS, PT, PMDB e PP	Urgência	Aprovado
036	26-03-80	Gastão Müller	Não realização de Sessão	Aprovado
037	26-03-80	Itamar Franco	Retirada de Projeto	Deferido
038	26-03-80	Humberto Lucena	Adiamento da Votação	Aprovado
039	26-03-80	Franco Montoro	Adiamento da Votação	Aprovado
040	26-03-80	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
041	27-03-80	João Calmon	Transcrição nos Anais	Aprovado
042	27-03-80	Henrique de La Roque	Tramitação Conjunta	Aprovado
043	27-03-80	Dirceu Cardoso	Solicitando à Mesa informações	Deferido
044	28-03-80	Benedito Ferreira	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
045	31-03-80	Almir Pinto	Voto de Aplauso	Em Tramitação
046	31-03-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
047	1º-04-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
048	09-04-80	Jarbas Passarinho	Licença para se ausentar do País	Aprovado
049	09-04-80	Gilvan Rocha	Convocação de Autoridade	Aprovado
050	09-04-80	Dirceu Cardoso	Solicitando à Mesa certidão de que não pertence a nenhum dos Blo- cos Atuais com Assento no Se- nado.	Deferido
051	09-04-80	Itamar Franco	Adiamento da Votação	Aprovado
052	09-04-80	Franco Montoro	Adiamento da Votação	Aprovado
053	09-04-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
054	09-04-80	Nelson Carneiro	Adiamento da Discussão	Aprovado
055	09-04-80	Franco Montoro	Adiamento da Discussão	Aprovado
056	10-04-80	Do Líder do PDS	Urgência	Prejudicado
057	10-04-80	Murilo Badaró	Sessão Especial do Senado	Aprovado
058	10-04-80	Jorge Kalume	Adiamento da Votação	Aprovado
059	10-04-80	Humberto Lucena	Adiamento da Votação	Aprovado
060	10-04-80	Franco Montoro	Adiamento da Votação	Aprovado
061	10-04-80	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
062	10-04-80	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
063	10-04-80	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
064	10-04-80	Nilo Coelho	Dispensa de publicação da Reda- ção Final	Aprovado
065	11-04-80	Lenoir Vargas	Dispensa de Interstício	Aprovado
066	11-04-80	Lenoir Vargas	Dispensa de Interstício	Aprovado
067	11-04-80	Milton Cabral	Dispensa de Interstício	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
068	11-04-80	Milton Cabral	Dispensa de Interstício	Aprovado
069	11-04-80	Arnon de Mello	Licença para tratamento de Saúde	Aprovado
070	14-04-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
071	14-04-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
072	14-04-80	Dirceu Cardoso	Solicitando à Mesa relação com o montante dos empréstimos solicitados pela Presidência da República	Deferido
073	16-04-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
074	16-04-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
075	16-04-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
076	16-04-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
077	16-04-80	Do Líder do PDS	Urgência	Prejudicado
078	16-04-80	José Lins	Convocação de Autoridade	Aprovado
079	16-04-80	Jarbas Passarinho	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
079	16-04-80	Dirceu Cardoso	Adiamento para Diligência	Indeferido
080	16-04-80	Bernardino Viana	Adiamento da Discussão	Aprovado
081	16-04-80	Bernardino Viana	Adiamento da Discussão	Aprovado
082	16-04-80	Bernardino Viana	Adiamento da Discussão	Prejudicado
083	16-04-80	Bernardino Viana	Adiamento da Discussão	Prejudicado
084	16-04-80	José Lins	Adiamento da Discussão	Retirado
085	16-04-80	José Lins	Adiamento da Discussão	Retirado
086	16-04-80	José Lins	Adiamento da Discussão	Retirado
087	16-04-80	José Lins	Adiamento da Discussão	Retirado
088	16-04-80	José Lins	Urgência	Aprovado
089	16-04-80	Dinarte Mariz	Convocação de Autoridade	Aprovado
090	17-04-80	Nelson Carneiro	Homenagem de Pesar	Aprovado
091	17-04-80	Murilo Badaró	Adiamento da Votação	Aprovado
092	17-04-80	José Lins	Retirada de Requerimento	Deferido
093	17-04-80	José Lins	Retirada de Requerimento	Deferido
094	17-04-80	José Lins	Retirada de Projeto	Deferido
095	17-04-80	José Lins	Retirada de Projeto	Deferido
096	22-04-80	Dirceu Cardoso	Solicitando à Mesa o número dos funcionários do Senado Federal	Deferido
097	22-04-80	Humberto Lucena	Homenagem de Pesar	Aprovado
098	23-04-80	Nelson Carneiro	Retirada de Projeto	Aprovado
099	23-04-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
100	23-04-80	Paulo Brossard	Urgência	Rejeitado
101	23-04-80	Do Líder do PMDB	Urgência	Retirado
102	23-04-80	José Lins	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
103	23-04-80	Lázaro Barboza	Adiamento da Discussão	Aprovado
104	23-04-80	Lázaro Barboza	Adiamento da Discussão	Aprovado
105	23-04-80	Lázaro Barboza	Adiamento da Discussão	Aprovado
106	23-04-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
107	23-04-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
108	23-04-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
109	23-03-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
110	23-04-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
111	23-04-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
112	24-04-80	Comissão Diretora	Criação de Comissão Especial Interna	Aprovado
113	24-04-80	Pedro Simon	Retirada de Requerimento da Ordem do Dia	Deferido
114	24-04-80	Jorge Kalume	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
115	25-04-80	Humberto Lucena	Convocação de Autoridade	Aprovado
116	28-04-80	Gastão Müller	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
117	30-04-80	Itamar Franco	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Atendido
118	30-04-80	Henrique Santillo	Urgência	Aprovado
119	30-04-80	Bernardino Viana	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
120	30-04-80	Franco Montoro	Reexame de Comissão	Aprovado
121	30-04-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Prejudicado
122	30-04-80	Adalberto Sena	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
123	05-05-80	Nilo Coelho	Homenagem de Pesar	Aprovado
124	05-05-80	Bernardino Viana	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
125	06-05-80	Aloysio Chaves	Tramitação de Projeto em Conjunto	Aprovado
126	06-05-80	Bernardino Viana	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
127	06-05-80	Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
128	06-05-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
129	06-05-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
130	07-05-80	Humberto Lucena	Urgência	Rejeitado
131	07-05-80	Humberto Lucena	Voto de Pesar	Aprovado
132	07-05-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
133	07-05-80	Passos Pôrto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
134	07-05-80	Passos Pôrto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
135	08-05-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
136	08-05-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
137	08-05-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
138	08-05-80	Cunha Lima	Voto de Pesar	Aprovado
139	08-05-80	Bernardino Viana	Adiamento da Discussão	Aprovado
140	08-05-80	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
141	08-05-80	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
142	08-05-80	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
143	13-05-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
144	13-05-80	Do Líder do PMDB	Urgência	Rejeitado
145	13-05-80	Humberto Lucena	Transcrição nos Anais	Aprovado
146	14-05-80	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Aprovado
147	14-05-80	Lourival Baptista	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
148	14-05-80	Lourival Baptista	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
149	15-05-80	Aderbal Jurema	Dispensa de Interstício	Aprovado
150	15-05-80	Nilo Coelho	Dispensa de Interstício	Aprovado
151	15-05-80	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
152	15-05-80	Franco Montoro	Adiamento da Votação	Aprovado
153	15-05-80	Franco Montoro	Adiamento da Votação	Aprovado
154	15-05-80	Franco Montoro	Adiamento da Votação	Aprovado
155	15-05-80	Franco Montoro	Adiamento da Votação	Aprovado
156	15-05-80	Raimundo Parente	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
157	15-05-80	Nilo Coelho	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
158	15-05-80	Mauro Benevides	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
159	16-05-80	Dos Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
160	19-05-80	Humberto Lucena	Preferência para votação de Substitutivo	Rejeitado
161	20-05-80	Nelson Carneiro	Adiamento da Votação	Aprovado
162	21-05-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
163	21-05-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
164	21-05-80	Itamar Franco	Tramitação de Projeto em Conjunto	Rejeitado
165	21-05-80	Jarbas Passarinho	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
166	22-05-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
167	22-05-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
168	22-05-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
169	22-05-80	Franco Montoro	Reexame de Comissão	Aprovado
170	22-05-80	Bernardino Viana	Dispensa de Interstício	Aprovado
171	23-05-80	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Rejeitado
172	26-05-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
173	26-05-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
174	26-05-80	Itamar Franco	Retirada de Requerimento	Deferido
175	26-05-80	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
176	27-05-80	Dos Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
177	27-05-80	Amaral Furlan	Voto de Congratulações	Em Tramitação
178	28-05-80	Gilvan Rocha	Transcrição nos Anais	Aprovado
179	28-05-80	Dos Líderes do PDS e PMDB	Adiamento da Discussão	Aprovado
180	28-05-80	Bernardino Viana	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
181	28-05-80	Jarbas Passarinho	Preferência para votação de Substitutivo	Aprovado
182	28-05-80	Jorge Kalume	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
183	29-05-80	Dos Líderes do PP, PT e PMDB	Urgência	Aprovado
184	29-05-80	Mauro Benevides	Adiamento da Discussão	Aprovado
185	29-05-80	Raimundo Parente	Retirada de Projeto	Aprovado
186	03-06-80	Helvidio Nunes	Autorização para se ausentar do País	Aprovado
187	03-06-80	Dirceu Cardoso	Informações de cunho Administrativo	Deferido
188	03-06-80	Jarbas Passarinho	Adiamento da Discussão	Aprovado
189	03-06-80	Jarbas Passarinho	Adiamento da Discussão	Aprovado
190	03-06-80	Jarbas Passarinho	Adiamento da Discussão	Aprovado
191	03-03-80	Evelásio Vieira	Adiamento da Discussão	Aprovado
192	04-06-80	Bernardino Viana	Não Realização de Sessão	Aprovado
193	04-06-80	Jarbas Passarinho	Dispensa de Interstício	Aprovado
194	04-06-80	Jarbas Passarinho	Dispensa de Interstício	Aprovado
195	04-06-80	Jarbas Passarinho	Dispensa de Interstício	Aprovado
196	04-06-80	Passos Pôrto	Votação em globo de Substitutivo	Aprovado
197	04-06-80	Franco Montoro	Adiamento da Discussão	Aprovado
198	04-06-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
199	04-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
200	04-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
201	04-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
202	04-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
203	04-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
204	10-06-80	Amaral Peixoto	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
205	10-06-80	Dirceu Cardoso	Homenagem de Pesar	Aprovado
206	10-06-80	Itamar Franco	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Em Tramitação
207	11-06-80	Aloysio Chaves	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
208	11-06-80	Hugo Ramos	Adiamento da Votação	Rejeitado
209	11-06-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Retirado
210	11-06-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Aprovado
211	11-06-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Prejudicado
212	11-06-80	Moacyr Dalla	Adiamento da Discussão	Aprovado
213	12-06-80	Itamar Franco	Informações	Deferido
214	12-06-80	Itamar Franco	Informações	Deferido
215	12-06-80	Itamar Franco	Informações	Deferido
216	12-06-80	Itamar Franco	Informações	Deferido
217	12-06-80	Itamar Franco	Informações	Deferido
218	12-06-80	Itamar Franco	Informações	Deferido
219	12-06-80	Itamar Franco	Informações	Deferido
220	12-06-80	Itamar Franco	Informações	Deferido
221	12-06-80	Itamar Franco	Informações	Deferido
222	12-06-80	Itamar Franco	Informações	Deferido
223	12-06-80	Orestes Quércia	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Aprovado
224	12-06-80	Dirceu Cardoso	Informações de cunho administrativo	Deferido
225	12-06-80	Henrique de La Rocque	Prorrogação de prazo para a Comissão Especial do Júri Popular	Aprovado
226	16-06-80	Paulo Brossard	Destinação de Expediente	Aprovado
227	16-06-80	Gabriel Hermes	Adiamento da Discussão	Aprovado
228	17-06-80	Itamar Franco	Convocação de Autoridade	Indeferido
229	17-06-80	Marcos Freire	Destinação de Expediente	Aprovado
230	17-06-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Rejeitado
231	17-06-80	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
232	18-06-80	Leite Chaves	Solicitações de cunho Administrativo	Deferido
233	18-06-80	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Aprovado
234	18-06-80	Hugo Ramos	Transcrição nos Anais	Aprovado
235	18-06-80	Milton Cabral	Convocação de Autoridade	Retirado
236	18-06-80	Hugo Ramos	Voto de Congratulações	Rejeitado
237	19-06-80	Affonso Camargo	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
238	19-06-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Retirado
239	19-06-80	Dirceu Cardoso	Retirada de Requerimento	Deferido
240	19-06-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Rejeitado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
241	19-06-80	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
242	19-06-80	Henrique de La Rocque	Dispensa de Interstício	Aprovado
243	20-06-80	Lomanto Júnior	Transcrição nos Anais	Aprovado
244	20-06-80	Aloysio Chaves	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
245	20-06-80	Aloysio Chaves	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
246	20-06-80	Aloysio Chaves	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
247	23-06-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
248	23-06-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Aprovado
249	23-06-80	Gabriel Hermes	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
250	23-06-80	Gabriel Hermes	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
251	23-06-80	Lourival Baptista	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
252	23-06-80	Lourival Baptista	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
253	23-06-80	José Lins	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
254	23-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
255	23-06-80	Lourival Baptista	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
256	23-06-80	Almir Pinto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
257	23-06-80	Lourival Baptista	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
258	23-06-80	Mauro Benevides	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
259	23-06-80	Lourival Baptista	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
260	23-06-80	Nilo Coelho	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
261	24-06-80	Paulo Brossard	Destinação de Expediente	Aprovado
262	24-06-80	Orestes Quércia	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
263	24-06-80	Saldanha Derzi	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
264	25-06-80	Itamar Franco	Informações	Deferido
265	25-06-80	Mendes Canale	Transcrição nos Anais	Aprovado
266	25-06-80	Jarbas Passarinho	Não Realização de Sessão	Aprovado
267	25-06-80	Jorge Kalume	Dispensa de Interstício	Aprovado
268	25-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
269	25-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
270	25-06-80	Saldanha Darzi	Dispensa de Publicação da Redação Final	Aprovado
271	25-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
272	25-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
273	26-06-80	Henrique de La Rocque	Solicitando criação de uma Comissão Especial	Aprovado
274	26-06-80	Jarbas Passarinho	Dispensa de Interstício	Aprovado
275	26-06-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Retirado
276	26-06-80	Franco Montoro	Adiamento da Discussão	Aprovado
277	26-06-80	Nelson Carneiro	Reexame de Comissão	Aprovado
278	26-06-80	Bernardino Viana	Retirada de Requerimento	Aprovado
279	26-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
280	26-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
281	26-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
282	26-06-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
283	26-06-80	Dos Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
284	26-06-80	Jorge Kalume	Dispensa de Interstício	Aprovado
285	26-06-80	Aloysio Chaves	Dispensa de Interstício	Aprovado
286	26-06-80	Dos Líderes do PDS, PMDB e PP	Urgência	Aprovado
287	26-06-80	Jorge Kalume	Dispensa de Interstício	Aprovado
288	26-06-80	Jorge Kalume	Dispensa de Interstício	Aprovado
289	26-06-80	Moacyr Dalla	Dispensa de Interstício	Aprovado
290	26-06-80	Moacyr Dalla	Dispensa de Interstício	Aprovado
291	26-06-80	Moacyr Dalla	Dispensa de Interstício	Aprovado
292	26-06-80	Moacyr Dalla	Dispensa de Interstício	Aprovado
293	26-06-80	Jorge Kalume	Dispensa de Interstício	Aprovado
294	26-06-80	Jorge Kalume	Dispensa de Interstício	Aprovado
295	26-06-80	Jorge Kalume	Dispensa de Interstício	Aprovado
296	26-06-80	Aloysio Chaves	Destaque para Rejeição	Aprovado
297	27-06-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Prejudicado
298	27-06-80	Jutahy Magalhães	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
299	27-06-80	Bernardino Viana	Adiamento de Discussão	Aprovado
300	27-06-80	Raimundo Parente	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
301	27-06-80	José Lins	Urgência	Aprovado
302	27-06-80	Dos Líderes do PDS, PP, PT e PMDB	Urgência	Prejudicado
303	27-06-80	Jutahy Magalhães	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
304	1º-08-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
305	1º-08-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
306	1º-08-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
307	1º-08-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
308	1º-08-80	Benedito Ferreira	Prorrogação de licença para tratamento de saúde	Aprovado
309	04-08-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
310	04-08-80	Bernardino Viana	Retirada de Projeto	Aprovado
311	04-08-80	Franco Montoro	Transcrição nos Anais	Em Tramitação
312	06-08-80	Lenoir Vargas	Tramitação Conjunta	Aprovado
313	08-08-80	Jessé Freire	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
314	08-08-80	Dirceu Cardoso	Solicitando relatório dos trabalhos legislativos do Senado no 1º semestre do corrente ano	Deferido
315	08-08-80	Jarbas Passarinho	Adiamento da Discussão	Prejudicado
316	11-08-80	Arnon de Mello	Prorrogação de licença para tratamento de saúde	Aprovado
317	12-08-80	Humberto Lucena	Retirada de Projeto	Aprovado
318	13-08-80	Itamar Franco	Adiamento da Votação	Aprovado
319	13-08-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
320	13-08-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da redação Final	Aprovado
321	13-08-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da redação Final	Aprovado
322	13-08-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da redação Final	Aprovado
323	13-08-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da redação Final	Aprovado
324	13-08-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da redação Final	Aprovado
325	13-08-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da redação Final	Aprovado
326	13-08-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da redação Final	Aprovado
327	13-08-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da redação Final	Aprovado
328	14-08-80	Luiz Viana	Homenagem de Pesar	Aprovado
329	14-08-80	Franco Montoro	Adiamento da Discussão	Aprovado
330	14-08-80	Affonso Camargo	Adiamento da Discussão	Aprovado
331	14-08-80	Bernardino Viana	Solicitando seja a matéria submetida a voto	Aprovado
332	14-08-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
333	15-08-80	Pedro Simon	Sessão Especial do Senado	Aprovado
334	15-08-80	José Richa	Autorização para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
335	15-08-80	Gabriel Hermes	Adiamento da Discussão	Aprovado
336	21-08-80	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Aprovado
337	21-08-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
338	21-08-80	Gabriel Hermes	Dedicação de Expediente	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
339	22-08-80	Bernardino Viana	Preferência para votação de Substitutivo	Aprovado
340	22-08-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
341	25-08-80	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Aprovado
342	25-08-80	Franco Montoro	Transcrição nos Anais	Aprovado
343	25-08-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
344	25-08-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
345	25-08-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
346	25-08-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
347	25-08-80	Nilo Coelho	Prorrogação de prazo da comissão Especial	Aprovado
348	25-08-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
349	26-08-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
350	26-08-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
351	26-08-80	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Aprovado
352	27-08-80	Jarbas Passarinho	Adiamento da Votação	Aprovado
353	27-08-80	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
354	27-08-80	Orestes Quércia	Adiamento da Discussão	Aprovado
355	28-08-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
356	28-08-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
357	1º-09-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
358	1º-09-80	Almir Pinto	Transcrição nos Anais	Aprovado
359	1º-09-80	Raimundo Parente	Prorrogação de Prazo para CPI	Aprovado
360	02-09-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
361	04-09-80	Líderes do PDS, PMDB e PP	Urgência	Aprovado
362	04-09-80	Saldanha Derzi	Adiamento da Votação	Aprovado
363	04-09-80	Moacyr Dalla	Adiamento da Discussão	Aprovado
364	04-08-80	Lázaro Barboza	Adiamento da Discussão	Aprovado
365	05-09-80	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Aprovado
366	08-09-80	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Aprovado
367	08-09-80	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Aprovado
368	08-09-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
369	09-09-80	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Aprovado
370	09-09-80	Leite Chaves	Urgência	Aprovado
371	09-09-80	Alexandre Costa	Adiamento da Discussão	Aprovado
372	10-09-80	Paulo Brossard	Prorrogação por 60 dias do prazo concedido a Comissão Especial, do Júri Popular	Aprovado
373	10-09-80	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
374	10-09-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
375	10-09-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
376	10-09-80	Franco Montoro	Transcrição nos Anais	Aprovado
377	10-09-80	Saldanha Derzi	Dispensa de Interstício	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
378	10-09-80	Saldanha Derzi	Dispensa de Interstício	Aprovado
379	10-09-80	Saldanha Derzi	Dispensa de Interstício	Aprovado
380	11-09-80	Moacyr Dalla	Dispensa de Interstício	Aprovado
381	11-09-80	Moacyr Dalla	Dispensa de Interstício	Aprovado
382	11-09-80	Lomanto Júnior	Dispensa de Interstício	Aprovado
383	11-09-80	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
384	11-09-80	Jarbas Passarinho	Adiamento da Discussão	Aprovado
385	11-09-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
386	12-09-80	Moacyr Dalla	Transcrição nos Anais	Aprovado
387	16-09-80	Aloysio Chaves	Extinção da Urgência	Aprovado
388	16-09-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação para reexame da Comissão de Cons. e Justiça	Rejeitado
389	18-09-80	Líder do PMDB	Urgência	Retirado
390	18-09-80	Passos Pôrto	Prorrogação de prazo para CPI	Aprovado
391	18-09-80	Gilvan Rocha	Tramitação Conjunta	Aprovado
392	18-09-80	Evelásio Vieira	Autorização do Senado para Cumprir Missão do Executivo junto à ONU	Aprovado
393	18-09-80	Murilo Badaró	Autorização do Senado para Cumprir Missão do Executivo junto à ONU	Aprovado
394	18-09-80	Dirceu Cardoso	Destinação de Expediente	Aprovado
395	19-09-80	Saldanha Derzi	Inversão de matéria da Ordem do Dia	Aprovado
396	22-09-80	Luiz Fernando Freire	Inserção em Ata de um Voto de congratulações	Aprovado
397	23-09-80	Lomanto Júnior	Dispensa de publicação de Redação final	Prejudicado
398	24-09-80	Luiz Fernando Freire	Transcrição nos Anais	Aprovado
399	24-09-80	Líder do PMDB	Urgência	Aprovado
400	24-09-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Rejeitado
401	24-09-80	Bernardino Viana	Adiamento da Discussão	Aprovado
402	24-09-80	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
403	25-09-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Aprovado
404	25-09-80	Líder do PMDB	Retirada de Requerimento	Deferido
405	25-09-80	Lázaro Barboza	Adiamento da Votação para reexame da Comissão de Const. e Justiça	Aprovado
406	25-09-80	Itamar Franco	Adiamento da Votação para reexame da Comissão de Const. e Justiça e de Finanças.	Aprovado
407	26-09-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
408	26-09-80	Franco Montoro	Diversos	Deferido
409	26-09-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
410	29-09-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Rejeitado
411	29-09-80	Dirceu Cardoso	Informações Diversas	Deferido

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
412	30-09-80	Helvídio Nunes	Tramitação Conjunta	Aprovado
413	30-09-80	Mauro Benevides	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
414	30-09-80	Bernardino Viana	Adiamento da Discussão	Aprovado
415	1º-10-80	Lázaro Barboza	Convocação de Autoridade	Aprovado
416	1º-10-80	Bernardino Viana	Adiamento da Discussão	Aprovado
417	02-10-80	Bernardino Viana	Transcrição nos Anais	Aprovado
418	02-10-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Aprovado
419	02-10-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
420	06-10-80	Jessé Freire	Prorrogação de licença para tratamento de saúde	Aprovado
421	06-10-80	Eunice Michiles	Transcrição nos Anais	Aprovado
422	08-10-80	Bernardino Viana	Inversão de matéria da Ordem do Dia	Aprovado
423	08-10-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Aprovado
424	08-10-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão para re-exame da Comissão de Const. e Justiça	Rejeitado
425	09-10-80	Franco Montoro	Retirada de Projeto	Aprovado
426	09-10-80	Bernardino Viana	Transcrição nos Anais	Aprovado
427	09-10-80	Nelson Carneiro	Inversão de matéria da Ordem do Dia	Aprovado
428	13-10-80	Luiz Viana	Inserção em Ata de voto de profundo pesar	Aprovado
429	14-10-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
430	14-10-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
431	14-10-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
432	14-10-80	Jorge Kalume	Destinação de Expediente	Aprovado
433	14-10-80	Dos Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Prejudicado
434	15-10-80	Passos Pôrto	Transcrição nos Anais	Aprovado
435	15-10-80	Do Líder do PMDB	Urgência	Aprovado
436	15-10-80	Eunice Michiles	Dispensa de Interstício	Prejudicado
437	16-10-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
438	16-10-80	Nelson Carneiro	Retirada de Requerimento	Deferido
439	16-10-80	Dinarte Mariz	Sessão Especial	Aprovado
440	16-10-80	Dos Líderes do PDS, e PMDB e PP	Urgência	Prejudicado
441	16-10-80	Henrique Santillo	Adiamento da Discussão	Prejudicado
442	21-10-80	Dos Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Prejudicado
443	22-10-80	Jorge Kalume	Transcrição nos Anais	Aprovado
444	22-10-80	Bernardino Viana	Não Realização de Sessão e nem Expediente	Aprovado
445	22-10-80	Aloysio Chaves	Inversão de matéria da Ordem do Dia	Aprovado
446	22-10-80	Henrique Santillo	Adiamento da Discussão	Prejudicado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
447	22-10-80	Jorge Kalume	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
448	22-10-80	Orestes Quércia	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
449	22-10-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
450	22-10-80	Jorge Kalume	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
451	22-10-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
452	22-10-80	Orestes Quércia	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
453	22-10-80	Lomanto Júnior	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
454	22-10-80	Orestes Quércia	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
455	22-10-80	Nilo Coelho	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
456	22-10-80	Lomanto Júnior	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
457	22-10-80	Nilo Coelho	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
458	22-10-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
459	22-10-80	Orestes Quércia	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
460	22-10-80	Orestes Quércia	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
461	22-10-80	Orestes Quércia	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
462	22-10-80	Jorge Kalume	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
463	22-10-80	Lourival Baptista	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
464	22-10-80	Jorge Kalume	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
465	22-10-80	Nilo Coelho	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
466	22-10-80	Nilo Coelho	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
467	22-10-80	Nilo Coelho	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
468	22-10-80	Aloysio Chaves	Urgência	Aprovado
469	23-10-80	Alberto Silva	Urgência	Aprovado
470	23-10-80	Lomanto Júnior	Licença do Senado para cumprir missão do Executivo junto à ONU	Deferido
471	23-10-80	Passos Pôrto	Adiamento da Discussão para re-exame da Comissão de Const. e Justiça	Aprovado
472	23-10-80	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
473	23-10-80	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
474	23-10-80	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
475	23-10-80	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
476	23-10-80	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
477	23-10-80	Nilo Coelho	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
478	23-10-80	Nilo Coelho	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
479	23-10-80	Orestes Quéricia	Prorrogação de prazo da CPI da Violência Urbana por 120 dias	Deferido
480	23-10-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
481	24-10-80	Dos Líderes do PDS, PP e PMDB	Urgência	Prejudicado
482	27-10-80	Agenor Maria	Autorização do Senado para aceitar missão do Executivo	Aprovado
483	27-10-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em Tramitação
484	30-10-80	Humberto Lucena	Informações	Deferido
485	30-10-80	Humberto Lucena	Informações	Deferido
486	30-10-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
487	30-10-80	José Lins	Inversão de matéria da Ordem do Dia	Aprovado
488	30-10-80	Lenoir Vargas	Dispensa de Interstício	Aprovado
489	30-10-80	Lenoir Vargas	Dispensa de Interstício	Aprovado
490	31-10-80	Aloysio Chaves	Dispensa de Interstício	Aprovado
491	31-10-80	Aloysio Chaves	Inversão de matéria da Ordem do Dia	Aprovado
492	03-11-80	Humberto Lucena	Informações junto ao Ministério das Relações Exteriores	Deferido
493	03-11-80	Humberto Lucena	Informações junto ao Ministério do Interior	Deferido
494	04-11-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em Tramitação
495	04-11-80	Paulo Brossard	Prorrogação de prazo da CPI do Júri Popular por 80 dias	Aprovado
496	04-11-80	Bernardino Viana	Inversão de matéria da Ordem do Dia	Prejudicado
497	05-11-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
498	05-11-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
499	05-11-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
500	05-11-80	Aloysio Chaves, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.	Urgência	Aprovado
501	06-11-80	Aloysio Chaves	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
502	06-11-80	José Richa	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
503	06-11-80	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
504	06-11-80	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
505	06-11-80	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
506	06-11-80	Nilo Coelho	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
507	06-11-80	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
508	06-11-80	Aloysio Chaves	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
509	06-11-80	Aloysio Chaves	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
510	06-11-80	Aloysio Chaves	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
511	06-11-80	Nelson Carneiro	Retirada de Projeto	Aprovado
512	06-11-80	Lenoir Vargas	Tramitação Conjunta	Aprovado
513	06-11-80	Milton Cabral	Retirada de Requerimento	Deferido
514	06-11-80	Tancredo Neves	Transcrição nos Anais	Em Tramitação
515	06-11-80	Henrique Santillo	Adiamento da Votação	Aprovado
516	10-11-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
517	10-11-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
518	10-11-80	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
519	12-11-80	Jarbas Passarinho	Autorização do Senado para cumprir missão do Executivo junto à ONU	Aprovado
520	12-11-80	Humberto Lucena	Autorização do Senado para cumprir missão do Executivo junto à ONU	Aprovado
521	12-11-80	Nilo Coelho	Autorização do Senado para cumprir missão do Executivo junto à ONU	Aprovado
522	12-11-80	Milton Cabral	Licença por 120 dias, para tratar de assuntos particulares	Aprovado
523	12-11-80	Helvídio Nunes	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
524	12-11-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Aprovado
525	12-11-80	Dos Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
526	12-11-80	Moacyr Dalla	Adiamento da Votação	Aprovado
527	12-11-80	Bernardino Viana	Adiamento da Discussão	Retirado
528	12-11-80	Jarbas Passarinho	Retirada de Requerimento	Deferido
529	13-11-80	Nelson Carneiro	Retirada de Projeto	Em Tramitação
530	13-11-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em Tramitação
531	13-11-80	Dos Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
532	13-11-80	Gilvan Rocha	Urgência	Retirado
533	13-11-80	Tancredo Neves	Prorrogação do Prazo por 120 dias, da CPI que investiga o mercado financeiro	Aprovado
534	14-11-80	Moacyr Dalla	Adiamento da Discussão	Aprovado
535	19-11-80	Dos Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Prejudicado
536	20-11-80	Do Líder do PMDB	Urgência	Rejeitado
537	20-11-80	Gilvan Rocha	Urgência	Retirado
538	20-11-80	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
539	21-11-80	José Richa	Urgência	Rejeitado
540	21-11-80	José Richa	Urgência	Rejeitado
541	21-11-80	José Richa	Urgência	Rejeitado
542	21-11-80	Bernardino Viana	Inversão de matéria da Ordem do Dia	Aprovado
543	21-11-80	Dirceu Cardoso	Inversão de matéria da Ordem de Dia	Aprovado
544	21-11-80	Dos Líderes do PDS	Retirada de Requerimento	Deferido
545	21-11-80	Dos Líderes do PDS	Retirada de Requerimento	Deferido
546	24-11-80	Dirceu Cardoso	Transcrição nos Anais	Em Tramitação
547	24-11-80	Bernardino Viana	Transcrição nos Anais	Em Tramitação
548	24-11-80	Dirceu Cardoso	Solicitações Diversas	Atendido
549	24-11-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Aprovado
550	24-11-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Rejeitado
551	24-11-80	Alexandre Costa	Adiamento da Discussão	Retirado
552	25-11-80	Leite Chaves	Inormações Diversas	Deferido
553	25-11-80	Gastão Müller	Inversão de matéria da Ordem do Dia	Rejeitado
554	25-11-80	Luiz Cavalcante	Destaque para rejeição do art. 2º do PLC nº 069/80	Aprovado
555	25-11-80	Alexandre Costa	Retirada de Requerimento	Deferido
556	26-11-80	João Calmon	Transcrição nos Anais	Em Tramitação
557	26-11-80	Helvídio Nunes	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
558	26-11-80	Helvídio Nunes	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
559	26-11-80	Bernardino Viana	Inversão de matéria da Ordem do Dia	Aprovado
560	26-11-80	Bernardino Viana	Inversão de matéria da Ordem do Dia	Aprovado
561	26-11-80	Bernardino Viana	Votação em globo do Substitutivo da Câmara ao PLS nº 130/73	Aprovado
562	27-11-80	Dirceu Cardoso	Dispensa de Interstício	Aprovado
563	27-11-80	Tancredo Neves	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
564	27-11-80	Franco Montoro	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
565	27-11-80	Vicente Vuolo	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
566	27-11-80	Leite Chaves	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
567	27-11-80	Dos Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Prejudicado
568	27-11-80	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão para re-exame da Comissão de Finanças	Retirado
569	27-11-80	Dos Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
570	28-11-80	Lourival Baptista	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
571	1º-12-80	Dos Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
572	1º-12-80	Moacyr Dalla	Dispensa de Interstício	Aprovado
573	1º-12-80	Moacyr Dalla	Adiamento da Discussão	Aprovado
574	1º-12-80	Moacyr Dalla	Adiamento da Discussão	Aprovado
575	1º-12-80	Moacyr Dalla	Adiamento da Discussão	Aprovado
576	1º-12-80	Moacyr Dalla	Adiamento da Discussão	Aprovado
577	1º-12-80	Moacyr Dalla	Adiamento da Discussão	Aprovado
578	1º-12-80	Moacyr Dalla	Adiamento da Discussão	Aprovado
579	1º-12-80	Dirceu Cardoso	Retirada de Requerimento	Deferido
580	1º-12-80	Moacyr Dalla	Adiamento da Discussão	Aprovado
581	1º-12-80	Almir Pinto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
582	02-12-80	Orestes Quércia	Dispensa de Interstício	Aprovado
583	02-12-80	Almir Pinto	Dispensa de Interstício	Aprovado
584	02-12-80	Dos Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Prejudicado
585	02-12-80	Moacyr Dalla	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
586	03-12-80	Jorge Kalume	Dispensa de Interstício	Aprovado
587	03-12-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
588	03-12-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
589	03-12-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
590	03-12-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
591	03-12-80	José Lins	Dispensa da publicação da Redação Final	Aprovado
592	03-12-80	Dos Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Prejudicado
593	03-12-80	Dos Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Prejudicado
594	03-12-80	José Lins	Dispensa de Interstício	Prejudicado
595	03-12-80	Dos Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
596	03-12-80	Dos Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
597	04-12-80	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
598	04-12-80	Gabriel Hermes	Dispensa de Interstício	Aprovado
599	04-12-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Prejudicado
600	04-12-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Prejudicado
601	04-12-80	Cunha Lima	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
602	04-12-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Aprovado
603	04-12-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Aprovado
604	04-12-80	Bernardino Viana	Dispensa de Interstício	Aprovado
605	04-12-80	Bernardino Viana	Dispensa de Interstício	Aprovado
606	04-12-80	Bernardino Viana	Dispensa de Interstício	Aprovado
607	04-12-80	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
608	04-12-80	Affonso Camargo	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
609	04-12-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Aprovado
610	04-12-80	Jarbas Passarinho	Urgência	Aprovado
611	04-12-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
612	04-12-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
613	04-12-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
614	04-12-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
615	04-12-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
616	04-12-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
617	04-12-80	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
618	04-12-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
619	04-12-80	Almir Pinto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
620	04-12-80	Almir Pinto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
621	04-12-80	Almir Pinto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
622	04-12-80	Almir Pinto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
623	04-12-80	Passos Pôrto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
624	04-12-80	Passos Pôrto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
625	04-12-80	Passos Pôrto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
626	04-12-80	Passos Pôrto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
627	04-12-80	Passos Pôrto	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
628	04-12-80	José Lins	Dispensa de publicação da Redação Final	Aprovado
629	04-12-80	Benedito Ferreira	Urgência	Prejudicado

c) SÚMULA

Adiamento de Discussão	080
Adiamento para Diligência	001
Adiamento de Votação	028
Autorização para aceitar missão do Executivo	009
Comissão Especial Interna	001
Constituição de Comissão Especial	003
Convocação de Autoridade	008
Desarquivamento de Projeto	031
Destaque para Rejeição	002
Destinação de Expediente	007
Diversos	001
Dispensa de Interstício	047
Dispensa de Publicação da Redação Final	141
Extinção da Urgência	001
Homenagem de Pesar	008
Inclusão de Matéria em Ordem do Dia	004
Informações	021
Inversão da Ordem do Dia	029
Licença para se Afastar dos Trabalhos	001
Licença para Tratamento de Saúde	006
Não Realização de Sessão	004
Preferência para Votação de Substitutivo	003
Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde	003
Prorrogação de Prazo para Comissão Especial	003
Prorrogação de Prazo para CPI	007
Reexame de Comissão	009
Retirada de Projeto	015
Retirada de Projeto da Ordem do Dia	001
Retirada de Requerimento	014
Sessão Especial do Senado	005
Solicitações Diversas	007
Tramitação de Projeto em conjunto	024
Transcrição nos Anais	067
Urgência	063
Votação em Globo	002
Voto de Aplauso	001
Voto de Congratulações	003
Voto de Pesar	005
Total	629

D.5.7 — PARECERES

De acordo com o disposto no art. 234, IV, combinado com o art. 251 do Regimento Interno, constituem proposições os pareceres que devam ser discutidos e votados pelo Plenário, quando não concluírem pela apresentação de projeto, requerimento ou emenda.

Nos termos desses dispositivos regimentais, foram apresentados os seguintes pareceres:

Nº	Comissão	Conclusão	Matéria	Resultado
1165/79	Const. e Justiça	Pelo indeferimento	Recurso s/nº/79, interposto pelo Senador Itamar Franco, da decisão do Presidente do Senado Federal, negando seguimento ao Requerimento de Informações, de sua autoria, ao Poder Executivo, referente a quotas do PIS, investimentos da CVRD, dívida externa brasileira, empréstimos externos obtidos pela Light e participação da SIDERBRAS no Projeto Mendes Júnior.	Aprovado
1166/79	Const. e Justiça	Pelo indeferimento	Recurso s/nº/79, interposto pelo Senador Itamar Franco, da decisão do Presidente do Senado Federal, negando seguimento ao Requerimento de Informações de sua autoria, ao Poder Executivo, sobre o processo iniciado pela representação de Lynaldo Uchoa de Medeiros contra ex-Diretores do Banco Central do Brasil e sobre contrato celebrado entre Aço Minas Gerais S/A e a firma American Medical Internacional.	Prejudicado
1167/79	Const. e Justiça	Pelo indeferimento	Recurso s/nº/79 interposto pelo Senador Itamar Franco, da decisão do Presidente do Senado Federal, negando seguimento ao Requerimento de Informações de sua autoria, ao Poder Executivo, sobre as características das agências do Banco do Brasil S/A no exterior.	Prejudicado

Nº	Comissão	Assunto	Resultado
392/80	Economia	Conclui pelo arquivamento da Mensagem Presidencial nº 159/79 (nº 307/79, na origem submetendo a deliberação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Uberaba — MG, a elevar em Cr\$ 241.851.900,00 (duzentos e quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil e novecentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Aprovado
616/80	Const. e Justiça	Conclui, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Hugo Ramos, pelo não provimento do recurso interposto pelo Senador Itamar Franco, de decisão da Presidência sobre questão de ordem levantada a propósito do indeferimento do Requerimento nº 228, de 1980, de autoria daquele Senador, que solicitava a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Comissão de Relações Exteriores do Senado.	Aprovado

D.5.8. — ESCOLHA DE AUTORIDADES

Em 20 casos teve o Senado ensejo de se manifestar sobre nomes escolhidos pelo Presidente da República para cargos cujo provimento depende da prévia aquiescência desta Casa.

Os nomes foram submetidos ao Senado Através das seguintes Mensagens:

Mensagem nº SF	Origem	Nome	Cargo
191/80	332/80	Renato Bayma Denis	Embaixador do Brasil junto à República do Senegal, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Gâmbia.
238/80	448/80	Pedro Pedrossian	Doutor, para exercer o cargo de Governador do Estado de Mato Grosso do Sul.
239/80	450/80	Ayrton Gonzales Gil Diegues	Embaixador do Brasil junto à República do Zaire, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular do Congo.
305/80	533/80	Amaury Bier	Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, para, cumulativamente exercer a função de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.
306/80	537/80	Amaury Bier	Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, para, cumulativamente exercer a função de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.
080/80	146/80	Celso Diniz	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo do Sultanato Oman.
132/80	223/80	Henrique de La Rocque	Doutor, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro João Baptista Ramos.
136/80	234/80	Ayrton Gonzales Gil Diegues	Embaixador do Brasil junto à República do Zaire, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Burundi.
189/80	325/80	Lindolfo Leopoldo Collor	Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.

Mensagem nº SF	Origem	Nome	Cargo
062/80	109/890	Rodolpho Godoy de Souza Dantas	Embaixador do Brasil junto à República Popular de Angola, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.
065/80	113/80	Leopoldo César de Miranda Lima Filho	Advogado, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Lopo de Carvalho Coelho.
066/80	114/80	Marco Aurélio Prates de Macedo	Advogado, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro João de Lima Teixeira.
079/80	141/80	Antônio de Pádua Ribeiro	Advogado, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, na vaga destinada ao Membro do Ministério Público Federal criada pela Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977.
048/80	074/80	Romildo Bueno de Souza	Doutor, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, na vaga, destinada a magistrados ou membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, decorrente da aposentadoria do Ministro Márcio Ribeiro.
057/80	101/80	Renato Bayma Denys	Embaixador do Brasil junto à República do Senegal, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas da Guiné e Mali.
058/80	102/80	Quintino Symphoroso Deseta	Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.
059/80	103/80	Carlos Sylvestre de Ouro-Preto	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Luxemburgo.
029/80	035/80	Paulo Franssinetti Pinto	Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.
030/80	050/80	Fernando Abbott Galvão	Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.
031/80	060/80	Renato Bayma Denis	Embaixador do Brasil junto à República do Senegal, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.

D.5.9 — RECURSOS INTERPOSTOS AS DECISÕES DA PRESIDENCIA

Requer. nº	Autor	Ementa	Resultado
S/nº/79	Itamar Franco	Solicitando informações ao Poder Executivo acerca das características das agências do Banco do Brasil S.A. no exterior.	Prejudicado ao Arquivo em 16-04-80 (PARECER nº 1.167/79, da CCJ).
S/nº/79	Itamar Franco	Solicitando informações ao Poder Executivo sobre o processo iniciado pela representação de Lynaldo Uchoa de Medeiros contra ex-Diretores do Banco Central do Brasil e sobre contrato celebrado entre Aço Minas Gerais S.A. e a firma American Medical Internacional.	Prejudicado ao Arquivo em 16-04-80 (PARECER nº 1.166/79, da CCJ).
S/nº/79	Itamar Franco	Solicitando informações ao Poder Executivo sobre as quotas do PIS, investimentos da CVRD, dívida externa brasileira, empréstimos externos obtidos pela Ligth e participação da SIDERBRAS no Projeto Mendes Júnior.	Prejudicado ao Arquivo em 16-04-80 (PARECER nº 1.165/79, da CCJ).

E — O SENADO FEDERAL EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

E. 1 — ELEMENTOS DE LIGAÇÃO

Atuaram como elementos de ligação junto ao Senado:

Presidência da República Dr. Adalberto Pereira da Cunha	Ministério da Marinha Comandante Carlos Augusto B. Oliveira
Ministério da Aeronáutica Ten. Cel. Ascendino José Pinheiro Filho	Ministério das Minas e Energia Dr. Hélio Goes Ferreira
Ministério da Agricultura Dr. Ruy de Oliveira Santos	Ministério do Planejamento Dr. Sérgio Augusto Barreto
Ministério das Comunicações Dr. Álvaro Alberto A. Sampaio	Ministério da Previdência e Assistência Social Dr. Luiz Augusto Castro de Macedo
Ministério da Desburocratização Dr. Mariano A. Philigret	Ministério da Saúde Dr. Olympio Cascaes
Ministério da Educação e Cultura Dr. Esaú Afonso de Carvalho	Ministério das Relações Exteriores Min. João Augusto de Médicis
Ministério do Exército Ten. Cel. Nialdo Neves de Oliveira	Ministério do Trabalho Dr. Dário Macedo
Ministério da Fazenda Dr. Jadyr Carvalhedo Magalhães	Ministério dos Transportes Dr. Estevam Augusto Santos Pereira
Ministério da Indústria e do Comércio Dr. Jairo Teixeira	Secretaria de Planejamento Dr. Sérgio Augusto Barreto
Ministério do Interior Dr. Hugo Woloskiz Braga	DASP Dr. Maurílio Max de Araújo Cunha
Ministério da Justiça Dr. Ângelo São Paulo	

E. 2 — JORNALISTAS CREDENCIADOS

O Comitê de Imprensa junto ao Senado Federal funcionou com a seguinte composição:

Jornalistas	Órgãos
Thomas José Coelho de Almeida	A Gazeta
Alfredo Obliziner	Agência de Notícias dos Diários
Tadashi Nakagomi	Associados (ANDA)
Evandro Fonseca Paranaguá	Agência Estado
Silvia Maria de Barros da Fonseca	
Milton Roberto Monteiro Ribeiro	Agência Imprensa Livre Ltda. (Agil Fotojornalismo)
João Emílio Falcão Costa Filho	Agência Folhas de Notícias Ltda.
José Marcondes Sampaio	
José Tarcísio de Saboya Holanda	Agência Jornal do Brasil
José Vanderley Peireira	
Manoel Pompeu Filho	A Província do Pará (Diários Associados)
Francisco das Chagas Leite Filho	Correio Braziliense
Adriano Frota Machado Souto	
Esaú Afonso de Carvalho	Correio do Povo (Cia. Jornalística Caldas Júnior)
Leda Beatriz de Souza Guedes	Estado de Minas
Eduardo Franklin Correia	
Cornélio Souza Lima Franco	
Francisco Estivallet Finamor	Folha da Manhã
Clóvis de Queiroz Sena	Folha da Tarde (Cia. Jornalística Caldas Júnior)
Amália Maranhão Calmon	Folha da Tarde (FSP)
Rubem de Azevedo Lima	Folha de São Paulo
Marcos de Faria	
Antônio Frota Neto	
Haroldo Cerqueira Lima	
Eduardo Martins Neto	
Ruy Lopes	
Walter José Nunes Marques	Gazeta Mercantil
Edison Rodrigues Chaves	
Sérgio Chacon	Jornal da Tarde (ESP)

Jornalistas	Órgãos
Carlos Castello Branco Abdias Silva Luiz Orlando Quinhões Carneiro	Jornal do Brasil
Francisco de Assis Moreira e Silva Francisco Baker Méio Filho	Jornal de Brasília
José Elcias Lustosa da Costa	Jornal O Povo
Rita Maria Francisco Pereira Lira	Jornal Zero Hora
Wanderval Calaça de Mendonça	O Brasil em Notícias
Luiz Alencar Monteiro Manoel Vilela de Magalhães Carlos Chagas José Márcio Almeida de Mendonça Gilnei Bengardini Rampazzo	O Estado de São Paulo
Rita de Cassia Mota Nardelli Luiz Recena Grassi	O Globo
Carmem Lúcia Galesso Coaracy Sérgio Oliveira da Silva	Rádio Cidade
Ary Cícero de Moraes Ribeiro Sérgio Borges	Rádio Eldorado
José Raymundo Lima Martins	Rádio Globo FM
Francisco de Assis Machado da Nóbrega	Rádio Guaíba
Flamarion Mossri Laércio Gonçalves da Silva	Rádio Jornal do Brasil
Emerson Souza	Rádio Nacional de Brasília (RADIOBRÁS)
Sebastião Batista da Silva	Rádio Planalto
Carlos Brasil de Araújo	Rede Bandeirantes Rádio/Televisão
Maria Nilza Pereira da Silva Portocarrero	Rede Capital de Comunicações
Hermílio Oliveira da Conceição Mário Antônio Garófalo	Revista Fatos e Fotos/Gente
José Carlos Lobo Bardawil Rosalba Ribeiro da Matta Machado	Revista Isto É
Haroldo Hollanda	Revista Manchete
Josemar Toscano Dantas	Revista O Espelho
Luiz Cláudio Fontoura da Cunha Antonio Carlos Antunes Scartezini Getúlio Dutra Bittencourt	Revista Veja
José Fábio de Andrade Mendes Ruy Fabiano Baptista Rabello	Revista Visão
Vicente Limongi Neto	Tribuna da Imprensa
Antônio de Pádia Aranha de Araújo	TV Rádio Nacional

IV – ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Será publicada, posteriormente, em suplemento

V – O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO

A — SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 369 sessões conjuntas, sendo 357 para tratar de matéria legislativa e 12 solenes.

As sessões solenes foram as seguintes:

Data	Finalidade
01-03-80	Instalação da 2ª Sessão Legislativa da 46ª Legislatura
27-03-80	Destinada a homenagear a memória do ex-Parlamentar e ex-Vice-Presidente da República Pedro Aleixo.
15-04-80	Destinada a homenagear o escritor Gilberto Freyre, pelo transcurso do seu octogésimo aniversário.
12-06-80	Destinada a homenagear Luís de Camões, pelo transcurso do IV Centenário de seu falecimento.
17-06-80	Destinada a recepcionar o Senhor Luis Cabral, Presidente da República da Guiné-Bissau.
24-06-80	Destinada a homenagear o Padre José de Anchieta, por sua inclusão no hagiológico.
20-08-80	Destinada a recepcionar o Senhor Jorge Rafael Videla, Presidente da Argentina.
09-09-80	Destinada a Promulgação da Emenda Constitucional nº 14, que altera o Título das Disposições Gerais e Transitórias, estabelecendo os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Suplentes até 1983, imprimindo nova redação ao art. 209.
18-11-80	Destinada a comemorar o Sesquicentenário do Congresso Nacional.
19-11-80	Destinada a Promulgação da Emenda Constitucional nº 15, que restabelece o sistema de voto direto nas eleições para Governador de Estado e para Senador da República.
27-11-80	Destinada a Promulgação da Emenda Constitucional nº 16, que altera dispositivos da Constituição Federal.
02-12-80	Destinada a Promulgação da Emenda Constitucional nº 17, que altera os arts. 23, 24 e 25 da Constituição Federal.

B — COMISSÕES MISTAS

B.1 — PARA ESTUDO DE MATÉRIA LEGISLATIVA

Nesta sessão legislativa foram constituídas 223 Comissões Mistas, sendo:

Para exame de Propostas de Emenda à Constituição	62
Para exame de Projetos de Leis	33
Para relatar Vetos Presidenciais	17
Para exame de Decretos-leis	100
Para exame de Propostas de Delegação Legislativa	9

B. 2 — PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

a) CPI SOBRE O CRESCIMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO

Na sessão conjunta realizada às 18:30 horas do dia 12 de maio de 1980, foi lido o Requerimento nº 52, de 1980-CN, tendo como 1º signatário o Sr. Deputado Hugo Mardini, sendo automática a sua instituição, uma vez que o número de seus subscritores atende ao exigido no artigo 21 do Regimento Comum.

A Presidência, de acordo com as disposições regimentais, acolhendo as indicações das Lideranças, designou os seguintes congressistas para integrarem a referida Comissão:

Senadores

Deputados

PDS

Almir Pinto
Lomanto Júnior
José Lins
Jorge Kalume
Eunice Michiles
Bernardino Viana

Bezzera de Melo
Lygia Lessa Bastos
João Alves
Hugo Mardini
Francisco Rollemberg
Siqueira Campos

PMDB

Lázaro Barboza
José Richa
Adalberto Sena

Pimenta da Veiga
Carlos Santos
Luiz Batista

PP

Gilvan Rocha

Borges da Silveira
Ubaldo Dantas

PTB

Leite Chaves

Posteriormente, os Senhores Senadores Adalberto Sena e Lomanto Júnior foram substituídos, respectivamente, pelos Senhores Senadores Jaison Barreto e Passos Porto e a Senhora Deputada Lygia Lessa Bastos pelo Senhor Deputado Ludgero Raulino.

A Comissão não foi instalada.

b) CPI SOBRE A AÇÃO TERRORISTA NO PAIS

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada pelo Requerimento nº 78, de 1980-CN, subscrito pelos Senhores Senador Franco Montoro e Deputado Euclides Scalco, lido e aprovado na sessão conjunta realizada às 18:45 horas de 20 de novembro de 1980.

De acordo com as indicações das Lideranças, a Presidência designou para integrarem a Comissão os Senhores:

Senadores	Deputados
	PDS
Aloysio Chaves	Ítalo Conti
Murilo Badaró	Jorge Arbage
Moacyr Dalla	Raimundo Diniz
	PMDB
Franco Montoro	Euclides Scalco
	PP
Mendes Canale	Péricles Gonçalves

Posteriormente, o Senhor Deputado Jorge Arbage foi substituído pelo Senhor Deputado Erasmo Dias.

Na reunião de instalação da Comissão, ocorrida no dia 4 de dezembro, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Mendes Canale e Aloysio Chaves, cabendo a função de Relator ao Senhor Deputado Ítalo Conti.

C — MATÉRIA LEGISLATIVA

C.1 — PROPOSTAS DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Autor	Ementa	Resultado
34/79	Dep. Cantídio Sampaio	Altera a redação do § 2º do art. 147 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
35/79	Dep. Octávio Torrecilla	Altera a redação do § 2º do art. 147 da Constituição Federal, para o fim de permitir o alistamento eleitoral aos policiais militares.	Prejudicada por decurso de prazo
36/79	Dep. Ruy Codo	Dá nova redação ao art. 15, § 3º, alínea f e § 4º, e altera a redação do § 1º do art. 177 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
37/79	Dep. Edson Lobão	Dá nova redação ao § 2º do art. 13 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
38/79	Dep. Carlos Santos	Acrescenta dispositivo aos arts. 43 e 57 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
39/79	Dep. Carlos Bezerra	Acrescenta § 5º ao art. 168 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
40/79	Dep. Manoel Gonçalves	Acrescenta parágrafo único ao art. 172 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
41/79	Dep. Jayro Maltoni	Assegura aos trabalhadores que o valor dos proventos das aposentadorias e das pensões nunca será inferior ao salário mínimo regional.	Prejudicada por decurso de prazo
42/79	Dep. Airton Sandoval	Restabelece eleições diretas para todos os níveis e dispõe sobre a coincidência de mandatos.	Prejudicada por decurso de prazo
43/79	Sen. Orestes Quêrcia	Restabelece as eleições diretas para Senadores, Governadores e Vice-Governadores de Estado, e Presidente e Vice-Presidentes da República.	Prejudicada por decurso de prazo
44/79	Sen. Franco Montoro	Devolve ao povo direito de eleger diretamente o Presidente da República, os Governadores dos Estados, os Senadores e os Prefeitos.	Prejudicada por decurso de prazo
45/79	Dep. Adhemar de Barros Filho	Altera os arts. 13 e 41 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo

b) DA PRESENTE SESSAO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
01/80	Dep. Airton Sandoval	Acrescenta item XXIII ao art. 81 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
02/80	Sen. Orestes Quércia	Revoga os itens VI do art. 57 e VIII do art. 43, acrescenta item ao art. 44 e artigo ao Título V da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
03/80	Dep. Henrique Turner	Prevê a edição de lei complementar fixadora das normas básicas a serem observadas, pela União, Estados e Municípios, na elaboração das leis.	Prejudicada por decurso de prazo
04/80	Dep. Osvaldo Macedo	Acrescenta mais um parágrafo ao artigo 165 da Constituição Federal fixando valor mínimo para benefícios da previdência social.	Prejudicada por decurso de prazo
05/80	Dep. Hugo Mardini	Dispõe sobre áreas indispensáveis à Segurança Nacional e Municípios do interesse desta, o que somente será feito mediante decreto do Presidente da República, "ad referendum" do Congresso Nacional, em casos de guerra, de estados de sítio ou de emergência, e determina outras providências.	Prejudicada por decurso de prazo
06/80	Dep. Airton Sandoval	Acrescenta dispositivos à Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
07/80	Dep. Jorge Paulo	Acrescenta dispositivo à Constituição Federal, limitando os reajustes de tributos ao percentual correspondente ao aumento do custo de vida.	Prejudicada por decurso de prazo
08/80	Dep. Ralph Biasi	Modifica a redação dos §§ 3º e 4º do art. 51 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
09/80	Dep. Carlos Chiarelli	Altera a redação dos parágrafos 2º e 3º do art. 51 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
10/80	Dep. Wilson Braga	Suprime a letra "d" do parágrafo único do art. 30 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
11/80	Dep. Mario Moreira	Dá nova redação ao inciso VIII do art. 13 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
12/80	Dep. Samir Achôa	Dispõe sobre a aplicação de recursos, pelos Estados e Municípios, em programas de alimentação escolar, acrescentando parágrafo ao art. 13 e alterando a redação da alínea "f" do § 3º do artigo 15 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
13/80	Dep. Adolpho Franco	Revoga o inciso V do art. 46 e o art. 55, seus incisos e parágrafos da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
14/80	Dep. Cristovam Chiaradia	Estende aos Deputados Estaduais as inviolabilidades, pelo exercício do mandato, asseguradas pela Constituição aos Senadores e Deputados Federais.	Prejudicada por decurso de prazo

Nº	Autor	Ementa	Resultado
15/80	Dep. Nilson Gibson	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
16/80	Sen. Affonso Carmargo	Altera os arts. 23 e 24 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
17/80	Sen. Affonso Carmargo	Acrescenta item VI ao § 2º, e dá nova redação ao § 5º do art. 152 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
18/80	Dep. Navarro Vieira Filho	Altera a redação da letra "a" do § 1º do art. 15 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Prejudicada por decurso de prazo
19/80	Dep. Samir Achôa	Altera a redação do § 1º do art. 36 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
20/80	Dep. Wilson Braga	Altera a redação do art. 25 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
21/80	Dep. Francisco Libardoni	Eleva as porcentagens, incidentes sobre o produto da arrecadação dos impostos que menciona, atribuídas aos Municípios.	Prejudicada por decurso de prazo
22/80	Dep. Antonio Russo	Atribui aos Municípios trinta por cento da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias.	Prejudicada por decurso de prazo
23/80	Sen. Lomanto Junior	Altera os arts. 23, 25 e 26 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
24/80	Dep. Caio Pompeu	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
25/80	Sen. Jutahy Magalhães	Altera o art. 25, caput , da Constituição, modificado pela Emenda Constitucional nº 5, de 1975.	Prejudicada por decurso de prazo
26/80	Dep. Airton Sandoval	Acrescenta parágrafo único ao art. 160 da Constituição Federal, dispondo sobre a criação de Conselhos de Defesa do Consumidor.	Prejudicada por decurso de prazo
27/80	Sen. Passos Porto	Dá nova redação ao art. 5º da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
28/80	Dep. Roberto Freire	Dá nova redação ao art. 152 da Constituição Federal, que trata da organização e do funcionamento dos partidos políticos.	Prejudicada por decurso de prazo
29/80	Dep. Genival Tourinho	Suprime o § 3º do art. 152 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
30/80	Dep. Rogério Rego	Altera o art. 152 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
31/80	Dep. Adhemar Ghisi	Extingue o instituto da infidelidade partidária.	Prejudicada por decurso de prazo
32/80	Sen. Jutahy Magalhães	Dispõe sobre as eleições para Prefeitos e Vice-Prefeitos dos Municípios considerados estâncias hidrominerais.	Prejudicada por decurso de prazo
33/80	Dep. Flávio Chaves	Dispõe sobre eleições diretas para Prefeito e Vice-Prefeitos em todos os municípios brasileiros.	Prejudicada por decurso de prazo

* A PEC/33/80 foi apresentada inicialmente pelo Deputado Adhemar Santillo, o qual retirou sua assinatura através do Requerimento nº 26, de 1980.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
34/80	Dep. Eptácio Cafeteira	Dispõe sobre eleições diretas para Prefeito das Capitais, dos Municípios considerados de interesse da Segurança Nacional e das estâncias hidrominerais.	Prejudicada por decurso de prazo
35/80	Sen. Mauro Benevides	Restabelece a eleição direta para Prefeito e Vice-Prefeito das Capitais dos Estados.	Prejudicada por decurso de prazo
36/80	Dep. Lygia Lessa Bastos	Institui, em caráter obrigatório, o ensino pré-escolar, e atualiza a nomenclatura da legislação do ensino, alterando a redação dos itens I a VI do § 3º do art. 176 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
37/80	Dep. Hugo Mardini	Dispõe sobre estabilidade de servidores públicos.	Prejudicada por decurso de prazo
38/80	Sen. Humberto Lucena	Acrescenta art. 211 ao Título V da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
39/80	Sen. Orestes Quércia	Acrescenta artigos ao Título V das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição Federal.	Retirada pelo RQN 64/80.
40/80	Dep. Juarez Furtado	Acrescenta artigo à Constituição, referente à estabilidade de servidores admitidos no Serviço Público antes de 24 de janeiro de 1967.	Prejudicada por decurso de prazo
41/80	Dep. Tarcísio Delgado	Acrescenta art. 211 à Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
42/80	Dep. Iranildo Pereira	Restabelece benefícios fiscais ao Nordeste e à Amazônia.	Prejudicada por decurso de prazo
43/80	Dep. Sergio Murilo	Introduz modificações no Capítulo VII — Do Poder Judiciário; suprime os arts. 94, 95, 96, 111, 203, 204 e 207, e segunda parte do § 4º do art. 153; e acrescenta dispositivos ao Título V — Disposições Gerais e Transitórias da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
44/80	Sen. Humberto Lucena	Altera o § 5º do art. 51 e acrescenta parágrafo ao art. 56 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
45/80	Dep. Benedito Marcílio	Restabelece a norma de votos dos membros do Congresso Nacional, considerados juntamente, para aprovação de Emenda à Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
46/80	Dep. Samir Achôa	Altera a redação do art. 48 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
47/80	Dep. Iturival Nascimento	Introduz modificações no art. 30 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
48/80	Dep. Hélio Duque	Altera a redação do § 35 do art. 153 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
49/80	Dep. Benedito Marcílio	Restaura o pleno direito de greve sem restrição de qualquer natureza.	Prejudicada por decurso de prazo

Nº	Autor	Ementa	Resultado
50/80	Dep. Alexandre Machado	Introduz alterações nos arts. 101, 102 e 165 da Constituição Federal, dispondo sobre a aposentadoria dos professores aos vinte e cinco anos de serviço.	Rejeitada
51/80	Dep. Anísio de Souza	Altera o Título das Disposições Gerais e Transitórias, estendendo os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores até 1982, imprimindo nova redação ao art. 209.	Emenda Constitucional nº 14
52/80	Dep. Henrique Brito	Prorroga mandatos de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.	Prejudicada em virtude da aprovação da emenda número 3, à PEC 51.
53/80	Dep. Pacheco Chaves	Altera a redação do inciso I do art. 15 e suprime o art. 209 da Constituição Federal.	Prejudicada em virtude da aprovação da emenda número 3, à PEC 51.
54/80	Dep. João Faustino	Dispõe sobre a aposentadoria do Professor com 25 anos de serviço no magistério, e determina outras providências.	Prejudicada pela rejeição da PEC/50.
55/80	Dep. Simão Sessim	Modifica dispositivos dos arts. 101, 102 e 165 do texto constitucional, estabelecendo aposentadoria dos professores aos vinte e cinco anos de serviço.	Prejudicada pela rejeição da PEC/50.
56/80	Dep. Junia Marise	Acrescenta parágrafo, sob nº 4º, ao art. 176 da Constituição Federal, estabelecendo a obrigatoriedade de a União aplicar parte de sua receita tributária na área da educação.	Prejudicada por decurso de prazo
57/80	Dep. Celso Peçanha	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação, pela União, de percentual mínimo de sua receita proveniente de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, destinando-se parcela aos Estados e ao Distrito Federal para aplicação no ensino de 2º grau.	Prejudicada por decurso de prazo
58/80	Dep. Hélio Duque	Acrescenta item ao art. 44 da Constituição Federal, relativamente à autorização para empréstimo, aval ou operação de crédito em favor de empresa privada.	Prejudicada por decurso de prazo
59/80	Dep. Djalma Marinho	Altera a redação de dispositivos do Capítulo VI do Título I da Constituição Federal.	Rejeitada
60/80	Dep. Epitácio Cafeteira	Modifica os arts. 29, 30, 32, 35, 47, 48, 51, 55, 57 e 81 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
61/80	Dep. Octacílio Queiroz	Extingue a competência do Presidente da República para baixar decretos-leis.	Prejudicada por decurso de prazo
62/80	Dep. Gomes da Silva	Altera a redação do caput do art. 55 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
63/80	Dep. Maurício Fruet	Altera a redação da alínea "d" do parágrafo único do art. 30 da Constituição Federal, que dispõe sobre os requerimentos de informações.	Prejudicada por decurso de prazo

Nº	Autor	Ementa	Resultado
64/80	Dep. Albérico Cordeiro	Acrescenta inciso ao art. 20 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
65/80	Dep. Walter de Prá	Assegura às polícias civis e militares a percepção de um adicional de risco de vida.	Prejudicada por decurso de prazo
66/80	Dep. Thales Ramalho	Suprime o parágrafo único do art. 154 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
67/80	Dep. Feu Rosa	Dá nova redação ao art. 169 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
68/80	Dep. Walter Silva	Revoga o art. 162 e o parágrafo 2º do art. 166 e altera a redação do inciso XX do art. 165 e do art. 166, da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
69/80	Dep. Manoel Ribeiro	Altera a letra "d" do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal.	Retirada pelo RQN 72/80.
70/80	Dep. Christovam Chiaradia	Torna o número de Vereadores proporcional à população do Município.	Prejudicada por decurso de prazo
71/80	Dep. Evandro Ayres de Moura	Acrescenta parágrafos ao art. 15 da Constituição Federal.	Retirada pelo RQN 70/80.
72/80	Dep. Adhemar de Barros Filho	Acrescenta inciso ao art. 44 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
73/80	Dep. Joel Ribeiro	Suprime a letra "a" do § 3º, do art. 147, da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
74/80	Dep. Osvaldo Melo	Altera o art. 102 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
75/80	Dep. Jorge Arbage	Exige, para a reapresentação de Proposta de Emenda à Constituição, na mesma legislatura, a assinatura da maioria absoluta dos membros da Câmara e do Senado, e determina outras providências.	Prejudicada por decurso de prazo
76/80	Poder Executivo	Restabelece o sistema de voto direto nas eleições para Governador de Estado e para Senador da República.	Emenda Constitucional nº 15
77/80	Dep. Nilson Gibson	Altera a redação da alínea "c" do parágrafo único do art. 151, estabelecendo prazos mínimos de desincompatibilização dos Presidentes e Vice-Presidentes da República, Governadores e Vice-Governadores de Estado, Ministros de Estado, Prefeitos e Vice-Prefeitos, e outros.	Retirada pelo RQN 72/80
78/80	Dep. Luiz Leal	Modifica a redação da letra "c" do parágrafo único do art. 151, aumentando os prazos de afastamento para desincompatibilização do titular de cargo ou função cujo exercício possa influir para tornar duvidosa a legitimidade dos pleitos eleitorais.	Retirada pelo RQN 72/80
79/80	Dep. Epitácio Cafeteira	Altera a redação do art. 21, item IV, da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
80/80	Poder Executivo	Altera o art. 5º e o caput do art. 26 da Constituição.	Emenda Constitucional nº 16

Nº	Autor	Ementa	Resultado
81/80	Dep. Leopoldo Bessone	Considera o Vereador, ou o Deputado Estadual eleito para duas Casas Legislativas, quando assume na qualidade de suplente cargo na mais elevada, como em licença no cargo efetivo, pelo tempo que durar o afastamento.	Prejudicada por decurso de prazo
82/80	Dep. Jorge Arbage	Altera a redação do § 12 do art. 153 da Constituição Federal, para o fim de instituir a prisão cautelar.	Em tramitação
83/80	Dep. Albérico Cordeiro	Fixa em 12 (doze) meses, no mínimo, os prazos para a cessação dos casos de inelegibilidade.	Retirada pelo RQN 72/80
84/80	Dep. Cristina Tavares	Revoga a letra "D" do item VIII do art. 8º modifica a redação do § 8º do art. 153 da Constituição Federal.	Em tramitação
85/80	Dep. Epitácio Cafeteira	Dispõe sobre a representação política do Distrito Federal no Congresso Nacional.	Em tramitação
86/80	Sen. Jarbas Passarinho	Altera os arts. 23, 24 e 25 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Emenda Constitucional nº 17
87/80	Sen. Itamar Franco	Altera o § 1º do art. 17; o item III do art. 42, suprimindo-se o item V do mesmo artigo e renumerando-se os seus itens seguintes, da Constituição Federal.	Em tramitação
88/80	Dep. José Carlos Vasconcelos	Altera dispositivos do Título I, Capítulo V, da Constituição Federal.	Prejudicada pela aprovação da PEC nº 86/80
89/80	Dep. Jorge Arbage	Institui a Justiça Agrária.	Em tramitação
90/80	Dep. Antonio Morimoto	Altera a redação do § 3º do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil.	Em tramitação
91/80	Dep. José Costa	Altera a redação dos arts. 147 e seus parágrafos, e 150 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
92/80	Dep. Gomes da Silva	Altera a redação do caput do art. 29 da Constituição Federal.	Em tramitação
93/80	Dep. Iranildo Pereira	Acrescenta dispositivo ao artigo 197 da Constituição Federal.	Em tramitação
94/80	Dep. Osvaldo Macedo	Altera e acrescenta dispositivos na Constituição Federal, para o fim de tornar regra o ensino gratuito a cargo do poder público.	Em tramitação
95/80	Dep. Odacir Soares	Altera a redação dos §§ 3º e 4º do art. 39 da Constituição Federal.	Em tramitação
96/80	Dep. Adhemar de Barros Filho	Acrescenta § 8º ao art. 32 da Constituição Federal.	Em tramitação
97/80	Sen. Nelson Carneiro	Dá nova redação aos arts. 101 e 102 e ao item XIX do art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação
98/80	Dep. Jorge Uequed	Acrescenta dispositivos à Constituição Federal, determinando a realização de plebiscito para a instalação de usina nuclear no território nacional.	Em tramitação
99/80	Dep. Brabo de Carvalho	Dá nova redação ao item VI do art. 13 da Constituição Federal.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Emenda à Constituição:

— Total das Propostas	111
Sendo:	
oriundas da sessão legislativa anterior, todas de iniciativa Parlamentar	12
recebidas nesta sessão legislativa	99
de iniciativa Parlamentar	97
de iniciativa do Presidente da República	2
— Aprovadas	4
Sendo:	
de iniciativa Parlamentar	2
de iniciativa do Presidente da República	2
— Prejudicadas	85
Sendo:	
oriundas da sessão legislativa anterior	12
desta sessão legislativa	73
— Retiradas	6
— Rejeitadas	2
— Em andamento	14

C.2 — PROJETOS DE LEI

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Mensagem Nº	Nº	Ementa	Resultado
44/79	111/79	Dispõe sobre declaração de utilidade pública, e dá outras providências correlatas.	À Sanção Veto total

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Mensagem Nº	Nº	Ementa	Resultado
001/80	016/80	Dispõe sobre a oficialização das serventias da Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências. (Complementar).	À Sanção Veto total
002/80	017/80	Equipara ao acidente em serviço a doença profissional e as especificadas em lei para efeito de pensão especial, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.782, de 19-5-80
003/80	018/80	Dispõe sobre o enquadramento dos servidores remanescentes da implantação do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.781, de 19-5-80
004/80	020/80	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 34 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.786, de 26-5-80
005/80	024/80	Dispõe sobre a reestruturação das carreiras do Ministério Público da União junto à Justiça Comum, do Trabalho e Militar, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.788, de 28-5-80
006/80	041/80	Autoriza a doação da "Ilha do Pinheiro", situada na baía de Guanabara, ao Banco Nacional da Habitação, para implantação de conjuntos habitacionais de interesse social.	À Sanção Lei nº 6.792, de 11-6-80
007/80	050/80	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.803, de 2-7-80
008/80	059/80	Autoriza a permuta de parte do terreno que menciona por lote localizado no bairro de Aoyama-Dori, na cidade de Tóquio, Japão.	À Sanção Lei nº 6.798, de 23-6-80

Mensagem		Ementa	Resultado
Nº	Nº		
009/80	064/80	Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo Lei nº 6.815, de 19-8-80, com veto parcial
010/80	073/80	Cria o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.807, de 7-7-80
011/80	077/80	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 311.911.000.000,00, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.806, de 7-7-80
012/80	080/80	Altera dispositivos da Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.814, de 5-8-80
013/80	081/80	Altera o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências. (Complementar.)	Retirado pela MSG nº 341/80 Deferida em 25-8-80
014/80	087/80	Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.830, de 22-9-80
015/80	088/80	Dispõe sobre a cobrança executiva dos débitos fixados em acórdãos do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.822, de 22-9-80
016/80	089/80	Altera o valor do vencimento mensal dos cargos que especifica, previstos no artigo 5º da Lei nº 5.921, de 1973, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.823, de 22-9-80
017/80	090/80	Estabelece normas para maior celeridade dos feitos no Tribunal Federal de Recursos e na Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.825, de 22-9-80
018/80	093/80	Cria a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.824, de 22-9-80
019/80	094/80	Dispõe sobre a criação de cargos em órgãos dos Serviços Auxiliares da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.831, de 23-9-80, com veto parcial
020/80	096/80	Dispõe sobre a criação de Territórios Federais, e dá outras providências. (Complementar.)	Devolvida ao Gab. Civil da Presidência da República
021/80	105/80	Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1981/1983.	À Sanção Lei nº 6.866, de 3-12-80
022/80	106/80	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1981.	À Sanção Lei nº 6.867, de 3-12-80
023/80	111/80	Dispõe sobre títulos de crédito comercial e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.840, de 3-11-80
024/80	120/80	Aumenta o limite de que trata a Lei nº 6.263, de 18 de novembro de 1975, alterada pela Lei nº 6.590, de 16 de novembro de 1978, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.841, de 3-11-80
025/80	124/80	Reajusta os efetivos dos Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais e do Corpo de Intendentes da Marinha, fixados pela Lei nº 6.469, de 18 de novembro de 1977, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.836, de 27-10-80

Mensagem Nº		Ementa	Resultado
026/80	129/80	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de aeronauta, e dá outras providências.	Retirado pela MSG nº 145/80 CN Deferida em 10-11-80
027/80	130/80	Cria a Fundação Habitacional do Exército, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.855, de 18-11-80
028/80	131/80	Cria a Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.853, de 17-11-80
029/80	132/80	Fixa os valores de retribuição do Grupo-Atividades Específicas de Controle Interno, autoriza a estruturação de cargos e funções de órgãos integrantes do sistema de controle interno, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.856, de 18-11-80
030/80	133/80	Dispõe sobre o Estatuto dos Militares, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.880, de 9-12-80
031/80	134/80	Institui, no Ministério das Relações Exteriores, Quadro Especial integrado por diplomatas, nas condições que menciona.	À Sanção Lei nº 6.859, de 24-11-80
032/80	135/80	Altera a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial, e dá outras providências.	Aprovado por decorso de prazo Lei nº 6.886, de 10-12-80
033/80	136/80	Estende aos servidores estaduais e municipais, nas condições que menciona, a contagem recíproca de tempo de serviço para aposentadoria de que trata a Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.	À Sanção Lei nº 6.864, de 1º-12-80
034/80	137/80	Altera a Legislação da Previdência Social Urbana, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.887, de 10-12-80
035/80	138/80	Dispõe sobre a extinção e criação de cargos dos Quadros Permanentes das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.889, de 11-12-80, com veto parcial

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei:

— Total dos Projetos	36
Sendo:	
oriundo da sessão legislativa anterior	1
recebidos nesta sessão legislativa	35
— Aprovados (sendo 2 por decurso de prazo) e enviados a sanção	33
Sendo:	
da sessão legislativa anterior	1
desta sessão legislativa	32
— Retirados pelo Autor	2
— Devolvido antes de iniciada a tramitação	1

C.3 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Mensagem		Ementa	Resultado
Nº	Nº		
059/79	104/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.698, de 3 de outubro de 1979, que altera o limite percentual fixado no Anexo do Decreto-lei nº 1.574, de 19 de setembro de 1977, e dá outras providências.	Decreto Legislativo nº 1/80
060/79	114/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.700, de 18 de outubro de 1979, que extingue o registro das letras de câmbio e notas promissórias, e dá outras providências.	Decreto Legislativo nº 7/80
061/79	113/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.699, de 16 de outubro de 1979, que "dispõe sobre cancelamento e parcelamento de débitos, no âmbito da Previdência Social, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 3/80
062/79	115/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.701, de 18 de outubro de 1979, que "prorroga o prazo para destinação de recursos ao PIN e ao PROTERRA".	Decreto Legislativo nº 5/80
063/79	116/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.702, de 18 de outubro de 1979, que "dispõe sobre a contribuição para análise e fiscalização de projetos técnico-econômicos nas áreas da SUDAM e da SUDENE, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 4/80
064/79	117/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.703, de 18 de outubro de 1979, que "estabelece condições especiais para importação de bens destinados à produção de petróleo bruto e gás natural na Bacia de Campos, na Plataforma Continental Brasileira, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 6/80
065/79	120/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.705, de 23 de outubro de 1979, que "dispõe quanto à obrigatoriedade de recolhimento antecipado, pelas pessoas físicas, do Imposto de Renda sobre os rendimentos que especifica".	Decreto Legislativo nº 8/80
066/79	121/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.706, de 23 de outubro de 1979, que "altera dispositivos da Lei nº 6.468, de 14 de novembro de 1977, modificada pelo Decreto-lei nº 1.647, de 18 de dezembro de 1978, regulando a tributação simplificada para pequenas e médias empresas, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 9/80

Mensagem		Ementa	Resultado
Nº	Nº		
067/79	124/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.708, de 30 de outubro de 1979, que "altera o art. 1º do Decreto-lei nº 1.237, de 12 de setembro de 1972".	Decreto Legislativo nº 12/80
068/79	119/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.704, de 23 de outubro de 1979, que "altera a legislação do imposto sobre a renda que incide sobre o lucro das pessoas jurídicas, modifica o sistema de correção monetária de débitos fiscais e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 10/80
069/79	123/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.707, de 30 de outubro de 1979, que "modifica os Decretos-leis nºs 1.312, de 1974, 1.460, de 1976, 1.562, de 1977, e 1.651, de 1978".	Decreto Legislativo nº 13/80

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Mensagem		Ementa	Resultado
Nº	Nº		
001/80	125/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.709, de 31 de outubro de 1979, que "dispõe sobre o pagamento da Gratificação de Produtividade, nos casos que menciona e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 14/80
002/80	126/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.710, de 31 de outubro de 1979, que "estende a Gratificação de Produtividade aos casos que especifica, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 15/80
003/80	128/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.711, de 12 de novembro de 1979, que "autoriza o parcelamento da Taxa Rodoviária Única, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 16/80
004/80	130/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.713, de 19 de novembro de 1979, que "dispõe quanto ao Imposto de Renda devido na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado".	Decreto Legislativo nº 17/80
005/80	129/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.712, de 14 de novembro de 1979, que "dispõe sobre a arrecadação das contribuições ao Instituto do Açúcar e do Alcool, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 18/80
006/80	131/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, que "regula a expedição de certidão de quitação de tributos federais e extingue a declaração de devedor remisso".	Decreto Legislativo nº 20/80
007/80	132/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.716, de 21 de novembro de 1979, que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.619, de 3 de novembro de 1970 e Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973, alteradas pelo Decreto-lei nº 1.618, de 3 de março de 1978".	Decreto Legislativo nº 21/80
008/80	133/79	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979, que "inclui gratificação no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 22/80

Mensagem		Ementa	Resultado
Nº	Nº		
009/80	135/79	Approva o texto do Decreto-lei nº 1.718, de 27 de novembro de 1979, que "revoga exigência de prestação de informações permanentes referidas na legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 23/80
010/80	136/79	Approva o texto do Decreto-lei nº 1.719, de 28 de novembro de 1979, que "autoriza a garantia do Tesouro Nacional a empréstimo interno para o Estado de Mato Grosso, no limite e condições que especifica".	Decreto Legislativo nº 24/80
011/80	137/79	Approva o texto do Decreto-lei nº 1.720, de 29 de novembro de 1979, que "prorroga até 31 de dezembro de 1981 o prazo da isenção concedida às empresas siderúrgicas pelo Decreto-lei nº 569, de 1969".	Decreto Legislativo nº 25/80
012/80	008/80	Approva o texto do Decreto-lei nº 1.722, de 3 de dezembro de 1979, que "altera a forma de utilização de estímulos fiscais às exportações de manufaturados, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 34/80
013/80	009/80	Approva o texto do Decreto-lei nº 1.723, de 6 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre a participação dos Territórios Federais na reserva criada pelo Decreto-lei nº 1.434, de 11 de dezembro de 1975".	Decreto Legislativo nº 28/80
014/80	134/79	Approva o texto do Decreto-lei nº 1.717, de 26 de novembro de 1979, que "acrescenta os itens V, VI e VII ao § 1º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 26/80
015/80	012/80	Approva o texto do Decreto-lei nº 1.726, de 7 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre isenção ou redução fiscal na importação".	Decreto Legislativo nº 29/80
016/80	007/80	Approva o texto do Decreto-lei nº 1.721, de 3 de dezembro de 1979, que "dá nova redação ao artigo 1º do Decreto-lei nº 1.158, de 16 de março de 1971, ao parágrafo 2º do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.189, de 24 de setembro de 1971, e ao artigo 4º do Decreto-lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972".	Decreto Legislativo nº 30/80
017/80	010/80	Approva o texto do Decreto-lei nº 1.724, de 7 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre os estímulos fiscais de que tratam os arts. 1º e 5º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969".	Decreto Legislativo nº 31/80
018/80	011/80	Approva o texto do Decreto-lei nº 1.725, de 7 de dezembro de 1979, que "estabelece limite para o benefício previsto no art. 9º do Decreto-lei nº 1.351, de 24 de outubro de 1974, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda".	Decreto Legislativo nº 32/80
019/80	014/80	Approva o texto do Decreto-lei nº 1.728, de 12 de dezembro de 1979, que "altera os limites do benefício fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 35/80

Mensagem		Ementa	Resultado
Nº	Nº		
020/80	013/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979, que "inclui gratificação no Anexo II do Decreto-lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 36/80
021/80	023/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.730, de 17 de dezembro de 1979, que "altera a legislação do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 39/80
022/80	022/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.729, de 17 de dezembro de 1979, que "altera a tabela do imposto incidente na fonte sobre rendimentos do trabalho não-assalariado, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 40/80
023/80	025/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.731, de 20 de dezembro de 1979, que "reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos militares".	Decreto Legislativo nº 44/80
024/80	026/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.732, de 20 de dezembro de 1979, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, dos membros da Magistratura e do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 43/80
025/80	028/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.734, de 20 de dezembro de 1979, que "prorroga o prazo de aplicação dos incentivos fiscais criados pelo art. 4º do Decreto-lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 45/80
026/80	031/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979, que "disciplina os depósitos de interesse da administração pública efetuados na Caixa Econômica Federal".	Decreto Legislativo nº 46/80
027/80	027/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.733, de 20 de dezembro de 1979, que "altera a legislação do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 47/80
028/80	030/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.736, de 20 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre débitos para com a Fazenda, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 48/80
029/80	032/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.738, de 21 de dezembro de 1979, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 49/80
030/80	033/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.739, de 26 de dezembro de 1979, que "fixa o limite máximo do salário-de-contribuição, previsto na Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 50/80
031/80	029/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.735, de 20 de dezembro de 1979, que "dá nova redação ao art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964".	Decreto Legislativo nº 51/80
032/80	034/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.740, de 26 de dezembro de 1979, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da	Decreto Legislativo nº 52/80

Mensagem		Ementa	Resultado
Nº	Nº		
		Secretaria do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências”.	
033/80	035/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.741, de 27 de dezembro de 1979, que “altera a redação do art. 13 do Decreto-lei nº 1.089, de 1970”.	Decreto Legislativo nº 53/80
034/80	037/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.743, de 27 de dezembro de 1979, que “altera o limite percentual da Gratificação de que trata o Decreto-lei nº 1.698, de 3 de outubro de 1979”.	Decreto Legislativo nº 55/80
035/80	038/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.744, de 27 de dezembro de 1979, que “fixa alíquotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) nos Territórios Federais”.	Decreto Legislativo nº 56/80
036/80	039/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.745, de 27 de dezembro de 1979, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 57/80
037/80	036/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.742, de 27 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre a realização das despesas à conta de recursos vinculados do Tesouro Nacional no exercício financeiro de 1980, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 54/80
038/80	042/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.747, de 28 de dezembro de 1979, que “fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares”.	Decreto Legislativo nº 61/80
039/80	043/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.748, de 28 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o valor da contribuição para a pensão militar”.	Decreto Legislativo nº 62/80
040/80	040/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.746, de 27 de dezembro de 1979, que “altera a Lei nº 6.732, de 4 de dezembro de 1979, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 58/80
041/80	044/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.749, de 28 de dezembro de 1979, que “eleva em até Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), o limite atribuído ao Governo do Distrito Federal para abertura de crédito suplementar”.	Decreto Legislativo nº 63/80
042/80	045/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.750, de 28 de dezembro de 1979, que “reajusta os vencimentos e proventos dos Membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e respectivo Ministério Público, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 64/80
043/80	046/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.751, de 28 de dezembro de 1979, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 65/80
044/80	047/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.752, de 31 de dezembro de 1979, que “extingue o Certificado de Aplicação previsto no artigo 15 do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 66/80

Mensagem		Ementa	Resultado
Nº	Nº		
045/80	048/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.753, de 31 de dezembro de 1979, que "adapta a Tarifa Aduaneira do Brasil à Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 67/80
046/80	049/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.754, de 31 de dezembro de 1979, que "altera a composição do Fundo Nacional de Desenvolvimento, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 68/80
047/80	051/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.755, de 31 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre a arrecadação e restituição das receitas federais, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 69/80
048/80	052/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.756, de 31 de dezembro de 1979, que "aumenta os limites do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, alterados pelos Decretos-leis nºs 1.460, de 22 de abril de 1976, 1.562, de 19 de julho de 1977 e 1.651, de 21 de dezembro de 1978, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 70/80
049/80	054/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.758, de 3 de janeiro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 71/80
050/80	055/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.759, de 7 de janeiro de 1980, que "reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 72/80
051/80	056/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.760, de 7 de janeiro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 76/80
052/80	053/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.757, de 3 de janeiro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 73/80
053/80	057/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.761, de 7 de janeiro de 1980, que "reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 74/80
054/80	058/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.762, de 7 de janeiro de 1980, que "reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 75/80
055/80	060/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.763, de 16 de janeiro de 1980, que "altera a redação do art. 91, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo art. 1º do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969".	Decreto Legislativo nº 77/80

Mensagem		Ementa	Resultado
Nº	Nº		
056/80	061/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.764, de 17 de janeiro de 1980, que "reajusta os vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal".	Decreto Legislativo nº 78/80
057/80	063/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1766, de 28 de janeiro de 1980, que "dispõe sobre ação de imóveis em pagamento de débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, à Taxa de Serviços Cadastrais, à Contribuição Sindical Rural e à Contribuição de que trata o artigo 5º do Decreto-lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 79/80
058/80	065/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, que "cria grupo executivo para regularização fundiária no sudeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 80/80
059/80	066/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.768, de 14 de fevereiro de 1980, que "autoriza a EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., a criar uma sociedade subsidiária no exterior".	Decreto Legislativo nº 81/80
060/80	067/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1769, de 14 de fevereiro de 1980, que "autoriza a EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A a participar acionariamente ao capital social da Indústria Aeronáutica NEIVA S/A, nas condições que estabelece".	Decreto Legislativo nº 82/80
061/80	068/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1770, de 20 de fevereiro de 1980, que "dispõe sobre a criação de cargos, não remunerados, de Juiz de Paz, na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 83/80
062/80	062/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1765, de 17 de janeiro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Órgãos Auxiliares da Justiça de Primeira Instância do Distrito Federal e dos Territórios".	Decreto Legislativo nº 84/80
063/80	069/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1771, de 20 de fevereiro de 1980, que "estende a gratificação instituída pelo Decreto-lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979, aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal".	Decreto Legislativo nº 85/80
064/80	070/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1772, de 26 de fevereiro de 1980, que "dispõe sobre isenção ou redução fiscal na importação".	Decreto Legislativo nº 86/80
065/80	071/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.773, de 3 de março de 1980, que "regula a incidência de contribuição previdenciária sobre a Representação Mensal prevista no Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976".	Decreto Legislativo nº 90/80
066/80	072/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.774, de 5 de março de 1980, que "altera o limite da Gratificação de Produtividade instituída pelo Decreto-lei nº 1.544, de 15 de abril de 1977, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 87/80

Mensagem Nº	Nº	Ementa	Resultado
067/80	075/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.775, de 12 de março de 1980, que "altera alíquotas do Imposto de Importação, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 88/80
068/80	076/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.776, de 17 de março de 1980, que "dispõe sobre pagamento de Gratificação de Produtividade, nos casos que menciona, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 89/80
069/80	078/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.777, de 18 de março de 1980, que "fixa o valor do soldo dos postos de Coronel PM da Polícia Militar e de Coronel BM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 91/80
070/80	079/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.778, de 18 de março de 1980, que "cria o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro — SISDABRA, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 92/80
071/80	082/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.779, de 26 de março de 1980, que "amplia o prazo estabelecido no Decreto-lei nº 1.096, de 23 de março de 1970, que "concede incentivos fiscais às empresas de mineração, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 93/80
072/80	083/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.780, de 14 de abril de 1980, que "concede isenção do Imposto sobre a Renda às empresas de pequeno porte e dispensa obrigações acessórias".	Decreto Legislativo nº 94/80
073/80	084/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.781, de 16 de abril de 1980, que "dispõe sobre recursos recebidos pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 95/80
074/80	085/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.782, de 16 de abril de 1980, que "institui empréstimo compulsório para absorção temporária de poder aquisitivo".	Decreto Legislativo nº 96/80
075/80	098/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, que "dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários".	Decreto Legislativo nº 99/80
076/80	099/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.784, de 28 de abril de 1980, que "fixa vencimentos para cargos da Magistratura da União e do Distrito Federal e Territórios".	Decreto Legislativo nº 100/80
077/80	100/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.785, de 13 de maio de 1980, que "altera a legislação referente ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 101/80
078/80	103/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.787, de 26 de maio de 1980, que "fixa vencimentos para cargos do Governo do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal".	Decreto Legislativo nº 102/80
079/80	102/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.786, de 20 de maio de 1980, que "altera a redação do parágrafo único do art. 45 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964".	Decreto Legislativo nº 103/80

Mensagem		Ementa	Resultado
Nº	Nº		
080/80	104/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.788, de 28 de maio de 1980, que "fixa o vencimento e o percentual de representação do cargo de Auditor do Tribunal de Contas da União".	Decreto Legislativo nº 104/80
081/80	107/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.789, de 28 de maio de 1980, que "dispõe sobre a renúncia, pela União, do domínio útil de área situada no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, necessária à ampliação da Base Aérea e a implantação do Aeroporto de Guarulhos".	Decreto Legislativo nº 105/80
082/80	108/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.790, de 9 de junho de 1980, que "altera a legislação do Imposto de Renda e introduz modificações no Decreto-lei nº 1.782, de 16 de abril de 1980, que instituiu o empréstimo compulsório".	Decreto Legislativo nº 106/80
083/80	110/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.792, de 17 de junho de 1980, que "dispõe sobre a destinação do eventual excesso de arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras no exercício financeiro de 1980".	Decreto Legislativo nº 107/80
084/80	109/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.791, de 11 de junho de 1980, que "dispõe sobre a renúncia, pela União, em favor do Estado de São Paulo, ao domínio direto de área situada no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo".	Decreto Legislativo nº 108/80
085/80	112/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.793, de 23 de junho de 1980, que "autoriza o Poder Executivo a não ajuizar as ações que menciona, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 112/80
086/80	113/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.794, de 23 de junho de 1980, que "dispõe sobre os encargos financeiros da União, previstos no art. 9º e §§ 1º, 2º e 5º, da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962".	Decreto Legislativo nº 113/80
087/80	114/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.795, de 8 de julho de 1980, que "altera a composição da Diretoria do Banco Central do Brasil".	Decreto Legislativo nº 114/80
088/80	117/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.796, de 9 de julho de 1980, que "estabelece alíquota para a incidência do imposto de renda sobre remessas em pagamento de transmissão dos Jogos Olímpicos do corrente ano, em Moscou".	Decreto Legislativo nº 116/80
089/80	118/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.797, de 9 de julho de 1980, que "concede isenção do imposto de importação para as obras de arte que especifica".	Decreto Legislativo nº 117/80
090/80	119/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.798, de 24 de julho de 1980, que "estabelece limite de remuneração mensal para os servidores da Administração Federal e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 118/80
091/80	122/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.800, de 18 de agosto de 1980, que "limita a aplicação do disposto no art. 4º do Decreto-lei nº 1.742, de 27	Decreto Legislativo nº 119/80

Mensagem		Ementa	Resultado
Nº	Nº		
		de dezembro de 1979, que dispõe sobre a realização das despesas à conta de recursos vinculados do Tesouro Nacional, no exercício de 1980".	
092/80	121/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.799, de 5 de agosto de 1980, que "reestrutura o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins — GETAT, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 120/80
093/80	126/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.802, de 29 de agosto de 1980, que "prorroga a vigência do incentivo fiscal para aplicação em ações novas da EMBRAER — Empresa Brasileira de Aero-náutica S.A.".	Decreto Legislativo nº 125/80
094/80	127/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.803, de 2 de setembro de 1980, que "assegura a manutenção e utilização dos créditos do IPI relativos às matérias-primas que especifica".	Decreto Legislativo nº 126/80
095/80	125/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.801, de 18 de agosto de 1980, que "consolida e altera a legislação relativa ao Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, bem como do Fundo de Marinha Mercante, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 127/80
096/80	128/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que "dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais".	Decreto Legislativo nº 128/80
097/80	141/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.807, de 6 de outubro de 1980, que "acrescenta parágrafo ao artigo 2º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, que alterou a legislação relativa ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, e dá outras providências".	Em Tramitação
098/80	142/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.808, de 6 de outubro de 1980, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados ao equipamento que menciona, e dá outras providências".	Em Tramitação
099/80	139/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980, que "dispõe sobre a transferência aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios das parcelas ou quotas-partes dos recursos Tributários arrecadados pela União, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 132/80
100/80	140/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.806, de 1º de outubro de 1980, que "reabre o prazo fixado no § 1º do art. 4º do Decreto-lei nº 1.699, de 16 de outubro de 1979, que dispõe sobre cancelamento e parcelamento de débitos previdenciários".	Decreto Legislativo nº 133/80
101/80	143/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980, que "institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, e dá outras providências".	Em Tramitação

Mensagem Nº		Ementa	Resultado
102/80	146/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.810, de 23 de outubro de 1980, que “dispõe sobre a construção de usinas nucleoeletrônicas”.	Em Tramitação
103/80	147/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.811, de 27 de outubro de 1980, que “dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências”.	Em Tramitação
104/80	148/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.812, de 11 de novembro de 1980, que “dispõe sobre recursos da União, estranhos ao Fundo Federal de Eletrificação, e dá outras providências”.	Em Tramitação
105/80	149/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, que “institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás, e dá outras providências”.	Em Tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Decreto Legislativo:

— Total dos Projetos	116
Sendo:	
da sessão legislativa anterior	11
desta sessão legislativa	105
— Aprovados	109
Sendo:	
da sessão legislativa anterior	11
desta sessão legislativa	98
— Em andamento	7
— Aguarda, ainda, oportunidade para ser lida uma Mensagem relativa a Decreto-lei.	

C.4 — PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Autor	Ementa	Resultado
02/79	Dep. Freitas Nobre	Propõe delegação de poderes ao Sr. Presidente da República, para elaboração de lei instituindo normas fundamentais para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e determina outras providências.	Retirada pelo Requerimento nº 61/80 - CN
04/79	Dep. Rubem Figueiró	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, criando o Ministério da Produção Animal, e determina outras providências.	Em Tramitação
05/79	Dep. Horácio Ortiz	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei, dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério de Energia.	Em Tramitação
06/79	Dep. Lúcia Viveiros	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Mulher e da Criança.	Em Tramitação
07/79	Sen. Lázaro Barboza	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, criando o Ministério da Família e do Menor.	Em Tramitação
08/79	Dep. Júnia Marise	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Família e do Menor.	Em Tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
01/80	Dep. Carlos Augusto	Propõe delegação de poderes ao Sr. Presidente da República, criando um parque alcoolquímico no litoral do Estado do Piauí.	Em Tramitação
02/80	João Alberto	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Instituto Nacional do Babaçu, e determinando outras providências.	Aprovada pela Comissão Mista nos termos do Projeto de Resolução nº 3 de 1980 - CN

Nº	Autor	Ementa	Resultado
03/80	Dep. Sergio Murilo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Em Tramitação
04/80	Dep. Lúcia Viveiros	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Amazônia.	Em Tramitação
05/80	Dep. Vivaldo Frota	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério do Interior em Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério da Amazônia.	Em Tramitação
06/80	Dep. Carlos Sant'Anna	Propõe a delegação de poderes ao Sr. Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a reestruturação dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social.	Em Tramitação
07/80	Sen. Jorge Kalume	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando a Secretaria Especial para Assuntos da Região Amazônica (SEARA).	Em Tramitação

c) SÚMULA

Eis os dados numéricos relativos às Propostas de Delegação Legislativa:

— Total das Propostas	13
Sendo:	
da sessão legislativa anterior	6
desta sessão legislativa	7
— Retirada pelo Autor (da sessão legislativa anterior)	1
— Aprovada pela Comissão Mista nos termos de Projeto de Resolução	1
— Em andamento	11

C.5 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Autor	Ementa	Resultado
01/79	Sen. Mauro Benevides	Altera o § 2º do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional.	Rejeitado
02/79	Sen. Humberto Lucena	Altera a Resolução nº 1/70 (CN) (Regimento Comum), modificada pela Resolução nº 2, de 1972, (CN).	Rejeitado
04/79	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaborar lei, dispondo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.	Rejeitado

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
01/80	Comissão Mista	Aprova as partes reformuladas do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para os exercícios de 1980 a 1985.	Resolução nº 1, de 1980 (CN)
02/80	Sen. Affonso Camargo	Dá nova redação ao caput do art. 72 do Regimento Comum do Congresso Nacional, acrescentando-lhe dois parágrafos.	Resolução nº 2, de 1980 (CN)
03/80	Comissão Mista	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Instituto Nacional do Babaçu e determinando outras providências.	Em Tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

— Total dos Projetos	6
Sendo:	
da sessão legislativa anterior	3
desta sessão legislativa	3
— Aprovados (todos desta sessão legislativa)	2
— Rejeitados (todos da sessão legislativa anterior)	3
— Em andamento (desta sessão legislativa)	1

C.6 — VETOS PRESIDENCIAIS

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Mensagem CN	Nº Origem	Leitura	Projeto	Ementa	Resultado
102/79	378/79	19-10-79	PLC nº 051/79	Inclui representante do Ministério da Indústria e do Comércio no Conselho Nacional de Trânsito.	Veto total mantido por decurso de prazo
118/79	424/79	16-11-79	PLN nº 026/79	Dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial, e dá outras providências.	Veto parcial mantido por decurso de prazo
122/79	426/79	26-11-79	PLN nº 024/79	Permite aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, nas condições que indica, e dá outras providências.	Veto parcial mantido por decurso de prazo
b) da presente Sessão Legislativa					
127/79	471/79	03-12-79	PLN nº 035/79	Altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional).	Veto parcial mantido por decurso de prazo
001/80	570/79	06-03-80	PLC nº 034/79	Altera a legislação previdenciária relativa ao ex-combatente.	Veto total mantido por decurso de prazo
002/80	576/79	06-03-80	PLN nº 033/79	Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.	Veto parcial mantido por decurso de prazo
003/80	578/79	06-03-80	PLC nº 022/79	Altera a redação do art. 2º do Decreto-lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, que consolida os dispositivos sobre as contribuições criadas pela Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, e dá outras providências.	Veto total mantido por decurso de prazo
004/80	582/79	06-03-80	PLC nº 039/79	Altera disposições do Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.	Veto parcial mantido por decurso de prazo

Mensagem CN	Nº Origem	Leitura	Projeto	Ementa	Resultado
005/80	610/79	10-03-80	PLN nº 037/79	Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do art. 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências.	Veto parcial mantido por decurso de prazo
006/80	611/79	10-03-80	PLN nº 043/79	Dispõe sobre a criação da COALBRA — Coque e Alcool da Madeira S.A., e dá outras providências.	Veto parcial mantido por decurso de prazo
019/80	104/80	11-04-80	PLN nº 044/79	Dispõe sobre a declaração de utilidade pública, e dá outras providências.	Veto total mantido por decurso de prazo
021/80	119/80	14-04-80	PLC nº 085/76	Dispõe sobre pensões a dependentes de servidor público falecido no gozo de dupla aposentadoria.	Veto total mantido por decurso de prazo
074/80	192/80	09-06-80	PLN nº 001/80	Estabelece normas para a oficialização progressiva das serventias da Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	Veto total mantido por decurso de prazo
086/80	230/80	04-08-80	PLC nº 065/76	Dispõe sobre causa de especial aumento de pena, quanto aos crimes contra a Administração Pública, praticados por ocupantes de cargos em comissão da administração direta e indireta, regula a forma de seu procedimento, e dá outras providências.	Veto parcial mantido por decurso de prazo
091/80	244/80	11-08-80	PLC nº 003/74	Altera a Lei n 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais, e dá outras providências.	Veto parcial mantido por decurso de prazo
092/80	306/80	11-08-80	PLC nº 042/79	Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas e dá outras providências.	Veto parcial mantido por decurso de prazo
097/80	336/80	25-08-80	PLN nº 009/80	Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.	Veto parcial mantido por decurso de prazo
115/80	371/80	22-09-80	PLC nº 031/78	Estabelece que as penalidades aplicáveis a esportistas profissionais serão exclusivamente pecuniárias.	Veto total mantido por decurso de prazo

Mensagem CN	Nº Origem	Leitura	Projeto	Ementa	Resultado
116/80	370/80	22-09-80	PLS nº 239/79	Cancela penas impostas ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, determina a devolução das condecorações nacionais que lhe foram retiradas, bem como a sua reinclusão nos quadros das respectivas ordens dos quais tenha sido excluído.	Veto parcial mantido por decurso de prazo
123/80	397/80	29-09-80	PLN nº 019/80	Dispõe sobre a criação de cargos em órgãos dos Serviços Auxiliares da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.	Veto parcial mantido por decurso de prazo
144/80	463/80	17-11-80	PLS nº 260/79	Interpreta o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974.	Veto total, em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Vetos:

— Total dos Vetos	21
Sendo:	
oriundos da sessão legislativa anterior	4
desta sessão legislativa	17
— Aprovados (todos por decurso de prazo)	20
Sendo:	
da sessão legislativa anterior	4
desta sessão legislativa	16
— Em andamento	1

C. 7 — REQUERIMENTOS

Nº	Data Leitura	Autor	Ementa	Resultado
1	13-03-80	Manoel Gonçalves	De prorrogação por mais 20 dias do prazo concedido a Comissão Mista para apresentação do Parecer sobre a PEC/40/79.	Aprovado
2	20-03-80	Thales Ramalho	De prorrogação da sessão por 4 horas, destinada a votação da PEC/37/79.	Prejudicado
3	14-04-80	Gastão Müller	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Anísio de Souza.	Deferido
4	14-04-80	Gastão Müller	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Joel Lima.	Deferido
5	14-04-80	Marcelo Cordeiro	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário a Deputada Júnia Marise.	Deferido
6	14-04-80	Ralph Biasi	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Caio Pompeu.	Deferido
7	14-04-80	Marcelo Cordeiro	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Hélio Duque.	Deferido
8	14-04-80	Antnio Carlos de Oliveira	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Albérico Cordeiro.	Deferido
9	14-04-80	Marcelo Cordeiro	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Genival Tourinho.	Deferido
10	14-04-80	Antônio Carlos de Oliveira	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Rogério Rêgo.	Deferido
11	14-04-80	Marcelo Cordeiro	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Ademar Ghisi.	Deferido
12	14-04-80	Antônio Carlos de Oliveira	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Walter de Prá.	Deferido

Nº	Leitura Data	Autor	Ementa	Resultado
13	14-04-80	Alvaro Dias	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Feu Rosa.	Deferido
14	14-04-80	Marcelo Cordeiro	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Valter Silva.	Deferido
15	14-04-80	Gilvan Rocha	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Juarez Furtado.	Deferido
16	14-04-80	Afonso Camargo	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Henrique Brito.	Deferido
17	14-04-80	Ralph Biasi	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Juarez Furtado.	Deferido
18	14-04-80	Evelásio Vieira	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Jorge Uequed.	Deferido
19	14-04-80	Marcelo Cordeiro	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Manoel Ribeiro.	Deferido
20	14-04-80	Tancredo Neves	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Jorge Uequed.	Deferido
21	14-04-80	Afonso Camargo	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Isaac Newton.	Deferido
22	14-04-80	Gilvan Rocha	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Walter Silva.	Deferido
23	14-04-80	Marcelo Cordeiro	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Christóvam Chiaradia.	Deferido
24	14-04-80	Marcelo Cordeiro	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Christóvam Chiaradia.	Deferido
25	14-04-80	Marcos Freire	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Ademar de Barros Filho.	Deferido
26	14-04-80	Ralph Biasi	De retirada de assinatura da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Ademar Santillo.	Deferido
27	14-04-80	Marcos Freire	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Joel Ribeiro.	Deferido
28	14-04-80	Afonso Camargo	De retirada de assinatura da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Fued Dib.	Deferido
29	14-04-80	Gastão Müller	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Osvaldo Melo.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Ementa	Resultado
30	14-04-80	Evelásio Vieira	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Santilli Sobrinho.	Deferido
31	14-04-80	Antonio Carlos	De retirada de assinaturas da PEC, que tem como primeiro signatário o Deputado Jorge Arbage.	Deferido
32	25-04-80	Wilson Braga	Requer a devolução da Proposta de Emenda a Constituição, de sua autoria, que altera a redação do art. 25 da Constituição Federal.	Indeferido
33	25-04-80	Genival Tourinho	Requer a devolução da Proposta de Emenda a Constituição, de sua autoria, que suprime o § 3º do art. 152 da Constituição Federal.	Indeferido
34	25-04-80	Rogério Rego	Requer a devolução da Proposta de Emenda a Constituição, de sua autoria, que altera o art. 152 da Constituição Federal.	Indeferido
35	25-04-80	Adhemar Ghisi	Requer a devolução da Proposta de Emenda a Constituição, de sua autoria, que extingue o instituto da infidelidade partidária.	Indeferido
36	25-04-80	Jorge Arbage	Requer a devolução da Proposta de Emenda a Constituição, de sua autoria, que exige, para reapresentação de Proposta de Emenda a Constituição, da mesma legislatura, assinatura da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	Indeferido
37	08-05-80	Djalma Bessa	De destaque para a Emenda nº 45, ao Projeto de Lei nº 1/80 Complementar, pedindo-se a aprovação do texto dos dispositivos até as palavras "duzentos mil habitantes", inclusive.	Aprovado
38	08-05-80	Djalma Bessa	De destaque para aprovação da Emenda nº 147, ao PLN/1/80.	Aprovado
39	08-05-80	Hugo Mardini	De destaque para aprovação do § 7º do art. 21 constante do inciso II da Emenda nº 19 com supressão das expressões "desde que em 13 de abril de 1977 estivessem exercendo qualquer função na mesma serventia há mais de cinco anos", para substituir o § 8º do art. 21 do Substitutivo ao PLN/1/80.	Aprovado
40	08-05-80	Alceu Colares	De destaque para rejeição do § 3º do art. 18 do Substitutivo ao PLN/1/80.	Aprovado
41	08-05-80	Ricardo Flúza	De destaque para rejeição do § 3º do art. 3º do Substitutivo ao PLN/1/80.	Aprovado
42	08-05-80	Jorge Arbage	De destaque para rejeição da parte final do § 2º do art. 1º do Substitutivo ao PLN/1/80.	Aprovado
43	08-05-80	Murilo Badaró	De destaque para rejeição da expressão "inclusive de protesto de títulos", contida no § 8º do art. 3º do Substitutivo ao PLN 1/80.	Aprovado

Nº	Data Leitura	Autor	Ementa	Resultado
44	25-04-80	Benedito Marcílio	Requer a devolução das Propostas de Emenda a Constituição de sua autoria, que restabelece a norma de votos dos membros do Congresso Nacional; e a que restaura o pleno direito de greve sem restrição de qualquer natureza.	Indeferido
45	05-05-80	Feu Rosa	Requer a devolução da Proposta de Emenda a Constituição, de sua autoria, que dá nova redação ao art. 169 da Constituição Federal.	Indeferido
46	05-05-80	Juarez Furtado	Requer a devolução da Proposta de Emenda a Constituição, de sua autoria, que acrescenta artigo à Constituição referente à estabilidade de servidores admitidos no Serviço Público antes de 24-1-67.	Indeferido
47	05-05-80	Manoel Ribeiro	Requer a devolução da Proposta de Emenda a Constituição, de sua autoria, que altera a letra d , do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal.	Indeferido
48	25-04-80	Adhemar Santillo	Requer a devolução da Proposta de Emenda a Constituição, de sua autoria, que dispõe sobre eleições diretas para Prefeito e Vice-Prefeito em todos os municípios brasileiros.	Indeferido
49	09-05-80	Iranildo Pereira	Requer a devolução da Proposta de Emenda à Constituição, de sua autoria, que restabelece benefícios fiscais ao Nordeste e à Amazônia.	Indeferido
50	09-05-80	Hélio Duque	Requer a devolução da Proposta de Emenda à Constituição, de sua autoria, que altera a redação do § 35 do art. 153 da Constituição Federal.	Indeferido
51	09-05-80	Orestes Quércia	Requer a anexação da Proposta de Emenda Constitucional emanada do Poder Executivo, que pretende eleições diretas para os governos estaduais, à Proposta de Emenda Constitucional nº 39/80.	Indeferido
52*	12-05-80	Hugo Mardini	Requer a constituição de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para examinar os problemas relativos ao crescimento populacional Brasileiro.	Aprovado
53	21-05-80	Jarbas Passarinho	De destaque para rejeição da Emenda nº 7-R ao PLN/5/80.	Aprovado
54	17-06-80	Bernardino Viana	De inversão da Ordem do Dia, para que o item II seja apreciado em primeiro lugar.	Aprovado
55	17-06-80	Bernardino Viana	De destaque para rejeição da expressão "critérios para a seleção", contida no artigo 7º do Substitutivo ao PLN/7/80.	Aprovado

* A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é criada automaticamente, nos termos do art. 21 do Regimento Comum, por conter subscritos em número suficiente.

Nº	Data Leitura	Autor	Ementa	Resultado
56	17-06-80	Bernardino Viana	De destaque para rejeição da expressão "previstas na legislação municipal", constante do art. 9º, parágrafo único, <i>in fine</i> , do Substitutivo ao PLN/7/80.	Aprovado
57	17-06-80	Bernardino Viana	De destaque para rejeição da expressão "no inciso I", constante do § 1º do art. 10 do Substitutivo ao PLN/7/80.	Aprovado
58	19-06-80	Antônio Mariz	Requer a anexação da Proposta de Emenda Constitucional que trata da supressão do parágrafo único do art. 154 da Constituição, e cujo primeiro signatário é o Senhor Deputado Thales Ramalho, à Proposta de Emenda Constitucional nº 59/80.	Aprovado
59	19-08-80	Nilson Gibson	Solicita a anexação de Proposta de Emenda à Constituição de sua autoria, a ser lida oportunamente, com a Proposta de Emenda à Constituição nº 69/80, já em tramitação, por versarem matéria conexa.	Aprovado
60	20-08-80	Nelson Marchezan	De preferência para votação da Emenda Substitutiva da Comissão Mista, às Propostas de Emenda à Constituição nºs 16, 20, 21, 22, 23, 24 e 25, de 1980.	Aprovado
61	27-08-80	Freitas Nobre	De retirada da Proposta de Delegação Legislativa nº 2/79.	Deferido
62	03-09-80	Jarbas Passarinho	De preferência para a votação da Emenda nº 3 (Substitutivo) oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 1980.	Aprovado
63	03-09-80	Freitas Nobre	De preferência para a votação da Emenda nº 2 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 1980.	Prejudicado
64	09-09-80	Orestes Quércia	De retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1980.	Deferido
65	09-09-80	Walber Guimarães	De adiamento da votação do Projeto de Lei nº 16, de 1980.	Aprovado
66	10-09-80	Carlos Cotta	De inversão da Ordem do Dia para que o item I seja votado em último lugar, na sessão de 10-9-80.	Aprovado
67	12-09-80	Tertuliano Azevedo	De retirada de assinaturas da PEC que tem como primeiro signatário o Deputado Jorge Arbage.	Deferido
68	17-09-80	Alexandre Machado	Requer o encerramento da discussão das Propostas de Emenda à Constituição nºs 50, 54 e 55, de 1980.	Aprovado
69	24-09-80	José Carlos Vasconcelos	De anexação da Proposta de Emenda à Constituição que altera dispositivos do Título I, Capítulo V, da Constituição Federal, da qual foi o 1º signatário, à Proposta nº 86, de 1980.	Aprovado
70	22-10-80	Evandro Ayres de Moura	De retirada da Proposta de Emenda Constitucional nº 71, de 1980.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Ementa	Resultado
71	04-11-80	Jarbas Passarinho	De destaque para rejeição da expressão "ressalvado o disposto no art. 3º", constante do art. 6º § 1º, <i>in fine</i> , do PLN/27, de 1980.	Aprovado
72	10-11-80	Alexandre Costa	Requer a retirada das Propostas de Emenda à Constituição nºs 69, 77, 78 e 83, de 1980.	Deferido
73	13-11-80	Jarbas Passarinho	De preferência para votação do Substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 1980.	Aprovado
74	13-11-80	Freitas Nobre	De preferência para votação da Emenda nº 1 oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 1980.	Prejudicado
75	18-11-80	Jorge Arbage	De destaque para rejeição da Emenda nº 58 oferecida ao PLN/30/80.	Aprovado
76	18-11-80	Freitas Nobre	De destaque para aprovação das Emendas nºs 26, 33, 67, 68 e 69, oferecidas ao PLN/30/80.	Rejeitado
77	19-11-80	Cantídio Sampaio	De destaque para aprovação das seguintes partes da Emenda nº 1, a fim de serem incluídas na Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 1980, <i>caput</i> do art. 9º, <i>caput</i> do art. 121 e § 1º do art. 206.	Aprovado
78	20-11-80	Franco Montoro	Requer a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para examinar a escalada da ação terrorista que se desenvolve no País.	Aprovado
79	26-11-80	Jarbas Passarinho	De preferência para votação do Substitutivo da Comissão Mista à Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1980.	Aprovado
80	26-11-80	Jarbas Passarinho	De destaque para rejeição da expressão "e fiscalizar o emprego dos recursos transferidos" constante do § 2º do art. 25 da Constituição, na redação que lhe é dada pelo art. 1º do Substitutivo oferecido pela Comissão Mista à Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1980.	Aprovado
81	27-11-80	Jorge Arbage	De destaque para aprovação de parte da Emenda nº 2 oferecida ao PLN/34/80.	Aprovado
82	02-12-80	Almir Pinto	De retirada de assinaturas da PEC que tem como primeiro signatário o Deputado Pedro Geraldo Costa.	Deferido

C. 8 — PARECERES

Para o fim previsto no § 2º do art. 132 do Regimento Comum, foram apreciados os seguintes pareceres sobre consulta do Presidente do Senado Federal relativa a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito:

Nº	Comissão	Conclusão	Resultado
241/80-CN	CCJ do Senado	A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito — devidamente apoiada nos termos do art. 37 da Constituição — deve ser constituída desde que seu número não ultrapasse a 5 (cinco) em funcionamento concomitante. Para serem criadas Comissões Mistas além do número de 5 é indispensável a autorização do plenário de ambas as casas do Congresso.	Prejudicado
242/80-CN	CCJ da Câmara	Comissões Mistas de Inquérito só podem ser criadas, requeridas por um terço de Deputados e Senadores, quando o número de Comissões de Inquérito desse tipo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal não exceder a 5 (cinco) em cada uma das Casas.	Aprovado

D — PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NOS TRABALHOS

Senadores	Pronun- ciamentos	Participação em Comissões Mistas					Total	Proposições Apresentadas					
		PDN	PEC	PLN	PRDL	Veto		PEC	Parecer	PRDL	PRN	Req.	Emendas
Adalberto Sena	—	3	16	8	3	2	32	—	—	—	—	—	—
Aderbal Jurema	3	49	27	13	—	2	94	—	8	—	—	—	1
Affonso Camargo	5	44	19	7	1	—	76	2	—	—	1	3	5
Agenor Maria	—	2	6	5	4	—	17	—	—	—	—	—	—
Alberto Lavinas	—	4	3	—	—	—	7	—	1	—	—	—	—
Alberto Silva	—	50	13	12	6	1	82	—	3	—	—	—	—
Alexandre Costa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Almir Pinto	4	53	37	17	6	1	118	—	10	—	—	1	—
Aloysio Chaves	—	27	17	14	2	2	62	—	6	—	—	—	2
Amaral Furlan	—	2	—	—	1	1	4	—	—	—	—	—	2
Amaral Peixoto	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Benedito Canelas	1	4	2	—	1	—	8	—	—	—	—	—	—
Benedito Ferreira	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Bernardino Viana	2	49	33	23	3	5	115	—	17	—	—	4	11
Cunha Lima	—	3	22	14	3	—	42	—	2	—	—	—	3
Dinarte Mariz	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—

Senadores	Pronun- ciamentos	Participação em Comissões Mistas					Total	PEC	Proposições Apresentadas				
		PDN	PEC	PLN	PRDL	Veto			Parecer	PRDL	PRN	Req. Emendas	
Dirceu Cardoso	—	—	3	—	—	—	3	—	—	—	—	—	29
Eunice Michiles	—	28	7	1	2	—	38	—	2	—	—	—	—
Evandro Carreira	—	1	5	2	4	—	12	—	—	—	—	—	1
Evelásio Vieira	—	18	8	2	—	—	28	—	—	—	—	2	—
Franco Montoro	4	—	18	5	—	2	29	—	—	—	—	1	16
Gabriel Hermes	—	15	4	—	2	—	21	—	—	—	—	—	—
Gastão Müller	—	12	6	3	—	—	21	—	—	—	—	3	—
Gilvan Rocha	4	6	2	5	1	—	18	—	—	—	—	2	—
Helvídio Nunes	—	34	16	7	1	3	61	—	8	—	—	—	—
Henrique de La Rocque	1	26	8	5	1	2	43	—	7	—	—	—	1
Henrique Santillo	—	32	22	10	4	1	69	—	—	—	—	—	2
Hugo Ramos	—	5	4	1	—	—	10	—	—	—	—	—	—
Humberto Lucena	2	3	8	11	1	4	29	2	—	—	—	—	5
Itamar Franco	7	1	21	6	1	—	36	1	—	—	—	—	2
Jaison Barreto	—	2	6	4	1	—	13	—	—	—	—	—	—
Jarbas Passarinho	12	—	—	—	—	—	12	1	—	—	—	6	—
Jessé Freire	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
João Calmon	—	6	4	—	1	1	12	—	—	—	—	—	—
João Lúcio	—	27	11	5	3	—	46	—	2	—	—	—	—
Jorge Kalume	—	53	28	21	4	2	108	—	13	1	—	—	—
José Caixeta	—	14	—	—	2	—	16	—	—	—	—	—	—
José Fragelli	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
José Guiomard	—	16	2	2	—	—	20	—	—	—	—	—	—
José Lins	8	37	23	8	5	3	84	—	15	—	—	—	1
José Richa	1	3	7	12	2	1	26	—	2	—	—	—	—
Jutahy Magalhães	—	47	23	17	3	1	91	2	8	—	—	—	1
Lázaro Barboza	1	1	15	7	2	2	28	—	—	—	—	—	—
Leite Chaves	1	36	31	20	6	1	95	—	—	—	—	—	—

Senadores	Pronun- ciamentos	Participação em Comissões Mistas					Total	PEC	Proposições Apresentadas				
		PDN	PEC	PLN	PRDL	Veto			Parecer	PRDL	PRN	Req. Emendas	
Lenoir Vargas	—	33	25	8	2	1	69	—	1	—	—	—	1
Lomanto Júnior	1	24	15	7	2	1	50	1	4	—	—	—	—
Lourival Baptista	—	28	9	8	1	—	46	—	1	—	—	—	—
Luiz Cavalcante	1	33	9	7	1	—	51	—	—	—	—	—	1
Luiz Fernando Freire	—	6	4	3	1	—	14	—	1	—	—	—	1
Marcos Freire	14	—	13	6	1	—	34	—	—	—	—	2	1
Martins Filho	—	3	2	1	—	—	6	—	—	—	—	—	—
Mauro Benevides	6	2	14	11	1	2	36	1	—	—	—	—	—
Mendes Canale	1	17	11	8	1	—	38	—	3	—	—	—	—
Milton Cabral	—	7	2	—	1	—	10	—	—	—	—	—	—
Moacyr Dalla	—	31	19	9	4	—	63	—	3	—	—	—	1
Murilo Badaró	1	36	14	12	1	3	67	—	6	—	—	1	—
Nelson Carneiro	3	1	18	12	1	2	37	1	—	—	—	—	1
Nilo Coelho	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	1
Orestes Quércia	7	3	11	4	1	—	26	2	—	—	—	2	—
Passos Pôrto	11	61	29	8	2	—	111	1	6	—	—	—	2
Paulo Brossard	11	—	—	1	—	—	12	—	—	—	—	—	—
Pedro Pedrossian	—	11	—	3	1	3	15	—	—	—	—	—	—
Pedro Simon	2	—	15	3	—	—	20	—	—	—	—	—	—
Raimundo Parente	—	44	27	21	4	4	100	—	12	—	—	—	—
Roberto Saturnino	2	—	9	10	1	—	22	—	2	—	—	—	1
Saldanha Derzi	—	14	1	8	—	1	24	—	2	—	—	—	—
Tancredo Neves	—	6	2	2	—	—	10	—	—	—	—	1	1
Tarso Dutra	—	4	2	3	—	—	9	—	4	—	—	—	—
Teotônio Vilela	—	—	1	—	1	—	2	—	—	—	—	—	—
Valdon Varjão	—	12	3	2	—	—	17	—	—	—	—	—	—
Vicente Vuolo	—	14	2	2	1	—	19	—	—	—	—	—	—

ERRATA DO RELATÓRIO DE 1979

Página 58 — PLS nº 53/74, onde se lê “Desarquivado, em tramitação”, leia-se “Arquivado definitivamente”

Página 67 — PLS nº 195/78, onde se lê “Desarquivado, em tramitação”, leia-se “À Câmara”

Página 69 — O PLS nº 300/70 foi arquivado definitivamente, tendo saído inclusive, em relação própria na página 120.

Página 70 — PLS nº 351/78, onde se lê “Desarquivado e Rejeitado”, leia-se “Em tramitação”

Página 128 — Onde se lê: PLC nº 096/76, leia-se: PLC nº 096/77

Obs.: O PLS nº 56/74, de autoria do Senador Franco Montoro, que “assegura às entidades sindicais a participação na fiscalização da legislação previdenciária”, foi arquivado definitivamente. Por um lapso, o referido projeto não constou do Relatório.